UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA APARECIDA DA SILVA

PENDULARIDADE ESTUDANTIL E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS A PERMANÊNCIA NO CAMPOS JANE VANINI DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

CÁCERES-MT
2026

MARIA APARECIDA DA SILVA

PENDULARIDADE ESTUDANTIL E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS A PERMANÊNCIA NO CAMPOS JANE VANINI DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof. Dr. Fernando Cezar Vieira Malange

CÁCERES-MT

2026

© by Maria Aparecida da Silva, 2026.

S586p Silva, Maria Aparecida da.
PENDULARIDADE ESTUDANTIL E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS A PERMANÊNCIA NO CAMPOS JANE VANINI DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO / Maria Aparecida da Silva. - Cáceres, 2026.
118f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Educação/CAC-PPGEDU - Cáceres - Mestrado Academico, Universidade Do Estado De Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado".
Orientador: Fernando Cezar Vieira Malange.

1. Pendularidade estudantil. 2. Educação superior. 3. Políticas públicas. 4. Democratização do Acesso. 5. UNEMAT. I. Malange, Fernando Cezar Vieira. II. Título.

UNEMAT / MTSCB CDU 378

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

MARIA APARECIDA DA SILVA

PENDULARIDADE ESTUDANTIL E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS A PERMANÊNCIA NO CAMPOS JANE VANINI DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

_____

Dr. Fernando Cezar Vieira Malange (Orientador – PPGEdu/UNEMAT)

_____

Dr.(a). Daniele Xabregas Pamplona Nogueira (Membro Externo – PPGEdu/UnB)

_____

Dr.(a). Elizeth Gonzaga dos Santos Lima (Membro Interno – PPGEdu/UNEMAT)

APROVADA EM: ____/____/_____.

Dedico esta dissertação à minha pequena Sophia, por sua compreensão e cuidado comigo a cada passo do mestrado. À minha falecida avó, dona Maria, e ao meu querido avô, seu Chico, que sempre me incentivaram e me instigaram o gosto pelos estudos. Ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Cezar Vieira Malange pela paciência durante esta minha caminhada.

Agradeço a todos que tentaram me desencorajar e que se tornaram um empecilho à minha jornada acadêmica, por mostrarem minha força e resiliência. A todos que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada, direta ou indiretamente.

Os homens nunca usaram totalmente os poderes que possuem para promover o bem, porque esperam que algum poder externo faça o trabalho pelo qual são responsáveis.
John Dewey

RESUMO

Esta pesquisa está inserida no campo das políticas de acesso à educação superior. O estudo está vinculado à linha de pesquisa: Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDU, do Grupo de Pesquisa sobre Acesso e Permanência na Educação Superior (GPAPES) - Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. A pesquisa tem como objetivo compreender as expectativas e desafios que influenciam o acesso e a permanência na educação superior dos estudantes pendulares da UNEMAT/Campus Jane Vanini. Nesta pesquisa, utiliza-se o conceito de pendularidade estudantil para designar a condição de estudantes que dependem de deslocamentos pendulares — entendidos como translado diários entre seus municípios de residência e a instituição de educação superior. Essa dinâmica configura uma forma específica de mobilidade estudantil, associada às desigualdades territoriais e sociais no acesso à educação superior, constituindo-se como uma realidade recorrente em regiões interioranas. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem de natureza quanti-qualitativa, e adota o estudo de caso como estratégia metodológica, considerando como lócus a UNEMAT/Campus Jane Vanini, localizada em Cáceres-MT. Foram investigados estudantes residentes em municípios adjacentes, cuja formação acadêmica depende do deslocamento diário entre suas cidades de origem e o campus universitário. O estudo envolveu três etapas principais: levantamento teórico e documental sobre políticas públicas de acesso; balanço de produção científica na base de dados do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 2020 a 2024; e coleta de dados empíricos por meio de questionário online aplicado aos discentes ingressantes na UNEMAT/Campus Jane Vanini. Os resultados teóricos evidenciam que, embora o Brasil tenha avançado em políticas de acesso à educação superior na perspectiva inclusiva — a exemplo do ProUni, FIES, REUNI e da Lei de Cotas —, persistem lacunas significativas nas políticas de permanência. No contexto da UNEMAT, o processo de interiorização ampliou o acesso à educação pública gratuita, mas não garantiu condições equitativas aos estudantes que enfrentam longas distâncias, altos custos de transporte e alimentação, e restrições à participação em atividades acadêmicas. Tais desafios comprometem o desempenho, a integração e o sentimento de pertencimento desses estudantes. Conclui-se que a pendularidade estudantil na UNEMAT/Campus Jane Vanini não se configura como uma escolha individual, mas como uma condição marcada por barreiras socioeconômicas, territoriais e institucionais. Os estudantes pendulares constroem suas trajetórias acadêmicas em meio a desafios relacionados à baixa renda, à necessidade de conciliar trabalho, estudo e responsabilidades familiares, além dos custos diretos e indiretos do deslocamento e da alimentação. Nesse contexto, a permanência na educação superior depende de um equilíbrio entre esforço individual e condições externas, evidenciando que o ingresso à universidade não garante, por si só, a conclusão do curso. O estudo aponta, portanto, para a urgência de políticas de permanência que considerem a especificidade da condição pendular, considerando que a permanência é um fenômeno multidimensional institucionalmente condicionado, que depende das dimensões pedagógicas, comunicacionais, organizacionais e atitudinais, como forma de promover maior equidade e efetivação do direito à educação superior.

Palavras-Chave: Pendularidade estudantil. Educação superior. Políticas públicas. Democratização do Acesso. UNEMAT.

ABSTRACT

This research is situated within the field of higher education access policies. The study is linked to the research line *Teacher Education, Policies and Pedagogical Practices* of the Graduate Program in Education (PPGEDU), and to the Research Group on Access and Permanence in Higher Education (GPAPES) at the State University of Mato Grosso (UNEMAT). The research aims to understand the expectations and challenges that influence access to and permanence in higher education among commuting students at UNEMAT, Jane Vanini Campus. In this study, the concept of *student commuting* is used to designate the condition of students who depend on pendular mobility—understood as daily travel between their municipalities of residence and the higher education institution. This dynamic constitutes a specific form of student mobility associated with territorial and social inequalities in access to higher education, and represents a recurring reality in inland regions. The research is based on a mixed-methods (quantitative and qualitative) approach and adopts the case study as a methodological strategy, taking as its locus UNEMAT, Jane Vanini Campus, located in Cáceres, Mato Grosso. The participants were students residing in neighboring municipalities whose academic trajectories depend on daily commuting between their hometowns and the university campus. The study was conducted in three main stages: a theoretical and documentary review of public policies on access; a survey of scientific production in the CAPES Theses and Dissertations Database from 2020 to 2024; and collection of empirical data through an online questionnaire administered to incoming students at UNEMAT/Jane Vanini Campus. The theoretical findings indicate that, although Brazil has advanced in inclusive access policies for higher education—such as ProUni, FIES, REUNI, and the Quota Law—significant gaps remain in permanence policies. In the context of UNEMAT, the process of interiorization has expanded access to free public higher education, but has not ensured equitable conditions for students who face long distances, high transportation and food costs, and limitations in participating in academic activities. These challenges affect students' academic performance, integration, and sense of belonging. It is concluded that student commuting at UNEMAT, Jane Vanini Campus, is not an individual choice, but rather a condition shaped by socioeconomic, territorial, and institutional barriers. Commuting students construct their academic trajectories amid challenges related to low income, the need to balance work, study, and family responsibilities, as well as the direct and indirect costs of transportation and food. In this context, permanence in higher education depends on a balance between individual effort and external conditions, highlighting that admission to university does not, by itself, guarantee degree completion. The study therefore points to the urgency of permanence policies that consider the specificities of the commuting condition, recognizing that permanence is a multidimensional phenomenon shaped by institutional factors, and dependent on pedagogical, communicational, organizational, and attitudinal dimensions, as a means of promoting greater equity and the effective realization of the right to higher education.

Keywords: Student commuting. Higher education. Public policies. Democratization of access. UNEMAT.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BME – Banco Multidimensional de Estatísticas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Conselho Universitário

COVID-19 – Coronavirus Disease 2019 (Doença do Coronavírus 2019)

Dinter – Doutorado Interinstitucional

Minter – Mestrado Interinstitucional

EaD – Educação a Distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FUNEMAT – Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso

GPAPES – Grupo de Pesquisa em Acesso e Permanência na Educação Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição(ões) de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

MP – Medida Provisória

PAE – Programa de Assistência Estudantil

PBP – Programa de Bolsas de Pesquisa

PIIER – Programa Institucional de Iniciação Científica e Extensão Regional

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PRAD – Pró-Reitoria de Administração

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROEG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

ProUni – Programa Universidade para Todos

PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAA – Secretaria de Apoio Acadêmico

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais)

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNED – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino

UNINOVA – União do Ensino Superior de Nova Mutum

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação cruzada entre ensino médio e ensino superior (público e privado) 38
Figura 2: Diagrama dos efeitos diretos e indiretos na estratificação educacional 43
Figura 3: Configuração da Lei de Cotas 45
Figura 4: Municípios desmembrados de Cáceres 60
Figura 5: Flexibilização de acúmulo de bolsa e auxílio estudantil 66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de produções por tipo (Dissertação ou Teses) 24
Quadro 2: Quantidade de produções relevantes ao objeto de estudo por tipo (Dissertação ou Teses) 25
Quadro 3: Demonstrativo das produções relevantes ao objeto da pesquisa do descritor "democratização do acesso à educação superior" 25
Quadro 4: Demonstrativo das produções relevantes ao objeto da pesquisa do descritor "deslocamentos pendulares estudantis" 26
Quadro 5: Evolução das IES públicas e privadas no Brasil (1995-2024) 34
Quadro 6: Políticas de expansão das IES, democratização do acesso à educação superior 41
Quadro 7: Conceitos de mobilidade urbana 52
Quadro 8: Cursos de graduação oferecidos pela UNEMAT/Campus Jane Vanini 57
Quadro 9: Municípios que compõem as redes de pendularidade com Cáceres - MT 61
Quadro 10: Ações afirmativas da UNEMAT para ingresso nos cursos de graduação 63
Quadro 11: Auxílios para estudantes de graduação previstos na Resolução nº 012/2021 – CONSUNI/UNEMAT 64
Quadro 12: Modalidades de Bolsas da UNEMAT para estudantes de graduação 67
Quadro 13: Estudantes pendulares de graduação da UNEMAT/Campus Jane Vanini 77
Quadro 14: Forma de ingresso na UNEMAT 84
Quadro 15: Estudantes por curso e cidade de residência 86
Quadro 16: Triangulação analítica quanto às dimensões estruturantes da pendularidade estudantil 100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do número de matrículas de graduação no Brasil (1980-2024) 35
Gráfico 2: Distribuição de Bolsas e Auxílios na UNEMAT nos cursos de graduação 70
Gráfico 3: Estudantes matriculados nos cursos de graduação da UNEMAT/Campus Jane Vanini, em 2024/2 76
Gráfico 4: Percepção dos estudantes quanto a gênero e raça 78
Gráfico 5: Idade dos estudantes 79
Gráfico 6: Renda familiar e individual 80
Gráfico 7: Provisão familiar 81
Gráfico 8: Formação no ensino médio 82
Gráfico 9: Ano de formação no ensino médio e ingresso na UNEMAT 82
Gráfico 10: Acesso à Internet 85
Gráfico 11: Trancamento 88
Gráfico 12: Retenção 89
Gráfico 13: Estudantes que recebem bolsa e/ou auxílio da UNEMAT 90
Gráfico 14: Meio de transporte utilizado pelos estudantes pendulares da UNEMAT 92
Gráfico 15: Custeio do transporte 93
Gráfico 16: Custos com alimentação na UNEMAT 94
Gráfico 17: Participação em eventos acadêmicos 96
Gráfico 18: Fatores motivadores na escolha do curso 96
Gráfico 19: Desafios enfrentados para a manutenção do curso 98
Gráfico 20: Expectativas ao final da formação acadêmica 99

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
2 OS CAMINHOS DA PESQUISA 18
2.1 Abordagem e pressupostos da pesquisa 19
2.2 Lócus e sujeitos da pesquisa 20
2.3 Procedimentos e etapas da pesquisa 21
2.3.1 Balanço da produção científica: a democratização do acesso à educação superior e os deslocamentos pendulares estudantis 23
2.3.2 Aplicação do questionário 26
2.3.3 Procedimentos de sistematização e análise dos dados 27
3 EDUCAÇÃO SUPERIOR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E A PENDULARIDADE ESTUDANTIL 29
3.1 Expansão da educação superior no Brasil e desafios à democratização do acesso 29
3.2 Políticas Públicas de acesso à Educação Superior no Brasil 39
3.3 A pendularidade estudantil no Brasil: conceitos e percepções 48
4 A PENDULARIDADE NO CONTEXTO ESTUDANTIL DA UNEMAT/CAMPUS JANE VANINI 56
4.1 Cáceres como centro da região sudoeste de Mato Grosso 58
4.2 Políticas públicas de acesso no contexto da UNEMAT 62
4.3 UNEMAT/Campus Jane Vanini e a pendularidade estudantil para acesso à educação superior 72
5.1 Caracterização da amostra segundo aspectos socioeconômicos 78
5.2 Caracterização da amostra segundo o vínculo acadêmico: condições estruturais da Universidade 86
5.3 Translado e suas implicações: condições materiais dos estudantes 91
5.4 Expectativas e desafios: participação acadêmica 95
5.5 Triangulação analítica das dimensões da pendularidade na UNEMAT/Cáceres 100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 104
REFERÊNCIAS 109
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 113
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 115

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, adota-se o conceito de pendularidade estudantil para caracterizar a condição de estudantes que realizam deslocamentos pendulares regulares entre o município de residência e a Instituição de Ensino Superior (IES). Trata-se de uma forma específica de mobilidade cotidiana vinculada ao acesso à educação superior, na qual o estudante mantém sua residência em um território distinto daquele onde se localiza a instituição de ensino, necessitando realizar translado frequentes para viabilizar sua formação acadêmica. A pendularidade estudantil expressa, portanto, dinâmicas territoriais e sociais mais amplas, relacionadas à distribuição desigual das IES, às condições de infraestrutura de transporte e às desigualdades socioespaciais que estruturam as possibilidades de acesso e permanência na educação superior, especialmente em regiões interioranas.

A decisão de investigar a pendularidade estudantil emergiu de minha própria trajetória durante a graduação em Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Jane Vanini (2013-2017). Naquele período, fatores pessoais, como a necessidade de conciliar responsabilidades familiares e limitações financeiras, impediram-me de residir em Cáceres, levando-me a permanecer em Salto do Céu e a deslocar-me diariamente para frequentar as aulas noturnas. Essa experiência forneceu uma perspectiva singular sobre os desafios enfrentados pelos estudantes que experenciam a pendularidade.

A rotina de translado diário impunha desafios complexos. A conciliação entre trabalho, estudo e cuidados familiares restringia a participação em atividades extracurriculares, seminários e estágios obrigatórios, impactando a vivência acadêmica e a qualidade da formação. Além disso, dependia da compreensão e da flexibilidade tanto da instituição quanto do transporte disponibilizado pelo município, evidenciando que o acesso à educação superior, no contexto da pendularidade, demanda não apenas esforço individual, mas também uma rede de apoio institucional e social capaz de acolher essas demandas.

Essas experiências despertaram em mim o interesse em compreender como outros estudantes, em situações similares, vivenciam e enfrentam os desafios da pendularidade na busca pela efetivação de seu direito à formação universitária. A reflexão sobre minha trajetória evidenciou que, apesar da ampliação do acesso à educação superior, persistem barreiras estruturais que comprometem a permanência e a qualidade da formação, reforçando a relevância de investigar políticas, práticas e estratégias que possam mitigar esses obstáculos.

A escolha da UNEMAT/Campus Jane Vanini como lócus desta pesquisa justifica-se por seu caráter regional, acolhendo estudantes de diversos municípios adjacentes a Cáceres. O campus configura-se como um espaço de convergência para aqueles que almejam a conquista do diploma universitário, oferecendo um contexto privilegiado para compreender os impactos da pendularidade estudantil e analisar como as dimensões institucionais e sociais interagem na trajetória desses estudantes.

A partir dessas inferências, delineou-se a problemática central da pesquisa: quais são as expectativas e os desafios enfrentados pelos estudantes do Campus Jane Vanini, da UNEMAT, que vivenciam a pendularidade em busca de formação acadêmica? Ademais, questiona-se quais políticas públicas e fatores socioeconômicos influenciamo acesso à educação superior desses discentes. Essa problemática nos instiga a compreender os elementos que influenciam o acesso (ingresso, permanência e conclusão com qualidade) à educação superior por parte dos estudantes pendulares na UNEMAT/Campus Jane Vanini.

Para responder a essa questão, se estabelece como objetivo geral da pesquisa compreender as expectativas e desafios que influenciam o acesso e a permanência na educação superior dos estudantes que vivenciam a pendularidade na UNEMAT/Campus Jane Vanini. Os objetivos específicos incluem: analisar as políticas públicas da UNEMAT/Campus Jane Vanini voltadas ao acesso à educação superior que beneficiam os estudantes pendulares; traçar o perfil socioeconômico dos estudantes pendulares para frequentar o campus; identificar as expectativas e os desafios enfrentados por esses discentes em relação à sua formação acadêmica. O lócus da pesquisa concentra-se na UNEMAT, Campus Jane Vanini, instituição pública de educação superior situada no município de Cáceres, localizado na mesorregião Centro-Sul de Mato Grosso e integrante da microrregião do Alto Pantanal. Cáceres mantém uma relação histórica e funcional com os municípios adjacentes, de onde provêm grande parte dos estudantes pendulares, configurando-se como centro de atração educacional e regional.

A investigação dessa temática revela-se de grande relevância científica e social, pois permite compreender a realidade vivenciada pelos estudantes pendulares e oferecer subsídios para reflexão e intervenção institucional. Espera-se que os resultados contribuam com a comunidade acadêmica e com os gestores públicos e universitários, ao disponibilizar informações que possam subsidiar políticas e ações voltadas à democratização do acesso, à permanência estudantil e à garantia da qualidade educativa na UNEMAT e em outras instituições de educação superior.

Esta dissertação está organizada em seis seções, estruturadas de forma a garantir a coerência do percurso investigativo e a articulação entre os objetivos propostos, os referenciais teóricos adotados e os resultados alcançados. Na *Seção 1 – Introdução*, procede-se à delimitação do objeto de estudo, qual seja, a pendularidade estudantil no âmbito da Educação Superior. Apresenta-se a problemática central da pesquisa, ressaltando a relevância social e acadêmica do fenômeno, a justificativa de sua escolha como campo de investigação e os objetivos gerais e específicos que nortearam a elaboração do trabalho. Nessa etapa inicial, busca-se, ainda, contextualizar a pertinência da temática no cenário contemporâneo, marcado por políticas de expansão e democratização do acesso à educação superior, bem como indicar, de maneira sintética, a estruturação das etapas subsequentes da dissertação.

A *Seção 2 – Os caminhos da pesquisa* concentra-se nos aspectos metodológicos. Inicialmente, expõem-se a abordagem adotada e os pressupostos teóricos que fundamentam a investigação, situando a pesquisa em uma perspectiva que contempla tanto dimensões qualitativas quanto quantitativas. Na sequência, descrevem-se o lócus e os sujeitos investigados, com destaque para o Campus Jane Vanini UNEMAT e para os discentes que se deslocam diariamente de municípios vizinhos para frequentar os cursos ofertados pela instituição. Por fim, detalham-se os procedimentos de coleta, sistematização e análise dos dados, organizados em três momentos: a realização de um balanço da produção científica pertinente ao tema; a coleta de contatos e aplicação de questionários junto aos estudantes; e a sistematização e interpretação dos dados à luz da literatura revisada.

Na *Seção 3 – Educação Superior e a pendularidade estudantil: políticas públicas de acesso*, desenvolve-se o referencial teórico que sustenta a pesquisa. Inicia-se com a análise da Educação Superior no contexto neoliberal, destacando as transformações institucionais e políticas que tensionam o processo de democratização do acesso. Em seguida, examinam-se as políticas públicas implementadas no Brasil nas últimas décadas, a exemplo do ProUni (Programa Universidade para Todos), do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da política de cotas, discutindo seus impactos e limites. A seção encerra-se com a problematização do conceito de pendularidade estudantil no Brasil, enfatizando suas características, percepções e implicações para o desempenho acadêmico e a permanência na educação superior.

A *Seção 4 – A pendularidade no contexto histórico da UNEMAT/Campus Jane Vanini* aproxima a discussão teórica do campo empírico investigado. Em um primeiro momento, caracteriza-se a cidade de Cáceres enquanto polo regional da região sudoeste de

Mato Grosso, ressaltando seu papel estratégico como centro de oferta de serviços e de educação superior. Na sequência, analisam-se as políticas de acesso e inclusão implementadas pela UNEMAT, com ênfase em sua missão de interiorização do ensino público e gratuito. Por fim, discute-se o fenômeno da pendularidade especificamente no Campus Jane Vanini, identificando os fluxos de deslocamento, os desafios enfrentados pelos discentes e as implicações desse processo para sua trajetória acadêmica.

A *Seção 5 – Resultados e discussões* dedica-se à apresentação e análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa. São evidenciados os perfis dos estudantes pendulares, os aspectos inerentes à pendularidade, os custos financeiros envolvidos, bem como os efeitos sobre a saúde, o desempenho e a participação em atividades acadêmicas. Os resultados são interpretados em diálogo com o referencial teórico, permitindo identificar convergências e contradições entre as políticas públicas de democratização de acesso à educação superior e as condições concretas vivenciadas pelos estudantes migrantes pendulares.

Por fim, as *Considerações finais* sintetiza os principais achados da investigação, ressaltando a contribuição do estudo para a compreensão do fenômeno da pendularidade estudantil e para o debate sobre equidade e democratização da Educação Superior no Brasil. Destacam-se, também, as limitações inerentes ao trabalho e as possibilidades de aprofundamento em pesquisas futuras, além de recomendações para o aprimoramento das políticas públicas de acesso, com vistas a assegurar condições efetivas de inclusão e sucesso acadêmico aos estudantes que vivenciam a pendularidade.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA

A presente pesquisa insere-se na temática das políticas de acesso à educação superior, com foco nas dimensões de ingresso e permanência de estudantes pendulares em busca de formação acadêmica no Campus Jane Vanini da UNEMAT. Essa instituição constitui uma oportunidade concreta para discentes de municípios próximos que desejam ingressar na educação superior, mesmo quando não dispõem de condições para estabelecer moradia na cidade-sede durante o período letivo, recorrendo, assim, ao translado diário entre suas cidades de origem e o campus.

Formulam-se, como hipóteses, a escassez de políticas públicas de assistência estudantil que considerem as especificidades desses estudantes e a necessidade de estratégias institucionais mais sensíveis às condições territoriais e socioeconômicas que impactam sua permanência. Apesar de representarem um contingente expressivo na instituição, os

estudantes pendulares ainda não são suficientemente contemplados nas políticas internas, evidenciando a urgência de iniciativas que promovam a democratização do acesso à educação superior pública e de qualidade.

As dificuldades enfrentadas por esses estudantes envolvem múltiplos fatores: longas distâncias percorridas diariamente, horários extenuantes, custos de transporte, manutenção da alimentação durante os períodos de aula — especialmente diante do perfil socioeconômico dos estudantes e da ausência de restaurante universitário —, restrições à participação em atividades pedagógicas e extracurriculares, escolhas de curso pautadas por fatores circunstanciais e dificuldades de conciliar trabalho e estudo.

Esses aspectos revelam a complexidade que envolve a experiência dos estudantes pendulares e a urgência de políticas institucionais mais sensíveis às realidades territoriais e socioeconômicas dos discentes da UNEMAT/Campus Jane Vanini. A pesquisa se apoia no estudo de Lara (2022), que analisou a motivação dos estudantes pendulares em comparação com os migrantes intraestaduais, bem como as políticas afirmativas da UNEMAT voltadas a esses grupos. Embora relevante, o estudo de Lara apresenta lacuna quanto aos impactos subjetivos e acadêmicos da pendularidade, como motivação, desempenho e acesso às políticas de apoio.

Diante disso, esta pesquisa busca aprofundar e ampliar o debate sobre políticas afirmativas e de assistência estudantil na UNEMAT, discutindo suas repercussões na equidade de acesso e na permanência dos estudantes pendulares. Ao integrar dimensões objetivas e subjetivas da experiência universitária, pretende-se contribuir para a construção de um olhar mais amplo sobre os desafios da democratização do ensino superior em contextos regionais.

2.1 Abordagem e pressupostos da pesquisa

A pesquisa em educação, ao ser contextualizada a partir de fenômenos sociais, requer uma abordagem multiprocedimental que considere as inter-relações entre sujeitos e realidade. Nessa perspectiva, esta investigação adota a corrente epistemológica da teoria crítica. Optou-se pela pesquisa quanti-qualitativa, por possibilitar a integração e comparação entre diferentes perspectivas analíticas, favorecendo uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado (MATTAR; RAMOS, 2021). Para Creswell e Creswell (2021), a integração de dados quantitativos e qualitativos permite uma compreensão que ultrapassa a análise isolada de cada tipo de dado.

A investigação configura-se como estudo de caso, o que permite examinar um caso delimitado em profundidade por meio de múltiplas fontes de dados e triangulação analítica, organizando informações quantitativas (caracterização dos estudantes quanto a origem, curso, distância percorrida, custos e perfil socioeconômico) e qualitativas (percepções, sentimentos, expectativas e desafios vivenciados no cotidiano da pendularidade) em uma planilha eletrônica, o que permite validar resultados e produzir uma leitura crítica e abrangente do fenômeno. (MATTAR; RAMOS, 2021). Essa escolha possibilita compreender de forma detalhada a realidade dos estudantes pendulares do Campus Jane Vanini da UNEMAT, considerando suas experiências, desafios e condições socioeconômicas.

Além disso, possibilita interpretar os fenômenos em sua complexidade contextual, revelando as dinâmicas territoriais, institucionais e sociais que condicionam o acesso à educação superior. Embora robusta, essa estratégia exige coerência entre instrumentos, categorias analíticas e objetivos de pesquisa, bem como postura reflexiva do pesquisador diante do campo. Assim, a metodologia adotada não se limita a descrever a realidade dos estudantes pendulares, mas busca interpretá-la criticamente, oferecendo subsídios para o aprimoramento de políticas públicas e institucionais voltadas à democratização do acesso à educação superior, especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais.

2.2 Lócus e sujeitos da pesquisa

O lócus deste estudo o Campus Universitário Jane Vanini da UNEMAT, localizado no município de Cáceres-MT, polo histórico e educacional da região sudoeste do estado. O campus atende a uma ampla rede de municípios, entre os quais se destacam: Mirassol D'Oeste, Glória D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Porto Esperidião, Araputanga, Curvelândia, Lambari D'Oeste, Rio Branco e Salto do Céu.

Esses municípios compõem o território de influência direta da UNEMAT e formam uma rede de pendularidade estudantil caracterizada por translado diários que podem variar de 60 a 140 quilômetros. Tal configuração territorial reforça o papel estratégico da universidade como centro de atração educacional regional, mas também evidencia as barreiras de acesso enfrentadas por estudantes que não dispõem de infraestrutura de moradia estudantil ou condições financeiras para fixar residência em Cáceres.

A UNEMAT/Campus Jane Vanini foi instituída em 1978, e desde então consolidou-se como símbolo do processo de interiorização do ensino superior público em Mato Grosso. Sua missão institucional está vinculada à promoção da inclusão, da pesquisa e da extensão

regionalizada, tendo papel central na formação de professores e profissionais para o interior do estado. A relevância desse lócus justifica-se não apenas pela densidade acadêmica da instituição, mas também pela sua posição geográfica estratégica e pelas relações socioeconômicas entre Cáceres e os municípios circunvizinhos, que conformam um sistema funcional de mobilidade estudantil.

Os sujeitos investigados nesta pesquisa são estudantes oriundos de municípios vizinhos a Cáceres, cuja inserção na educação superior ocorre mediante a pendularidade – translado diários – até o Campus Jane Vanini da UNEMAT, configurando uma realidade que evidencia os desafios da democratização do ensino superior no interior do estado. Trata-se de estudantes que encontram na instituição pública a principal possibilidade de formação acadêmica gratuita na região sudoeste do estado.

Os critérios de inclusão adotados foram: estar regularmente matriculado nos cursos de graduação da UNEMAT/Campus Jane Vanini, licenciatura e/ou bacharelado, não ofertado em período integral; residir em um dos municípios adjacentes a Cáceres. O universo inicial identificado, a partir da base da Secretaria de Apoio Acadêmico (SAA), contou com 5.181 estudantes ativos em 2024/2, dos quais 345 foram classificados como pendulares segundo os critérios estabelecidos.

Esses estudantes dependem do transporte coletivo ou de alternativas comunitárias, como o compartilhamento de vans e veículos particulares, para percorrer trajetos que podem variar de dezenas a centenas de quilômetros. A escolha dos estudantes pendulares como sujeitos desta pesquisa se justifica pela relevância do fenômeno para a compreensão das dinâmicas de acesso à educação superior em contextos interioranos. O translado diário entre municípios distintos ultrapassa a dimensão geográfica, envolvendo fatores sociais, econômicos e políticos que influenciam diretamente a trajetória acadêmica dos discentes.

2.3 Procedimentos e etapas da pesquisa

Para que se alcançassem os objetivos pretendidos, foi necessário, inicialmente, realizar um aprofundamento em uma investigação teórica sobre as questões relacionadas às políticas públicas de acesso à educação superior, bem como sobre as configurações da pendularidade de estudantes universitários, fenômeno que reflete a mobilidade cotidiana entre residência e instituição de ensino. Esse estudo preliminar permitiu compreender as dimensões históricas, sociais e legais que envolvem o ingresso e a permanência de estudantes nas universidades, oferecendo uma visão mais ampla dos desafios enfrentados nesse contexto.

Nessa fase teórica e documental da pesquisa foi realizado um levantamento de dados a partir de documentos que regulamentam as políticas públicas de acesso à educação superior na UNEMAT/Campus Jane Vanini, com foco nas ações voltadas para estudantes que não conseguem residir na cidade de Cáceres durante o período do curso. Os documentos institucionais consultados foram: Resoluções internas sobre assistência estudantil (CONSUNI nº 012/2021) e relatórios institucionais e dados públicos da UNEMAT.

Ainda na fase teórica foi realizado um balanço de produção, especificamente de teses e dissertações, junto ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a partir dos descritores "democratização do acesso à educação superior" e "deslocamentos pendulares estudantis", de forma a averiguar as produções acadêmicas que refletem a temática pesquisada.

Na segunda fase da pesquisa, de caráter exploratório, procedeu-se ao levantamento dos estudantes matriculados na UNEMAT, Campus Jane Vanini, realizado junto à SAA, a partir de uma planilha de matrícula e cadastro estudantil (SAA, 2024). O objetivo dessa etapa consistiu em reunir informações sobre o quantitativo de estudantes pendulares, a cidade de residência, o curso frequentado e o respectivo e-mail institucional, com vistas à organização do contato para a fase subsequente.

A terceira fase correspondeu à coleta de dados propriamente dita, realizada mediante a aplicação de um questionário contendo questões abertas e fechadas, destinado aos estudantes pendulares. Essa etapa teve como finalidade traçar o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa, bem como identificar os principais desafios enfrentados e as expectativas em relação à sua formação acadêmica. O questionário foi disponibilizado por meio da ferramenta *Google Forms* e encaminhado aos endereços eletrônicos institucionais dos discentes. Ressalta-se que o formulário continha informações detalhadas acerca do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, possibilitando que os estudantes compreendessem de maneira clara os objetivos da investigação e manifestassem sua concordância em participar voluntariamente.

Ao final da coleta de dados – bibliográficos, documentais e de campo, por meio dos depoimentos dos sujeitos – estes foram analisados e confrontados com a literatura e os documentos institucionais, com o objetivo de identificar de que maneira a pendularidade afeta, positiva ou negativamente, o acesso dos estudantes à educação superior e, consequentemente, sua formação acadêmica desde o ingresso na UNEMAT/Campus Jane Vanini.

2.3.1 Balanço da produção científica: a democratização do acesso à educação superior e os deslocamentos pendulares estudantis

O balanço de produção constitui uma etapa fundamental na pesquisa acadêmica, pois permite mapear, compreender e situar o objeto de estudo no contexto das investigações já realizadas. Por meio dessa análise, se identifica os principais referenciais teóricos, metodológicos e empíricos que sustentam o campo, reconhecendo tanto os avanços alcançados quanto as lacunas existentes, contribuindo para evitar redundâncias, orientar escolhas conceituais e metodológicas e justificar a relevância do estudo proposto. Ademais, possibilita estabelecer diálogos com diferentes perspectivas, promovendo uma compreensão mais ampla e contextualizada do fenômeno investigado.

No contexto desta pesquisa, o balanço de produção assume especial relevância por permitir a compreensão de como a democratização do acesso à educação superior tem sido abordada nas últimas décadas, bem como de que maneira a pendularidade estudantil se insere nesse debate. Nesse sentido, investigar o fenômeno da pendularidade estudantil torna-se essencial para evidenciar as desigualdades territoriais e sociais que persistem no interior do sistema educacional brasileiro, além de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas de democratização e assistência estudantil, especialmente em instituições localizadas em contextos interioranos, como a UNEMAT/Campus Jane Vanini.

Dessa maneira, elaboramos o balando de produção científica a partir de pesquisas *online.* O levantamento das pesquisas foi realizado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, por se tratar de uma base de dados oficial, que reúne produções acadêmicas de programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos no país. Para a busca, foram utilizados os descritores *democratização do acesso à educação superior* e *deslocamentos pendulares estudantis,* buscando garantir a identificação de produções diretamente relacionadas à temática desenvolvida na dissertação.

O recorte temporal adotado abrange o período de 2020 a 2024, justificando-se por contemplar os anos mais recentes de produção acadêmica, período que reflete os impactos das mudanças nas políticas educacionais, nas ações afirmativas, nos programas de acesso e permanência, nas discussões contemporâneas sobre inclusão no ensino superior, bem como nas questões que se relacionam com os estudantes pendulares. Além disso, esse recorte temporal permite perceber os impactos da COVID-19 nas políticas públicas voltadas à educação. Ainda, concentramos o balanço de produção na grande área do conhecimento de Ciências Humanas.

Durante a etapa de levantamento bibliográfico para a realização do balanço de produção, foram realizados testes com diferentes descritores relacionados à temática da pesquisa, tais como *acesso à educação superior*, *acesso ao ensino superior*, *democratização da educação*, *movimentos pendulares* e *deslocamentos estudantis*. Esses testes permitiram verificar a abrangência, relevância e atualidade dos trabalhos retornados em cada combinação de termos, possibilitando identificar quais descritores forneciam maior precisão na recuperação de estudos diretamente relacionados ao objeto de investigação.

A seleção final dos descritores utilizados – *democratização do acesso à educação superior* e *deslocamentos pendulares estudantis* – decorreu da constatação de que eles retornavam publicações pertinentes, com menor número de publicações não relevantes. Além disso, englobavam os aspectos centrais da pesquisa: políticas públicas de inclusão e as condições espaciais e logísticas que afetam a trajetória acadêmica dos estudantes. Dessa forma, a escolha dos descritores buscou garantir um equilíbrio entre amplitude e especificidade, assegurando a qualidade e a importância das fontes utilizadas no balanço de produção, para o objeto de estudo dessa dissertação.

Quadro 1: Quantidade de produções por tipo (Dissertação ou Teses)

Período **Descritores**	**Ciências Humanas – 2020 a 2024**			
	Dissertação Mestrado acadêmico	Dissertação Mestrado profissional	Tese Doutorado	Total
Democratização do acesso à educação superior	24	9	29	62
Deslocamentos pendulares estudantis	1	-	2	3

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES

A partir das buscas realizadas, se percebe que a temática dessa pesquisa é pouco estudada nas pesquisas dos programas de pós-graduação. Assim, foram identificados 65 (sessenta e cinco) trabalhos acadêmicos, sendo possível observar que cerca de 95% deles resultaram do uso do descritor *democratização do acesso à educação superior*. Esse dado evidencia o destaque e o interesse recorrente da pesquisa acadêmica pela temática do ensino superior, especialmente no que se refere às políticas e aos processos de ampliação do acesso. Assim, verificamos que apenas uma parcela reduzida das produções localizadas trata da mobilidade cotidiana dos estudantes entre municípios, aspecto que permanece pouco explorado na literatura acadêmica nacional.

Essa lacuna evidencia a necessidade de ampliar o debate acerca das condições reais de ingresso, permanência e qualidade educativa no ensino superior, considerando as

especificidades territoriais, socioeconômicas e logísticas que caracterizam a experiência dos estudantes do interior. Entretanto, vale ressaltar que, no decorrer da leitura das pesquisas retornadas, percebemos uma discrepância considerável entre os trabalhos encontrados a partir do balanço de produção e os trabalhos efetivamente relevantes ao objeto de estudo dessa dissertação, apesar da utilização de descritores que buscassem uma menor margem de pesquisas a serem descartadas durante o balanço de produção.

Quadro 2: Quantidade de produções relevantes ao objeto de estudo por tipo (Dissertação ou Teses)

Período **Descritores**	**Ciências Humanas – 2020 a 2024**			
	Dissertação Mestrado acadêmico	Dissertação Mestrado profissional	Tese Doutorado	Total
Democratização do acesso à educação superior	2	-	2	4
Deslocamentos pendulares estudantis	1	-	1	2

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Para a seleção dos estudos mais pertinentes ao objeto desta dissertação, procedeu-se à análise dos títulos, palavras-chave e resumos, de modo a identificar aqueles que apresentavam maior potencial de contribuição teórica e metodológica para a compreensão do fenômeno investigado. Dessa foram, ao analisar os resumos e palavras-chave das pesquisas acadêmicas percebidas no balanço de produção, foram identificas os trabalhos relevantes à temática pesquisada, que corresponderam, respectivamente a 6,45% e 66,67%, de acordo com os descritores escolhidos, em sua ordem de pesquisa.

Quadro 3: Demonstrativo das produções relevantes ao objeto da pesquisa do descritor "democratização do acesso à educação superior"

N	Autor	Tipo	Ano	Título	Palavras-chave
1	Adriano Souza Senkevics	Tese	2021	O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro 1991-2020	Democratização do ensino; Educação superior; Estratificação educacional; Metodologias mistas; Sociologia da juventude.
2	Adriana Milward de Andrade Maciel	Tese	2021	Políticas afirmativas no ensino superior público: melhores oportunidades para minorias bem qualificadas?	Desigualdades; educação superior; ações afirmativas; revisão da Lei de Cotas
3	Joselha Cristina Dal Bello	Dissertação	2022	As ações afirmativas na educação superior: a Lei de Cotas e o perfil dos estudantes das universidades federais brasileiras	Educação Superior; Lei de Cotas; universidades federais; perfil dos ingressantes.
4	Leidiane Pires Rodrigues	Dissertação	2023	Políticas educacionais e a educação superior: uma análise crítica dos aspectos	Educação Superior; Políticas afirmativas; Expansão da educação; Direito à educação; Desigualdade

				históricos e legais	social

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES

No que se refere aos trabalhos encontrados que abordam a temática da pentularidade estudantil, dois estudos foram selecionados e utilizados como base teórica para a presente pesquisa, por apresentarem discussões relevantes e contribuições significativas para a compreensão do fenômeno da pendularidade estudantil, como demonstra o Quadro 4.

Quadro 4: Demonstrativo das produções relevantes ao objeto da pesquisa do descritor "deslocamentos pendulares estudantis"

N	Autor	Tipo	Ano	Título	Palavras-chave
1	Jessica Monteiro da Silva Tavares	Tese	2022	Mobilidade espacial para estudo e mudanças no espaço de vida dos estudantes de ensino superior da região norte fluminense	Geografia da População; Mobilidade Pendular; Migração; Espaço de Vida; Deslocamentos para estudo; Estudantes de Graduação
2	Rodrigo Emanoel de Sousa Almeida	Dissertação	2022	A mobilidade pendular de estudantes de ensino superior como indicador da centralidade urbana de Mossoró-RN	Deslocamentos diários; Estudantes; Instituições; Ensino superior; Mossoró.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES

As produções que tratam da pendularidade estudantil evidenciam desafios que extrapolam o acesso formal, envolvendo questões como tempo de translado, cansaço físico e emocional, custos financeiros e restrições à participação em atividades acadêmicas complementares. Essa literatura indica que o direito à educação superior não se concretiza plenamente apenas com a expansão das matrículas, mas requer políticas que considerem as especificidades territoriais e sociais dos estudantes do interior. Assim, o balanço de produção permitiu compreender que a pendularidade é um fenômeno intrinsecamente ligado às desigualdades regionais e que sua análise é fundamental para o aperfeiçoamento das políticas de democratização do acesso no ensino superior público.

2.3.2 Aplicação do questionário

Os dados referentes aos estudantes residentes em municípios adjacentes a Cáceres que vivenciam a pendularidade para cursar o ensino superior na UNEMAT/Campus Jane Vanini foram obtidos junto à SAA da instituição. Para fins desta pesquisa, a SAA disponibilizou uma planilha eletrônica intitulada *"consulta_geral_discente PARA PESQUISA"*, contendo informações de 5.181 discentes ativos em 2024/2. O arquivo incluía os seguintes campos: matrícula, nome, curso, status, sexo, e-mail, logradouro, número,

município, escola de conclusão do ensino médio, cidade de conclusão do ensino médio, código de área, telefone celular, origem anterior à entrada na UNEMAT e ano de conclusão do ensino médio.

Com base na coluna “município”, realizou-se a filtragem dos estudantes residentes em cidades interioranas adjacentes a Cáceres. A coluna curso foi utilizada para filtrar os estudantes não matriculados em cursos de período integral. Após a aplicação desses critérios, identificou-se 345 estudantes com residência em municípios adjacentes a Cáceres. Vale destacar que, a partir dos dados disponibilizados pela SAA não é possível obter informações de retenção ou evasão, considerando que a planilha disponibilizada apresenta apenas os estudantes constados como ativos na instituição, sem qualquer outra forma de discriminação.

Foram realizadas duas tentativas iniciais de contato por e-mail institucional e telefone celular, com o envio do questionário de pesquisa. Nessas etapas, apenas dois estudantes responderam ao instrumento, e um deles manifestou disponibilidade para participar de eventual entrevista complementar. Diante do baixo retorno obtido, realizou-se uma terceira tentativa de contato, através de e-mail, para as secretarias municipais de educação dos municípios identificados, pedindo que enviassem aos grupos de mensagens instantâneas dos estudantes que fazem uso do transporte coletivo escolar, o questionário da pesquisa. Ao final, foi realizado uma última tentativa de contato, dessa vez diretamente na UNEMAT/Campus Jane Vanini, em conversas com os estudantes pendulares.

O procedimento adotado demonstra não apenas o compromisso com a precisão metodológica, mas também a sensibilidade do pesquisador diante das condições reais de comunicação e translado dos sujeitos investigados. A ampliação das estratégias de contato representa uma adaptação metodológica coerente com o contexto do campo da pesquisa e fortalece a validade e a abrangência dos resultados esperados. Após as estratégias adotadas percebeu-se um retorno de 57 estudantes em relação ao questionário, totalizando 16,5% dos sujeitos da pesquisa.

2.3.3 Procedimentos de sistematização e análise dos dados

A partir das etapas definidas para esta pesquisa, procedeu-se ao tratamento e à análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado aos estudantes pendulares, por meio da triangulação analítica. Inicialmente, as respostas foram organizadas e sistematizadas em planilhas eletrônicas, de modo a possibilitar o controle e a categorização das informações

referentes ao perfil socioeconômico, ao translado diário e às percepções sobre a formação acadêmica.

Nas questões fechadas, foram aplicados procedimentos de estatística descritiva, visando identificar padrões, distribuições e tendências entre os participantes. Já as respostas abertas foram submetidas à análise de conteúdo, com o objetivo de identificar categorias temáticas recorrentes, aspectos qualitativos significativos e possíveis relações entre as condições de translado e os desafios vivenciados no contexto acadêmico.

A sistematização e análise dos dados constituem etapas fundamentais para a construção de uma compreensão integrada da pendularidade estudantil no contexto das políticas públicas de democratização do acesso à educação superior. A articulação entre dados quantitativos e qualitativos permite uma interpretação crítica dos resultados à luz do referencial teórico, possibilitando não apenas caracterizar o perfil dos estudantes pendulares, mas também evidenciar as implicações práticas dessa condição para a permanência e o êxito acadêmico.

Dessa forma, espera-se que as análises contribuam para o aprofundamento das discussões acerca da democratização do acesso à educação superior e da efetividade das políticas institucionais da UNEMAT/Campus Jane Vanini. Particularmente, interessa compreender de que modo o translado diário influencia o ingresso, a permanência e a qualidade da experiência formativa percebida pelos estudantes, além de apontar lacunas e potencialidades nas políticas públicas voltadas à inclusão e à equidade no ensino superior.

A metodologia analítica proposta reflete a coerência entre o desenho de pesquisa e os objetivos investigativos. A opção pela integração de procedimentos quantitativos e qualitativos demonstra o compromisso com uma leitura complexa e contextualizada do fenômeno da pendularidade estudantil, superando visões fragmentadas que isolam os dados estatísticos das experiências subjetivas.

Essa abordagem evidencia também uma perspectiva epistemológica crítica, uma vez que busca compreender o fenômeno não apenas em seus aspectos descritivos, mas em suas dimensões estruturais e políticas. Ao analisar a pendularidade estudantil como parte das dinâmicas da democratização do acesso à educação superior, a pesquisa assume uma postura reflexiva sobre o papel das instituições públicas — como a UNEMAT — na promoção da equidade educacional. Assim, o processo de análise de dados transcende a dimensão técnica, configurando-se como um exercício interpretativo que vincula evidências empíricas à transformação social e ao aperfeiçoamento das políticas de assistência estudantil.

3 EDUCAÇÃO SUPERIOR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E A PENDULARIDADE ESTUDANTIL

As instituições de educação superior, especialmente as públicas, constituem referência para a formação de estudantes que buscam qualidade acadêmica, melhores perspectivas de carreira, condições financeiras mais favoráveis e maior qualidade de vida. Em síntese, os estudantes ingressam na educação superior com a expectativa de transformar sua realidade imediata. No entanto, o acesso a essas instituições é limitado, embora se perceba uma expansão da educação superior e aumento de vagas ociosas.

A expansão da educação superior nas últimas décadas ocorreu em um contexto marcado pela crescente presença de dinâmicas de mercado no campo educacional. A ampliação da participação do setor privado, a diversificação das formas de financiamento estudantil e a expansão da modalidade a distância evidenciam a incorporação de lógicas econômicas na organização do sistema de ensino superior. Embora essas transformações tenham ampliado o número de vagas e diversificado as formas de acesso, elas também produziram novos desafios para a democratização efetiva do ensino superior.

3.1 Expansão da educação superior no Brasil e desafios à democratização do acesso

No contexto das transformações das políticas educacionais associadas à racionalidade neoliberal, a expansão da educação superior ocorreu acompanhada de limites estruturais na garantia das condições de permanência estudantil. Embora tenha ampliado o número de vagas e promovido a interiorização das instituições públicas, esse processo não eliminou as desigualdades territoriais de acesso. Em regiões interioranas, como no sudoeste de Mato Grosso, muitos estudantes dependem de translado diários entre municípios para frequentar a universidade. Nesse cenário, a pendularidade estudantil emerge como expressão concreta das contradições entre a ampliação do acesso e as condições materiais de permanência na educação superior.

A interferência dessa racionalidade neoliberal nas políticas públicas do Estado constitui um elemento central para compreender as barreiras enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no acesso à universidade. No contexto do capitalismo globalizado, os direitos sociais passam a ser condicionados às diretrizes de austeridade fiscal e de competitividade internacional, pois “a ampliação da competição

internacional coloca pressão sobre o custo da mão de obra e sobre as finanças estatais, o que acaba afetando o emprego e os gastos do governo, dos quais dependem os direitos sociais" (CARVALHO, 2002, p. 13). Assim, direitos tradicionalmente concebidos como garantias de acesso à educação, à saúde e à cidadania tornam-se vulneráveis diante da lógica de mercado que orienta as decisões do Estado.

As interferências nas políticas públicas encontram respaldo na racionalidade neoliberal, segundo a qual os investimentos sociais não produzem retorno econômico direto e, portanto, seriam ineficientes. Tal perspectiva transfere a prioridade estatal do campo social para o econômico, subordinando a gestão pública às exigências do capital privado (MORAES, 2001). Nesse processo, o espaço público é progressivamente regulado por critérios mercadológicos, e as políticas destinadas à população — especialmente as de caráter educacional — são reformuladas para atender às demandas de rentabilidade, eficiência e produtividade.

A partir do final da década de 1970, essa racionalidade se consolidou como paradigma político hegemônico. O Estado passou a incorporar modelos de gestão empresarial, inspirados em princípios de racionalização, meritocracia e eficiência (MENCHISE, FERREIRA, ÁLVAREZ, 2023). Sob tal lógica, suas funções sociais foram sendo gradualmente substituídas por mecanismos de regulação de mercado e de estímulo à acumulação de capital, em detrimento das políticas redistributivas e do fortalecimento dos serviços públicos.

Essa lógica transfere decisões econômicas e sociais para instâncias internacionais, subordinadas aos interesses do capital, reduzindo a eficácia das políticas públicas voltadas ao bem-estar da população e enfraquecendo a participação das massas populares (Moraes, 2001). A exemplo disso, Rodrigues (2023) alerta sobre a intervenção do Banco Mundial nas políticas públicas de democratização do acesso à educação, em prol do capitalismo neoliberal.

> O Banco Mundial demonstra sua atuação na defesa dos interesses capitalistas internacionais à medida que passou a gerenciar a reestruturação econômica de países em desenvolvimento, principalmente da América Latina, por meio da aplicação de programas de ajuste estrutural, intervenção que tem impactos significativos nas políticas internas e na legislação desses países. Um exemplo disso é a influência exercida por esse Banco nas diretrizes e políticas educacionais adotadas pelo Brasil, como ocorreu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (RODRIGUES, 2023, p. 68).

Ainda que o cenário contemporâneo apresente avanços em comparação às décadas de 1980 e 1990 — especialmente pela ampliação das políticas de assistência social e educacional —, é preciso questionar se tais transformações representam, de fato, mudanças estruturais ou

se constituem apenas respostas paliativas à crise do modelo neoliberal. Como observam Menchise, Ferreira e Álvarez (2023, p. 13), a melhoria de determinados indicadores de bem-estar não implica, necessariamente, a superação das desigualdades históricas. Em muitos casos, as políticas sociais funcionam como mecanismos compensatórios, que amenizam os efeitos da exclusão sem alterar a lógica concentradora do capital.

Ao redefinir o papel do Estado e da universidade, o neoliberalismo interfere diretamente na distribuição de recursos destinados aos direitos sociais, subordinando-os à racionalidade econômica e responsabilizando o indivíduo por seu sucesso ou fracasso educacional. Essa responsabilização ignora as condições estruturais que limitam a trajetória de estudantes de baixa renda e de regiões distantes dos centros urbanos.

No campo educacional, essa contradição manifesta-se na dificuldade de acesso de estudantes oriundos de municípios periféricos, como aqueles que realizam translado diários até o campus universitário. A lógica neoliberal, ao reduzir o papel do Estado e desresponsabilizá-lo pelo financiamento das políticas de inclusão, transfere ao indivíduo os custos da mobilidade, da permanência e da própria sobrevivência estudantil — o que perpetua desigualdades e reforça os limites materiais do direito à educação superior pública, comprometendo a permanência e qualidade educativa.

À luz da perspectiva da democracia participativa, a democratização do acesso à educação superior revela limites quando se restringe predominantemente à ampliação do ingresso. Embora o aumento de vagas e a interiorização das instituições ampliem as oportunidades formais de entrada, essas ações, isoladamente, não garantem a participação plena dos sujeitos no espaço universitário. A ausência ou fragilidade de políticas efetivas de permanência, de acompanhamento acadêmico, de apoio socioeconômico e de garantia da qualidade da formação compromete o sentido mais profundo da democratização, uma vez que impede que os estudantes, especialmente os oriundos de grupos socialmente vulneráveis, tenham condições reais de concluir seus cursos e se reconhecer como pertencentes à comunidade acadêmica (MALANGE; LIMA; BARBOSA, 2015).

No contexto das políticas públicas voltadas à educação básica, observa-se uma tendência de precarização do ensino público, com currículos padronizados e mínimos, refletindo uma lógica neoliberal que enxerga a educação como gasto social a ser convertido em potencial mercado, por meio de serviços, mercadorias e terceirização de mão de obra, e não como investimento para a construção de uma sociedade equitativa. Essa abordagem limita a possibilidade de uma educação emancipadora e crítica, impondo metas e conteúdos que muitas vezes não correspondem às reais condições e necessidades dos estudantes.

Apesar dessas limitações na educação básica pública, o Brasil passou por um processo significativo de expansão da educação superior nas últimas décadas, impulsionado por políticas públicas voltadas à ampliação de vagas e à interiorização das universidades. Esse crescimento buscou democratizar o acesso, permitindo que estudantes de classes populares, pessoas com deficiência, grupos raciais historicamente marginalizados e indivíduos de regiões antes desassistidas tivessem a oportunidade de ingressar na educação superior.

De acordo com Neves, Gentil e Malange (2020, p. 45),

> A proposta de democratização do acesso à Educação Superior vem sendo discutida, elaborada e implementada no Brasil desde a década de 1990, mais especificamente, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9394/1996 que, entre outras questões, definiu a obrigação da União de elaborar um Plano Nacional de Educação – PNE. Neste são definidas metas e estratégias para se atingir os objetivos da educação, em consenso com processos democráticos e participativos entre a sociedade civil e o governo. Dados os impasses e as dificuldades dos processos, de lá para cá, aprovou-se dois planos, estando vigente até 2024 o aprovado pela Lei 13.005/2014.

Os estudos obtidos a partir do balanço de produção abordam a democratização do acesso à educação superior sob diferentes perspectivas e metodologias. Senkevics (2021) adota uma abordagem mista, integrando análise quantitativa e qualitativa, e organiza o estudo em três níveis: macro, meso e microssociológico. No nível macro, são examinadas transformações no acesso à graduação entre 1991 e 2020, identificando cinco tendências principais, como a democratização do acesso e a ampliação do ensino a distância. No nível meso, o estudo acompanha um painel de egressos do ensino médio para discutir os efeitos da origem social e do desempenho acadêmico na transição para o ensino superior. No nível micro, entrevistas com vestibulandos em Brasília descrevem o “choque de realidade” vivido pelos jovens ao enfrentar um contexto de alta competitividade educacional. Os resultados evidenciam que estudantes de origem privilegiada usufruem de estratégias de admissão menos dependentes do desempenho, enquanto os candidatos mais pobres dependem de notas elevadas para ingressar.

Maciel (2021) utiliza um modelo hipotético baseado nos microdados do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para analisar o alcance da democratização do acesso à UFF em 2017, comparando cursos de diferentes graus de seletividade, como Medicina e Pedagogia. A pesquisa destaca avanços relativos no ingresso de estudantes de diferentes contextos socioeconômicos, mas também aponta limites e distorções da Lei de Cotas, sugerindo a necessidade de revisões específicas. Essa análise é focada no perfil socioeconômico e na seletividade dos cursos, sem explorar outros aspectos da permanência acadêmica ou impactos pós-ingresso.

Bello (2022) concentra-se especificamente na implementação da Lei de Cotas nas universidades federais entre 2012 e 2019, avaliando mudanças nas políticas de seleção, inclusão de grupos sub-representados e impacto no perfil socioeconômico e racial dos ingressantes. A pesquisa é de caráter quantitativo, utilizando microdados do Censo da Educação Superior do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), tratados por meio de softwares como Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS) e Excel. Os resultados indicam um aumento significativo do número de cotistas, com 39,6% dos estudantes em 2019 beneficiando-se do sistema de cotas, evidenciando avanços na democratização do acesso.

Rodrigues (2023) concentra-se na análise histórica e legal das políticas educacionais no Brasil, com foco nos aspectos sócio-históricos da expansão da educação superior e na formulação de políticas afirmativas, incluindo programas como ProUni, Sisu, Fies e a Lei de Cotas 12.711/2012. Trata-se de uma pesquisa qualitativa-exploratória, de natureza bibliográfica e documental, que enfatiza a influência de organismos internacionais e do mercado de trabalho na configuração do ensino superior brasileiro. O objetivo central é compreender criticamente os elementos legais e históricos que moldam o acesso à educação superior, destacando tendências de inclusão social parcial, embora sem apresentar dados empíricos sobre estudantes ou impactos quantitativos.

Os estudos diferem quanto ao nível de análise, abrangência geográfica e perspectiva metodológica. Enquanto Rodrigues (2023) privilegia aspectos históricos e legais, Senkevics (2021) integra análise quantitativa e qualitativa de trajetórias individuais. Maciel (2021) e Bello (2022) concentram-se em políticas afirmativas e perfil dos ingressantes, mas limitam-se a universidades federais ou cursos específicos. Lacunas comuns incluem a pouca atenção à permanência e ao desempenho acadêmico após o ingresso, demonstrando que a terminologia acesso ainda se encontra muita enraizada ao ingresso na educação superior, em detrimento da permanência e da qualidade educativa percebida pelos estudantes.

As análises também revelam limites estruturais desse processo, como a persistência das desigualdades socioeconômicas, o desequilíbrio entre as instituições públicas e privadas, e a influência de organismos internacionais na orientação das políticas educacionais, frequentemente voltadas à lógica de mercado. Embora reconheçam os avanços promovidos pelas políticas afirmativas, os estudos destacam a necessidade de aprofundar o debate sobre a permanência estudantil e as condições reais de ingresso, permanência e qualidade educativa, reforçando a relevância de investigações voltadas à compreensão dessas experiências, articulando as dimensões de ingresso, permanência e equidade no ensino superior.

As perspectivas suscitadas a partir do balanço de produção acerca da democratização do acesso à educação superior e dos deslocamentos pendulares estudantis revela um campo de estudos em expansão, porém ainda marcado por lacunas significativas. As pesquisas sobre democratização do ensino superior, em geral, concentram-se na ampliação das vagas, nas políticas de cotas e nos programas de assistência estudantil como mecanismos de inclusão. No entanto, observamos que poucos estudos abordam de forma articulada as condições concretas de permanência no contexto da pendularidade estudantil.

A democratização do acesso à Educação Superior, embora formalmente instituída por meio de marcos legais como a LDB nº 9.394/1996 e os Planos Nacionais de Educação, não se constitui apenas como um processo normativo, mas como resultado de disputas políticas, impasses institucionais e limitações estruturais. Ao destacar a elaboração e aprovação tardia dos PNEs, Neves, Gentil e Malange (2020) sugerem que a ampliação do acesso ocorreu de forma gradual e tensionada, revelando a fragilidade da articulação entre planejamento educacional e efetivação de políticas públicas consistentes.

A expansão do ensino superior no país se deu principalmente a partir da crescente de IES privadas, que em 2020 totalizavam aproximadamente 87% de IES estabelecidas no Brasil. Se comparado ao quantitativo de IES privada em 1995, percebemos que esse número triplicou ao longo desse recorte temporal, enquanto IES públicas percebem um aumento bem menos significativo, como observamos no Quadro 5.

Quadro 5: Evolução das IES públicas e privadas no Brasil (1995-2024)

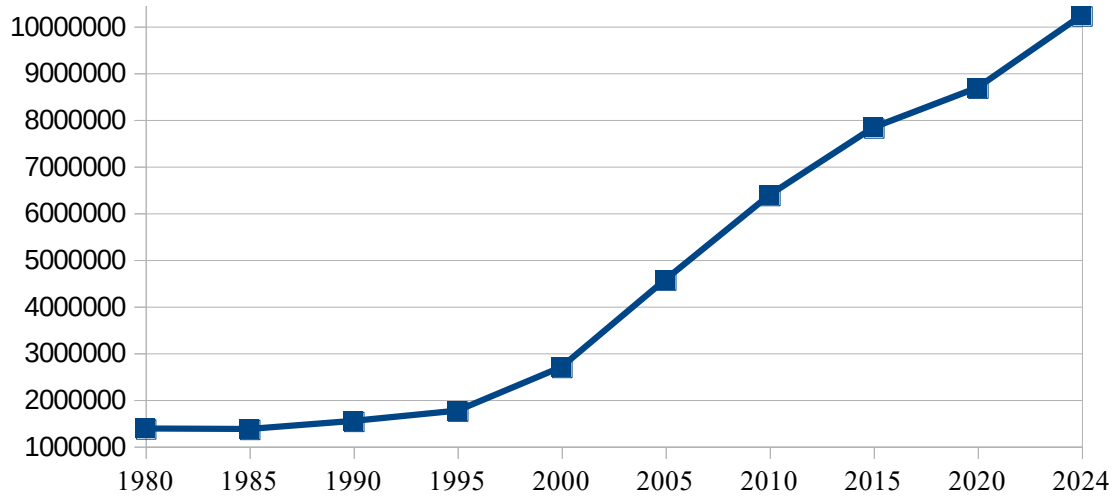
		Categoria administrativa das IES			
Ano	**Total**	**Privada**	**Federal**	**Estadual**	**Municipal**
1995	894	684	57	76	77
2000	1.180	1.004	61	61	54
2005	2.165	1.934	97	75	59
2010	2.378	2.100	99	108	71
2015	2.364	2.068	107	120	68
2020	2.457	2.153	118	129	57
2024	2.561	2.244	122	139	56

Fonte: Bello (2022, p. 48); BRASIL (2025, p. 9).

Em 2024, as instituições privadas permanecem representando 87% das IES registradas (BRASIL, 2025, p. 9). Em concomitância ao crescente de IES no país, de acordo com Brasil (2025, p. 17), a expansão das matrículas na graduação tem sido uma constante: em 1980, o número de estudantes matriculados era de aproximadamente 1,3 milhão, enquanto em 2025 esse número ultrapassou 10 milhões. Nesse âmbito, consideramos importante ressaltar que 8,1 milhões de estudantes ingressantes em 2024, realizaram matrículas em IES privadas, contra 2 milhões ingressantes em IES públicas (BRASIL, 2025, p. 18).

Ainda, de acordo com Brasil (2025), 50,7% dos estudantes ingressantes no ano de 2024 estavam em cursos de graduação a distância, totalizando 5,1 milhões dos 10 milhões de ingressantes registrados. A modalidade EaD (Educação a Distância) tem ganhado impulso a partir do ano de 2014, apresentando um crescimento superior a 360%, até 2024, no número de ingressantes em cursos de graduação. O número de ingressantes em cursos na modalidade EaD correspondeu a 67% em 2024, contra 23,4% em 2014. No Gráfico 1 é possível observar a crescente no número de matrículas na graduação no país.

Gráfico 1: Evolução do número de matrículas de graduação no Brasil (1980-2024)



Fonte: BRASIL (2025, p. 17).

Esse aumento quantitativo de IES e matrículas em cursos superiores não garante, isoladamente, a superação dos desafios relacionados à permanência, à qualidade da formação e às desigualdades sociais. Essa afirmativa reforça a necessidade de políticas integradas que contemplem não apenas o ingresso, mas também o suporte adequado aos estudantes durante sua trajetória acadêmica, visando ofertar uma educação de qualidade e políticas que propiciem a permanência no ensino superior, com ações que possibilitem ao estudante uma integração material, intelectual e cultural ao curso em que está matriculado, percebendo o acesso em sua integridade.

O acesso à Educação Superior, quando associado prioritariamente ao ingresso, ainda que ampliado quantitativamente, não garante a democratização do ensino, uma vez que desconsidera as condições objetivas de permanência e sucesso acadêmico dos estudantes. A democratização do acesso não se concretiza apenas com o ingresso do estudante, mas exige condições efetivas de permanência e de conclusão do curso com qualidade. Nesse sentido, o acesso deve ser compreendido como um processo indissociável entre ingresso, permanência e

conclusão com qualidade. Nas palavras de Malange, Lima e Barbosa (2015, p. 3256) “garantir o acesso/ingresso é necessário e fundamental, mas pensado de forma fragmentada da permanência não garante a democratização”.

Neves, Gentil e Malange (2020, p. 49), afirmam que “ampliar tão somente o número de oferta de vagas nas IES resolve o problema do ingresso, mas acaba por evidenciar um novo problema, a evasão estudantil”. O ingresso representa apenas a etapa inicial de um processo mais amplo, no qual a ausência de políticas integradas de permanência contribui para a reprodução de desigualdades e para o agravamento dos índices de evasão. De acordo com Veloso, Lima e Malange (2022, p. 74) “a evasão e a retenção no ensino superior podem decorrer do sentimento de não pertencimento e da frustração das expectativas em relação ao curso de graduação e à carreira profissional”.

A evasão na educação superior brasileira configura-se como um fenômeno estrutural e persistente, referindo-se ao não prosseguimento do estudante até a conclusão do curso. Entretanto, não deve ser interpretada apenas como fracasso, pois pode envolver processos de mobilidade acadêmica, como mudança de curso ou instituição, revelando tentativas dos estudantes de buscar melhores trajetórias formativas. A retenção, por sua vez, manifesta-se como o prolongamento do tempo de permanência nos cursos, geralmente associada a dificuldades acadêmicas, sociais e econômicas, constituindo um indicador das limitações das políticas educacionais e das fragilidades no processo de democratização do ensino superior (VELOSO, LIMA e MALANGE, 2022).

A permanência constitui uma dimensão fundamental do acesso à educação superior, sendo indispensável para a efetivação da democratização desse nível de ensino, uma vez que não basta garantir o ingresso, mas também assegurar condições para a continuidade e conclusão com qualidade. Nesse sentido, políticas como o PNAES são essenciais para reduzir desigualdades e evasão (VELOSO, LIMA e MALANGE, 2022). Em contrapartida, a não permanência está associada a fatores como dificuldades financeiras, ausência de apoio institucional e distanciamento cultural, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade, evidenciando que a democratização baseada apenas no ingresso é insuficiente e requer uma abordagem mais ampla do acesso (MALANGE, LIMA e BARBOSA, 2015).

Essa prerrogativa aponta que estudantes provenientes de grupos socialmente vulnerabilizados enfrentam desafios significativos de adaptação ao ambiente universitário, decorrentes de desigualdades estruturais de ordem socioeconômica, cultural e educacional. Tais obstáculos podem se manifestar na dificuldade de acompanhamento das demandas

acadêmicas, na limitação de acesso a recursos de apoio e na inserção precária em redes sociais e acadêmicas, fatores que, cumulativamente, elevam o risco de evasão.

Além disso, vale ressaltar que apesar dos avanços proporcionados pela expansão da educação superior pública e pela adoção de políticas afirmativas, ainda persiste uma profunda desigualdade no acesso aos cursos mais prestigiados. Enquanto os jovens das camadas médias e das elites ingressam com facilidade — de forma quase natural — nas carreiras mais valorizadas das universidades públicas, dando continuidade a um projeto de vida já estruturado, os estudantes pobres, marginalizados, oriundos majoritariamente de escolas públicas, veem na educação superior uma oportunidade de transformação social, cuja possibilidade de ingresso está vinculada aos cursos menos prestigiados.

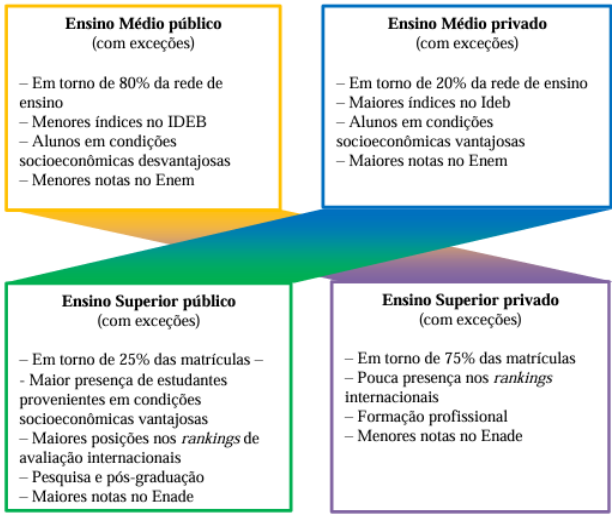
A respeito dessa dualidade, Senkevics (2021) elabora em sua pesquisa uma comparação entre dois casos típicos, a partir da estimativa do desempenho médio dos estudantes, projetada com a modelagem em larga escala dos dados extraídos do ENEM, como fatores raciais, socioeconômicos e escolares impactam o desempenho estudantil.

> Uma jovem hipotética, de 17 anos de idade, residente em áreas urbanas do estado de São Paulo, tem a nota [do ENEM] estimada em 598 pontos caso seja branca, egressa da rede privada e pertencente a uma família do segmento mais rico e com pelo menos um genitor com diploma de graduação. Se, por outro lado, fosse um rapaz negro, egresso de escola estadual, do segmento mais pobre e cujos pais completaram até o ensino fundamental, sua nota é de 477 pontos. Um hiato de 121 pontos (1,56 d.p.) segrega essas duas realidades (SENKEVICS, 2021, p. 139).

Os estudantes que integram a segunda realidade, via de regra, não têm a possibilidade de escolher livremente o curso que desejam, mas ingressam “no que é possível, em busca de um diploma que lhes dê algum tipo de recompensa, ou seja, emprego ou algo que lhe propicie alguma mobilidade e, portanto, melhores condições de sobrevivência.” (VELOSO, LIMA e MALANGE, 2022, p. 216). Tal realidade escancara como as desigualdades sociais e educacionais continuam a moldar os percursos acadêmicos, evidenciando que o acesso à educação superior, embora ampliado, ainda carrega marcas profundas de exclusão e seletividade social.

Maciel (2021) em sua pesquisa acerca das políticas afirmativas no ensino superior público traz uma relação cruzada entre ensino médio e ensino superior, apontando de forma clara e sucinta como os estudantes egressos do ensino médio privado possuem maiores possibilidade de acesso ao ensino superior público no Brasil. Essa realidade se estabelece devido ao acervo intelectual e cultural que a educação básica privada oferta quando comparada à educação básica pública, correlacionando o sucesso acadêmico ao grupo social a que o estudante está inserido.

Figura 1: Relação cruzada entre ensino médio e ensino superior (público e privado)



Fonte: Maciel (2021, p. 67).

Os dados apontados pela autora podem ser considerados um demonstrativo de como o capital cultural está intrinsecamente atrelado ao capital material dos egressos da educação básica no Brasil, e de como o acesso ao ensino superior público se relaciona com os fatores anteriores ao ingresso na graduação. Por isso, torna-se crucial pensarmos as políticas de ações afirmativas na busca pela equidade social e democratização do acesso à educação superior.

Esses dados nos revelam que, embora o cenário socioeconômico atual no Brasil apresente avanços em relação às décadas de 1980 e 1990, marcadas por profundas desigualdades e exclusão social, é necessário problematizar até que ponto essas mudanças representam, de fato, uma transformação estrutural. Medidas como a ampliação de políticas públicas de assistência social, sem dúvida, resultaram em uma pequena inclusão social, refletida na melhora de alguns indicadores de bem-estar.

No entanto, essas conquistas, embora relevantes, não garantem por si só a superação das desigualdades históricas que estruturam o tecido social brasileiro. O desafio que se impõe é compreender se tais políticas conseguiram alterar de forma definitiva o destino de parcelas significativas da população antes relegadas à condição de pobreza e exclusão econômica, ou se, ao contrário, operaram apenas como paliativos, sem romper com as lógicas estruturantes da concentração de renda e da reprodução das desigualdades (MENCHISE, FERREIRA e ÁLVAREZ, 2023, p. 13).

Aos estudantes egressos da escola pública que almejam ingressar no ensino superior, a educação recebida nessa primeira etapa se torna um fator excludente, de adequação à sociedade capitalista em que a qualidade de oferta de serviços, mesmo aqueles considerados essenciais, são estabelecidos de acordo com o capital econômico dos indivíduos. O espaço

acadêmico, ainda percebido enquanto um espaço destinado para uma elite cultural, torna-se assim, um espaço destinado à elite econômica.

Nesse contexto, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas institucionais voltadas ao acolhimento, à tutoria especializada e à implementação de ações afirmativas, com o objetivo de promover a equidade, a inclusão e a permanência desses estudantes, garantindo que o acesso à universidade se traduza em oportunidades reais de aprendizado, desenvolvimento pessoal e ascensão social, em vez de se limitar a índices de ingresso acompanhados de insucesso acadêmico e evasão.

Assim, o acesso à educação superior torna-se fator primordial para a mudança dessa realidade que os coloca à margem dos serviços públicos, transformando a realidade imediata desses estudantes, com as políticas afirmativas, possibilitando a sua permanência nesse espaço que de outra forma lhe seria negado. Nesse sentido, a democracia participativa pressupõe não apenas o acesso formal, mas a criação de condições materiais e pedagógicas que assegurem a permanência qualificada e a conclusão dos estudos, sob pena de a democratização se configurar como parcial e incompleta.

3.2 Políticas Públicas de acesso à Educação Superior no Brasil

As políticas públicas vinculam-se à efetivação dos direitos sociais historicamente conquistados por meio das lutas da classe trabalhadora. Tais direitos constituem o alicerce para a promoção da justiça e para a redução das desigualdades sociais, na medida em que garantem o acesso equitativo aos bens e serviços essenciais à cidadania. A consolidação desses direitos depende, portanto, da atuação de um Estado comprometido com o bem-estar coletivo e da implementação de políticas públicas eficientes, capazes de responder às demandas sociais de forma inclusiva e democrática. A esse respeito Arrigoni *et al* (2022, p. 4) argumenta que:

> Em decorrência da complexidade da sociedade e das crescentes necessidades dos cidadãos, a presença do Estado na prestação de políticas públicas tornou-se cada vez mais importante, seja como agente implementador ou executor, seja como concedente, regulador e controlador, este último, nos casos em que as políticas públicas são operadas por terceiros.

A compreensão das políticas públicas como instrumentos de materialização dos direitos sociais remete a uma concepção de Estado que transcende sua função administrativa, assumindo papel ativo na promoção da igualdade e na correção das assimetrias históricas produzidas pelo sistema capitalista. A partir dessa ótica, as políticas públicas não devem ser

interpretadas como concessões governamentais, mas como expressões de conquistas sociais resultantes de processos coletivos de reivindicação e resistência.

As políticas públicas voltadas ao acesso à educação superior, quando não articuladas a ações efetivas de permanência, tendem a apresentar resultados limitados. Isso ocorre porque o simples ingresso do estudante na universidade não garante sua trajetória acadêmica até a conclusão do curso. Conforme apontam Veloso e Maciel (2015), a dissociação entre políticas de acesso e condições de permanência gera lacunas que comprometem a eficácia dessas ações, especialmente no atendimento a estudantes oriundos de grupos socialmente vulnerabilizados. Dessa forma, a ampliação de vagas e a adoção de mecanismos seletivos mais inclusivos precisam estar acompanhadas de políticas de assistência estudantil, apoio pedagógico e acolhimento institucional, sob pena de reforçar processos de evasão e exclusão no interior das próprias instituições de ensino superior.

Nesse sentido, a efetividade das políticas públicas depende da correlação entre a vontade política, a capacidade administrativa do Estado e o grau de participação social na sua formulação e controle. A ausência dessa articulação tende a reproduzir desigualdades, transformando o direito em mera formalidade legal. Assim, reafirma-se que o fortalecimento das políticas públicas constitui elemento essencial para consolidar o projeto democrático e assegurar a universalização dos direitos sociais, especialmente no campo educacional.

Por esta razão, as ações afirmativas surgem com o intuito de propiciar equidade na disputa pelas vagas disponibilizadas na educação superior, e na permanência pelo período necessário à conclusão do curso pretendido. Veloso, Lima e Malange (2022, p. 30), afirmam que “com a instituição da Lei das Cotas e com a ampliação das matrículas por meio do programa de reserva de vagas, torna-se fundamental ter orçamento e ações de assistência estudantil”, de forma a garantir a permanência dos estudantes, atrelada a dois fatores não distintos, mas estritamente relacionados, sendo estes a permanência material e simbólica. Para Santos (2009, p. 23),

> a permanência material caracterizada pelas condições objetivas de existência do estudante na universidade e a permanência simbólica que diz respeito às possibilidades que os estudantes têm de vivenciar a universidade, identificar-se com o grupo dos demais estudantes, ser reconhecido por estes e, portanto, pertencer ao grupo.

As universidades implementam essas políticas por meio de bolsas de apoio financeiro, auxílios de subsistência, e programas de iniciação científica e docência, visando atender à tríade ingresso, permanência e qualidade educativa. Essas ações consideram aspectos sociais, culturais, econômicos, étnicos e familiares, bem como situações de

preconceito, discriminação e pertencimento ao ambiente acadêmico, historicamente negado a muitos estudantes.

> em contrapartida ao processo de expansão da educação superior pública federal que possibilitou o acesso de estudantes oriundos do ensino médio público de pardos e pretos e de estudantes de faixas de renda familiar mais pobres, oriundos preferencialmente da classe trabalhadora, foram criadas políticas e programas de permanência, visando favorecer o processo de inclusão (VELOSO, LIMA e MALANGE 2022, p. 194).

Com a democratização do acesso, outros fatores se tornam uma preocupante para o sucesso na trajetória acadêmica, desde o ingresso até a finalização do curso, sendo estes a permanência a e evasão. A evasão discente nas instituições educativas de educação superior torna de suma importância o estudo e análise sobre políticas públicas que possam contribuir de forma eficaz para a permanência dos estudantes na educação superior. Além disso compreender os aspectos socioeconômicos dos estudantes, os fatores interferentes para o seu sucesso acadêmico, suas expectativas e desafios, permite criar e aprimorar as políticas e estratégias das instituições voltadas para a permanência desses estudantes, visando o acesso a uma educação de qualidade.

> Políticas públicas como Prouni, FIES, Políticas de Cotas, Reuni e Sisu democratizaram o ingresso, no entanto, o problema da evasão e da permanência ainda persiste, jogando para baixo o sucesso dos acadêmicos nos cursos, ou seja, muitos conseguem ingressar, mas poucos conseguem concluir. O problema da permanência passa a ser uma questão em discussão. Assim, após o ingresso, a preocupação incide sobre a permanência do estudante e as diversas influências atreladas, como, por exemplo: o que antecede ao ingresso, o que se apresenta no percurso acadêmico e o que se tem como projeção de vida futura (VELOSO, LIMA e MALANGE, 2022, p. 72).

Bello (2022), em seu estudo sobre as ações afirmativas na educação superior, apresenta um quadro sistematizando as políticas de expansão das IES que têm como finalidade a democratização do acesso. Conforme a autora, o marco inicial desse movimento é ENEM, instituído em 1998 e expandido em 2010, passando a ser utilizado como um dos principais mecanismos de ingresso nas IES, como podemos observar no Quadro 6.

Quadro 6: Políticas de expansão das IES, democratização do acesso à educação superior

ANO	PROGRAMA	CRIAÇÃO	OBJETIVO
1998	ENEM	Criado em 1998, através da Medida Provisória (MP) nº 438. A partir de 2010 as notas obtidas na prova do ENEM são utilizadas para o ingresso em várias instituições de ensino	I – conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho; II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio; III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior; IV – constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio (BRASIL, 1998, art 1º)

		superior	
1999	FIES	Inicialmente foi criado pela MP nº 1.827/1999 e transformado na Lei nº 10.260/2001, sendo alterado em 2010, pela Lei nº 12.202	Financiar, parcial ou integralmente o custeio das mensalidades a estudantes de IES privadas (BRASIL, 2001).
2005	PROUNI	Criado a partir da MP nº 213/2004 e convertido na Lei nº 11.096/2005	Conceder bolsas de estudos nas modalidades integral para estudantes de instituições privadas, cuja renda per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo e meio, e parcial (50%) para estudantes de instituições privadas, com renda familiar per capita igual ou inferior a 3 salários mínimos. Tanto para a modalidade integral, quanto parcial, as bolsas serão destinadas a estudantes que tenham concluído o ensino médio em escola pública, ou em instituição privada, desde que tenham recebido bolsa de estudo integral (BRASIL, 2005).
2006	UNIVERSIDA DE ABERTA DO BRASIL	Criado através do Decreto nº 5.800/2006	I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006, art. 1º).
2007	Programa de Apoio a Planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	Instituído através do Decreto nº 6.096/2007	Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.(BRASIL, 2007, art 1ª).
2008	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Criada através da Lei 11.982/2008	Instituir os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro I. (BRASIL, 2008)
2010	SISU	Instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010 e a partir de 2012 pela Portaria Normativa Nº 21, de 5 de novembro de 2012	Selecionar estudantes em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições de ensino superior públicas e gratuitas (BRASIL, 2010).
2010	PNAES	Criado pelo Decreto nº 7.234/2010	I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e

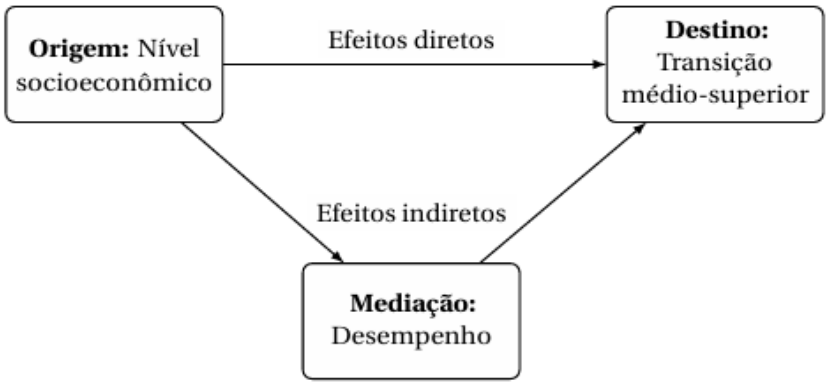
			regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, art.2º).
2012	LEI DE COTAS	Instituída através da Lei nº 12.711/2012	Garantir a reserva mínima de 50% das vagas para estudantes originários de escola pública. Este percentual é dividido em sub cotas: I) renda familiar - estudantes cuja renda bruta familiar per capita é igual ou inferior a um salário mínimo e meio; II) étnico-racial - estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e, III) pessoas com deficiência (BRASIL, 2012)

Fonte: Belo (2022, p. 50-52).

A participação de estudantes no ENEM alcançou seu pico em 2016, tendo percebido uma queda brusca após esse período. Em 2022, 2,3 milhões de estudantes realizaram o ENEM, em contrapartida aos 6,1 milhões de estudantes participantes em 2016 (INEP, 2023, p. 24). Ainda assim, "o ENEM é utilizado como critério de ingresso tanto em universidades públicas quanto em instituições privadas. Sua nota é utilizada para concorrer a vagas no Sisu e no ProUni" (RODRIGUES, 2023, p. 62).

As políticas afirmativas de ingresso na educação superior têm como principal objetivo assegurar a transição entre dois níveis educacionais — o ensino médio e o ensino superior —, reduzindo desigualdades históricas de acesso. Para que essa transição seja efetiva, Senkevics (2021) destaca a importância de refletir sobre os efeitos diretos e indiretos que se estabelecem entre a origem social do estudante — compreendida por seu nível socioeconômico — e seu destino educacional, representado pela passagem do ensino médio à universidade. Segundo o autor, "por efeitos indiretos, entende-se os efeitos da origem social sobre a transição educacional resultante das diferenças de classe no desempenho escolar […]; já os efeitos diretos representam os efeitos da origem social sobre essa transição" (SENKEVICS, 2021, p. 114), como mostra a Figura 2.

Figura 2: Diagrama dos efeitos diretos e indiretos na estratificação educacional



Fonte: Senkevics (2021, p. 114).

A distinção apresentada por Senkevics (2021) evidencia que as desigualdades no acesso à educação superior transcendem o desempenho acadêmico individual, refletindo condicionantes estruturais que moldam o percurso educacional dos sujeitos desde sua origem social. Esses fatores exercem influência direta sobre o ingresso, o rendimento e a permanência dos estudantes no ensino superior, perpetuando assim as assimetrias históricas de oportunidades educacionais no país.

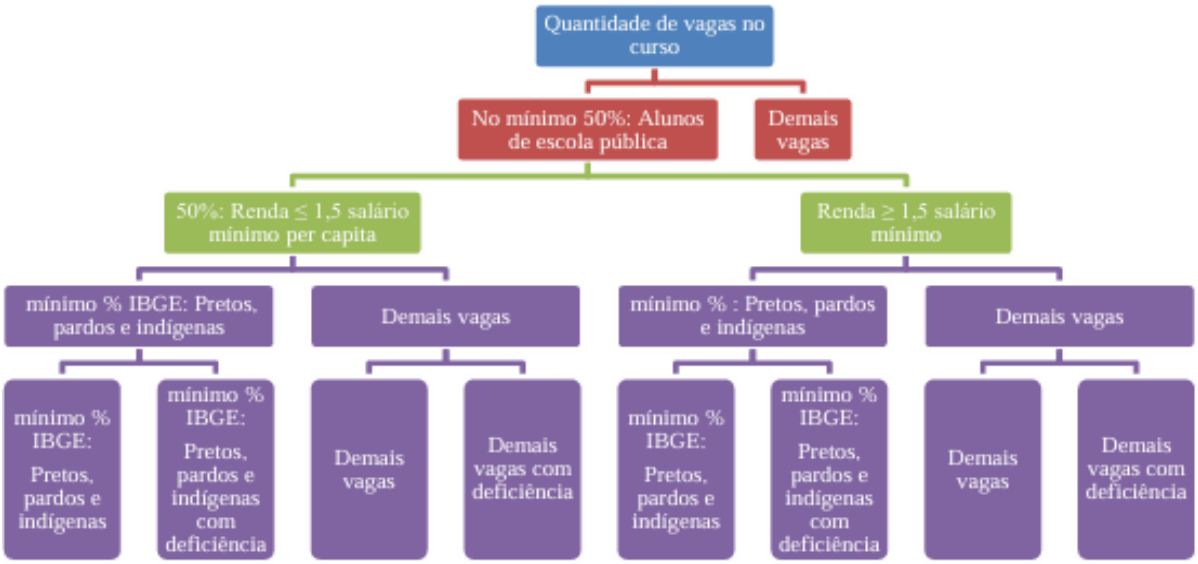
Para Silva e Nogueira (2019, p. 113), "o marco do debate da permanência do estudante na educação superior liga-se ao preceito legal da assistência estudantil, aprovado no ano de 2007". O PNAES (Programa Nacional de Assitência Estudantil), cuja finalidade é "ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal" (BRASIL, 2010, p. 1), oferece assistência alimentação, moradia estudantil, inclusão digital, dentre outros benefícios, objetivando ofertar assistência material aos estudantes ingressantes na educação superior federal, que se enquadram nos parâmetros concebidos para a concessão desses auxílios.

Em relação ao ingresso do estudante negro na educação superior, A Lei nº 12.711/2012, popularmente conhecida como a Lei de Cotas, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, estabelece que

> Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público, referidas na alínea b do inciso I do § 3º do art. 7º da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2012, p. 1).

Ao reservar 50% das vagas para estudantes da rede pública, a lei também confronta a ideia de que o vestibular é um processo puramente meritocrático. Na verdade, ele reproduz desigualdades sociais, uma vez que estudantes de escolas privadas, com mais recursos, têm mais chances de aprovação. A lei, portanto, não fere o mérito, mas busca nivelar o campo de jogo para que o mérito real possa ser medido com mais justiça. Ela reconhece que tratar desiguais como iguais perpetua a exclusão, e que só políticas afirmativas podem romper com ciclos históricos de privilégio e exclusão.

Figura 3: Configuração da Lei de Cotas



Fonte: Maciel (2021, p. 77).

O Art. 1º da Lei de Cotas não é apenas uma medida de acesso, mas um instrumento de justiça social. Ademais, estudantes oriundos da escola pública não são os únicos beneficiários dessa Lei. Outros grupos historicamente marginalizados percebem a destinação de vagas nas instituições de educação superior. Arrigoni et al (2022, p. 6) afirma que "dentro dessas vagas, um percentual é reservado para indígenas, pardos, negros e pessoas com deficiência, de acordo com a participação desses grupos em cada estado da Federação".

Em se tratando de grupos raciais, Silva (2020, p. 16) observa que "com o aumento do número de vagas e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público, pode-se verificar significativa ampliação da participação da população negra nessa etapa", permitindo perceber que as políticas afirmativas têm, ao menos em parte, alcançado o objetivo de diminuir as desigualdades sociais sentidas pelos diferentes grupos marginalizados. Entretanto, vale destacar que as políticas públicas voltadas à democratização do acesso nem sempre são percebidas pelo Estado como investimento, e pode passar por reduções drásticas a depender do governo vigente, impactando diretamente a qualidade educativa. Rodrigues (2023, p. 33) a respeito da democratização do acesso à educação, afirma que

> No governo do presidente Jair Bolsonaro, há redução nos investimentos na área da educação, incluindo o ensino superior, que recebeu poucos recursos nos últimos quatro anos, contexto em que vale destacar que parte do mandato presidencial ocorreu em meio à pandemia do Covid-19, o que trouxe desafios adicionais para o setor educacional, ou seja, a diminuição de investimentos e os impactos da pandemia tiveram repercussões significativas no ensino superior.

Em contrapartida, em 2024, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.914, que institui o PNAES, transformando o Programa Nacional de Assistência

Estudantil em uma política de Estado. Esta Lei, articulada com outras políticas sociais da União, prevê uma série de benefícios diretos especificados no texto da Lei, divididos em diferentes programas voltados para os estudantes de baixa renda nas instituições federais de educação superior, profissional, científica e tecnológica, incluindo a possibilidade de ampliação dos benefícios a estudantes da pós-graduação e de instituições públicas estaduais, municipais e distritais, mediante convênios e disponibilidade orçamentária (BRASIL, 2024).

O orçamento destinado ao PNAES em 2024 é de R$ 1,5 bilhão, representando um aumento de aproximadamente 65% em relação a 2022. Desse montante, R$ 1,27 bilhão correspondem ao PAE (Programa de Assistência Estudantil) e R$ 233 milhões ao PBP (Programa de Bolsas de Pesquisa), totalizando mais de 400 mil estudantes beneficiados. Entre as ações contempladas estão auxílio alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, atenção à saúde mental, apoio pedagógico, acessibilidade e permanência parental, abrangendo uma perspectiva mais integral do bem-estar discente (BRASIL, 2024). De modo geral, o PNAES/2024 consolida-se como uma política essencial para o enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam o ensino superior brasileiro, representando não apenas um mecanismo de assistência financeira, mas também uma estratégia de inclusão social e educacional, articulada aos princípios de equidade e justiça social no acesso, permanência e sucesso acadêmico.

Nesse sentido, se percebe que as políticas afirmativas para acesso à educação superior no Brasil visam atender aos grupos socialmente prejudicados com a estrutura social em voga, cujo capital econômico rege o acesso ao capital cultural e intelectual dos indivíduos. Embora a destinação de vagas a estes grupos permita o acesso à educação superior, este fator não garante o sucesso acadêmico, ou mesmo na permanência destes estudantes. Ademais, uma educação básica mínima impacta negativamente na trajetória acadêmica.

> O fato é que os beneficiários possuíam educação básica deficiente e, apesar do acesso [lê-se ingresso] ao ensino superior beneficiado pela cota, o déficit de aprendizagem na educação básica dificulta a participação no ensino superior. Esse problema é considerado um dos motivos do baixo desempenho dos alunos em diversos cursos de graduação (ARRIGONI, 2022, p. 14).

Para Silva e Nogueira (2019, p. 115), “tem-se o fato marcante de que de 2007 em diante, mesmo considerando o aporte crescente de recursos, a taxa de concluintes vem declinando, e o destaque a essa questão importa porque se trata do percurso acadêmico finalizado do estudante”. Essas afirmativas contribuem para montar um quadro significativamente esclarecedor da educação superior. Embora as políticas afirmativas

promovam o ingresso à educação superior por estudantes que de outra forma teriam o acesso negado, isso não é suficiente para garantir a permanência dos estudantes.

As políticas afirmativas de permanência, em sua maioria, oferecem suporte financeiro de forma a contribuir com as necessidades materiais dos estudantes ingressantes da educação superior. Entretanto, auxílio financeiro não é o suficiente para dirimir os obstáculos ocasionados por uma escolarização básica deficiente, de cunho bancário e opressor, percebida nas instituições de educação básica pública e que impactam o sucesso acadêmico. A busca pela superação desses obstáculos em uma luta incessante para corresponder as exigências da educação superior, demonstram a importância desse setor para a transformação da realidade desses estudantes. Nas palavras de Arrigoni *et al* (2022, p. 14),

> Quase 100% dos entrevistados mencionaram que a universidade mudou sua forma de pensar, abrindo suas mentes para além da visão de mundo de suas famílias, escolas e bairros. Isso lhes permitiu ocupar posições no mercado de trabalho e ter acesso a bens e serviços. Como consequência, sentiram-se mais integrados e incluídos em relação aos não beneficiários.

As políticas públicas como a Lei de Cotas, programas de bolsas como o ProUni e o FIES, são instrumentos fundamentais para promover a democratização do acesso ao ensino superior. Ainda, se considerarmos a expansão do setor privado, A EaD, por concentrar grande parte das vagas ofertadas na graduação, pode ser percebido enquanto oportunidade para estudantes de diferentes regiões e condições socioeconômicas, o que pode mitigar parcialmente as barreiras de mobilidade geográfica e financeira.

Além do ingresso, a permanência estudantil é um desafio central. Programas como o PNAES visam ampliar as condições de permanência na educação superior, oferecendo assistência alimentar, moradia estudantil, inclusão digital e outros benefícios a estudantes de baixa renda (BRASIL, 2010). A integração dessas políticas com estratégias de inclusão racial e socioeconômica é essencial para reduzir os impactos das desigualdades evidenciadas por estudos como o de Senkevics (2021), Maciel (2021), Bello (2022) e Rodrigues (2023), garantindo o acesso em sua totalidade para os estudantes historicamente excluídos.

Por sua vez, o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (PNAEST), instituído pela Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, foi criado para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda nas instituições públicas estaduais de ensino superior. O principal objetivo do PNAEST é ampliar as condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos de graduação, reduzindo a evasão universitária causada por dificuldades socioeconômicas. Os recursos do PNAEST podem ser utilizados para financiar ações de assistência estudantil, tais

como auxílio moradia e alimentação. Vale destacar que o programa passou por um período de descontinuação, após 2014, dependendo de políticas e orçamentos federais (BRASIL, 2010).

3.3 A pendularidade estudantil no Brasil: conceitos e percepções

A pendularidade é um fenômeno comum nas regiões urbanizadas em que se concentram serviços e infraestruturas necessárias à população. Nesses casos, comumente essas cidades centrais são cercadas por cidades menores, com baixa população, cujos serviços são parcos ou inexistentes, ocasionando a necessidade de translado diários para ter acesso aos serviços necessários (DELGADO *et al,* 2016). O fenômeno pode estar associado a busca por trabalho e estudo. Para muitos jovens e adultos, esse movimento é fundamental no intuito de possibilitar transformação na qualidade de vida pois, via de regra, os polos centrais das instituições de educação superior se localizam em cidades onde há maior demanda populacional para preenchimento das vagas nos cursos disponibilizados.

A análise das produções que abordam a pendularidade estudantil revela um campo de investigação ainda em consolidação, mas de crescente relevância para a compreensão das dinâmicas territoriais associadas ao acesso à educação superior. Os estudos indicam que a mobilidade espacial dos estudantes vai além do simples deslocamento físico, constituindo-se como um fenômeno complexo que envolve dimensões sociais, econômicas e simbólicas que se entrelaçam ao refletirem as oportunidades de acesso ao ensino superior.

Tavares (2022) enfatiza a mobilidade espacial em áreas não-metropolitanas, investigando como a pendularidade estudantil transformam seu “espaço de vida”. O objetivo é compreender, a partir de uma perspectiva individualizada, como os estudantes experienciam os lugares que frequentam e como a mobilidade se insere em seus projetos de vida. A metodologia é quanti-qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica, dados secundários e questionários on-line aplicados a estudantes, seguidos de uma segunda fase de seleção de perfis para descrição e mapeamento detalhado do espaço de vida. Entre os resultados, destacam-se perfis socioeconômicos dos participantes, padrões de deslocamento, utilização de residências secundárias e a identificação da mobilidade como estratégia de acesso a oportunidades, refletindo a importância da Geografia de Oportunidades para o ensino superior.

Por sua vez, Almeida (2022) concentra-se na mobilidade pendular diária de estudantes que se deslocam entre municípios com pouca oferta de ensino superior e cidades centrais, utilizando Mossoró-RN como estudo de caso. O objetivo é analisar os fluxos

regionais e as condições que levam os estudantes a se deslocarem, considerando a integração entre municípios e o papel centralizador das Instituições de Ensino Superior. A metodologia combina coleta de dados primários, por meio de questionários aplicados a estudantes e motoristas, entrevistas com associações estudantis e órgãos municipais, e dados secundários, incluindo microdados do IBGE (Instituto Brasileito de Geografia e Estatística), Censo da Educação Superior e plataformas do e-MEC (plataforma do Ministério da Educação) e BME/IBGE (Banco Multidimensional de Estatísticas). Os resultados mostram que Mossoró exerce papel central na região, recebendo um contingente expressivo de estudantes, muitos dos quais não têm condições de residir na cidade e dependem da pendularidade para manter vínculo com o ensino superior.

Ambas produções apontam que a pendularidade estudantil reflete as disparidades regionais e a busca por melhores condições de formação, ao mesmo tempo em que implicam desafios cotidianos relacionados ao tempo de deslocamento, aos custos financeiros e às limitações de participação acadêmica. Embora contribuam para o avanço teórico sobre a mobilidade estudantil, essas pesquisas ainda carecem de análises mais aprofundadas sobre os impactos da pendularidade na permanência e no desempenho acadêmico. Tavares (2022) privilegia a dimensão individual e experiencial, enquanto Almeida (2022) enfatiza a dimensão regional e funcional das cidades receptoras. A integração desses enfoques permite compreender tanto os impactos subjetivos da mobilidade na vida dos estudantes e os efeitos estruturais e espaciais dos fluxos estudantis nas regiões de destino.

Segundo Tavares (2022, p. 54), o fenômeno da mobilidade pendular é abordado na literatura acadêmica por meio de diferentes denominações, como migração pendular, movimento pendular, deslocamento pendular e comutação — termo derivado do inglês *commuting* — o que evidencia a variedade de nomenclaturas utilizadas para se referir a esse tipo de translado. Nesta pesquisa, optamos por empregar os termos pendularidade e mobilidade espacial como terminologias distintas, reconhecendo que cada um deles descreve aspectos diferentes da circulação populacional: a pendularidade refere-se aos movimentos cotidianos e recorrentes, enquanto a mobilidade espacial abrange fluxos mais amplos e variados entre os espaços geográficos.

A pendularidade, nesta pesquisa, aos translado diários de ida e volta realizados pelos indivíduos entre o local de moradia e o local de trabalho, estudo ou acesso a serviços. O termo remete ao movimento de um pêndulo. Esse tipo de mobilidade cotidiana reflete a organização hierárquica e funcional do espaço urbano, evidenciando as relações de dependência existentes entre centros de diferentes portes. Centros menores, muitas vezes carentes de oportunidades

de emprego e de infraestrutura adequada, tornam-se espaços residenciais, enquanto centros maiores concentram atividades econômicas, serviços especializados e equipamentos urbanos que atraem a população diariamente. Assim, a pendularidade expressa a dinâmica de integração e desigualdade entre os territórios, revelando como a estrutura urbana e as condições socioeconômicas influenciam o modo como as pessoas se apropriam e se movimentam no espaço.

A respeito da mobilidade espacial, conceito mais amplo e polissêmico em que os a pendularidade se insere, Almeida (2022) discorre sobre as ações cotidianas e planejadas dos diversos agentes (públicos e privados, individuais e coletivos) que produzem e organizam o espaço — por exemplo, o poder público, o mercado imobiliário, empresas, e os próprios moradores. O território possui uma estrutura hierárquica de lugares, em que alguns espaços são centros mais importantes (com maior concentração de atividades e serviços) e outros menores (com funções mais básicas). Esses centros se conectam em uma rede urbana. Nas palavras do autor,

> a prática espacial dos atores na produção do território faz com que alguns pontos se articulem e se interajam dependendo do seu nível hierárquico, mas também que reflitam a produção do espaço conforme as necessidades dos atores. As relações que os indivíduos estabelecem entre os centros funcionais e hierarquicamente situados na malha urbana, interagindo entre centros de níveis hierárquicos variados (menores e maiores), busca a sobreposição das carências de serviços mais básicos ou especializados em centros que há maior concentração de funções (ALMEIDA, 2022, p. 49).

Ou seja, o espaço urbano se organiza de acordo com os interesses e demandas dos atores sociais — tanto os econômicos quanto os sociais e políticos – a partir da circulação e interação das pessoas entre diferentes cidades ou bairros. Isso quer dizer que as pessoas se deslocam para centros urbanos mais complexos (com mais funções e serviços) a fim de suprir carências locais. Este fenômeno é comum na rede urbana brasileira, onde cidades pequenas dependem de médias e grandes, mas também é percebido em grandes cidades, em que moradores de bairros marginalizados se deslocam até bairros centrais para fazer uso de serviços essenciais. Nesse contexto, pessoas que residem em um centro urbano menor podem buscar serviços educacionais em um centro maior, devido à ausência ou insuficiência da prestação de atividades urbanas ou funções especializadas em seu local de residência.

A esse respeito, Tavares (2022, p. 48) afirma que “a mobilidade espacial da população está associada aos movimentos de caráter permanente (geralmente tratados como migração) e temporário ou cotidiano (geralmente tratados como pendulares, apesar de nem sempre serem diários)”. Dessa forma, fica evidente que esses movimentos se referem ao fluxo

de pessoas no espaço geográfico, mas apresentam características distintas. Enquanto a migração implica uma mudança duradoura do local de residência, provocando uma reconfiguração mais profunda das relações espaciais e sociais, a pendularidade configura movimentos temporários e recorrentes, caracterizados pelo vai e vem diário entre espaços geográficos interligados por relações econômicas e sociais.

Almeida (2022, p. 56), destaca que a mobilidade não se limita apenas aos sistemas de transporte ou infraestrutura disponíveis. Ela envolve uma série de fatores e elementos que vão além das motivações imediatas dos indivíduos, permitindo analisar a mobilidade como um fenômeno integrado e complexo. Ou seja, não é apenas um movimento isolado, mas sim resultado da interação entre condições materiais, sociais e individuais que influenciam sua efetivação. Ela se manifesta tanto pelas motivações individuais quanto pela materialidade dos deslocamentos, ou seja, as formas concretas como esses movimentos ocorrem no espaço. Além disso, a periodicidade e recorrência desses deslocamentos não são impostas apenas por fatores externos, mas definidas pelos próprios indivíduos, considerando suas condições e necessidades específicas em relação ao lugar de origem. O autor afirma que

> A frequência dos deslocamentos demonstra o quão recorrente pode ser a mobilidade conforme o período para essa ser realizada, podendo levar a períodos com maior intervalo de tempo para voltar a se deslocar entre os lugares, tida como mobilidade sazonal podendo durar um mês ou mais para ser realizada novamente conforme a periodicidade de determinados eventos, sejam eles para fins turísticos, trabalhos, religiosos dentre outros. Já a mobilidade semanal corresponde aos deslocamentos realizados pela população que passa a semana no lugar de destino ou origem e que consequentemente só realizam o deslocamento no período de uma vez na semana (ALMEIDA, 2022, p. 56-57).

Dessa forma, fica explícito que a mobilidade pode ocorrer em intervalos variados, dependendo do objetivo ou do evento que motiva o deslocamento. A frequência desses deslocamentos evidencia a diversidade de padrões de mobilidade, mostrando como eles se articulam diretamente com a periodicidade de atividades econômicas, educacionais, culturais ou religiosas. Esse panorama reflete, portanto, as estratégias individuais de ocupação e uso do espaço, bem como as condições socioeconômicas e institucionais que influenciam a organização cotidiana dos deslocamentos.

Delgado *et al* (2016, 230) afirma que a pendularidade é um “tipo de deslocamento populacional que se diferencia daqueles associados aos processos migratórios”. Os autores teorizam a respeito do translado diário relacionado ao trabalho, isto é, pessoas que se deslocam diariamente entre duas localidades para exercer atividades laborais, mas sua pesquisa permite compreender como a pendularidade se relaciona com os aspectos constituintes das necessidades e perspectivas dos indivíduos que a realizam.

Os autores corroboram que

> As dinâmicas percebidas sugerem que a expansão física das aglomerações metropolitanas, pelo contínuo processo de valorização/desvalorização de determinadas áreas da cidade, induz movimentos migratórios intrarregionais, mantendo a dissociação moradia/trabalho, o que leva, em alguns casos, à imposição da pendularidade e, em outros, à ampliação da distância percorrida (DELGADO *et al,* 2016, p. 243).

A configuração do espaço e sua transformação é realizada pelos agentes sociais a partir de conceitos que representam o sistema de objetos e sistema de ações, respectivamente os fixos e os fluxos. Nesse contexto, os agentes transformadores do espaço atuam modificando o território para atender determinadas finalidades, como a eficiência na circulação de pessoas, bens ou informações, a melhor organização urbana ou o aprimoramento de técnicas de planejamento e uso do solo. A terminologia fixos refere-se aos elementos relativamente estáveis no espaço, como edificações, infraestrutura urbana e limites territoriais, que oferecem referência e continuidade. Os fluxos, por sua vez, indicam os movimentos e interações que atravessam o espaço, como deslocamentos de pessoas, mercadorias, capitais e informações, conectando diferentes pontos do território e gerando dinâmicas de interdependência.

> O conceito de fixos e fluxos apresenta-se adequado quando se refere aos agentes transformadores do espaço, que o modificam para atender determinadas finalidades e aprimorar técnicas, em detrimento da obtenção do domínio sobre os lugares, seja para domínio social, econômico, cultural ou político (ALMEIDA, 2022, p. 53).

A atuação desses agentes não tem como objetivo necessariamente dominar os lugares em sentido absoluto. Ou seja, controlar totalmente os aspectos sociais, econômicos, culturais ou políticos de um espaço. Em vez disso, as intervenções visam adaptar, organizar e articular o espaço, possibilitando que ele atenda às necessidades dos atores e funcione de maneira mais eficaz. Portanto, o conceito de fixos e fluxos permite compreender o espaço como resultado da interação entre elementos estáveis e dinâmicos, articulando movimentos sociais, econômicos e culturais sem que haja necessariamente um controle total sobre os lugares. Ele evidencia a complexidade da produção do espaço, mostrando que território é tanto estruturado quanto atravessado por relações e movimentações contínuas.

Quadro 7: Conceitos de mobilidade urbana

Conceito	Definição	Tipo de movimento	Frequência	Mudança de residência	Exemplo
Mobilidade espacial	Conjunto amplo de deslocamentos no espaço geográfico, envolvendo diferentes	Variado (temporário e permanente)	Variável (diária, semanal, sazonal, permanente)	Pode ocorrer ou não	Pessoa que se desloca para estudar, trabalhar ou

	motivações e escalas.				migrar
Pendularidade/ Movimento pendular/ Deslocamento pendular/ Comutação	Movimentos recorrentes de ida e volta entre residência e outros locais.	Temporário e cíclico	Regular (diário ou semanal)	Não	Estudante que vai todos os dias para outra cidade estudar
Migração	Mudança duradoura ou permanente do local de residência.	Permanente	Única ou de longa duração	Sim	Pessoa que se muda para outra cidade para estudar ou trabalhar
Mobilidade sazonal	Deslocamentos realizados em períodos específicos do ano ou conforme eventos.	Temporário	Esporádica ou periódica	Não necessariamente	Trabalhador que se desloca em época de colheita
Mobilidade semanal	Deslocamentos em que o indivíduo permanece parte da semana em outro local.	Temporário	Semanal	Parcial (uso de dupla residência)	Estudante que fica na cidade universitária durante a semana
Fixos e fluxos	Relação entre estruturas permanentes (fixos) e movimentos (fluxos) no espaço.	Estrutural (não é um tipo de deslocamento, mas uma forma de análise)	Contínua	Não se aplica	Rodovias (fixos) e circulação de estudantes (fluxos)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Essa relação entre espaços geográficos distintos, porém interdependentes, torna necessário que muitos estudantes das cidades adjacentes realizem tranlados diários ou permanentes para o município que concentra a oferta de cursos de graduação, em busca da formação acadêmica superior. A dinâmica da pendularidade estudantil ocorre porque nem todos os estudantes dispõem das condições econômicas, sociais ou familiares necessárias para uma migração permanente, ou mesmo temporária, durante o período de conclusão do curso. Assim, diante da impossibilidade de fixar moradia na cidade polo — onde se concentram as instituições de ensino superior —, esses estudantes recorrem à pendularidade como alternativa viável para acessar a educação superior. Essa mobilidade revela não apenas as desigualdades na distribuição territorial das oportunidades educacionais, mas sobretudo a capacidade dos indivíduos de articular diferentes espaços no exercício do direito à formação acadêmica e na busca pela melhoria de suas condições de vida.

Tavares (2022, p. 62) enfatiza que os transportes desempenham um papel fundamental para a realização da pendularidade. Além disso, as redes migratórias exercem influência significativa na orientação dos estudantes, auxiliando-os na decisão de realizar ou não o translado diário para acessar os centros de ensino. Nas palavras da autora,

> Os estudantes aprovados para cursar universidade fora de seu município de residência, se informam com os veteranos que já passaram pelo mesmo processo de aprovação-dúvida decisão-(i)mobilidade, tirando dúvidas sobre como funciona a universidade, qual a sua estrutura, sua localização, qualidade do curso, existência de repúblicas, alojamentos, alimentação (o famoso bandejão), oportunidade de bolsas, possibilidade de estágio, custo de vida na cidade de destino, como valores dos alugueis, alimentação e tarifa do transporte público, e até mesmo sobre as possibilidades de cultura e lazer. Informações como essas auxiliam no processo de tomada de decisão mostrando as vantagens e as limitações de se engendrar o deslocamento antes mesmo de fazê-lo. Essa é uma decisão importante uma vez que envolve mudança do espaço de vida individual e suas implicações, como veremos mais adiante (TAVARES, 2022, p. 64).

Assim, a problemática relacionada à permanência de estudantes na educação superior precisa considerar questões sociais, culturais, econômicas, familiares, étnicas, além de situações de preconceitos e discriminações, localidade de residência e questões referentes ao sentimento de pertencimento ao meio acadêmico, uma vez que o ambiente relacionado às instituições de educação superior pode designar ao estudante um espaço que lhe foi negado histórica, geográfica, social e economicamente.

Dessa forma, as questões referentes à residência do estudante precisam ser consideradas para compreender de que forma este fator está relacionado às escolhas de curso, possibilidades de ingresso na faculdade e desafios relacionados à permanência na educação superior. O próprio conceito de residência, enquanto única e permanente, pode ser questionado. Tavares (2022, p. 49) alerta que essa percepção pode ser simplista, pois as atividades humanas são dinâmicas e mutáveis, e, consequentemente, a permanência em um determinado local pode ser temporária ou sujeita a mudanças.

A noção de mudança permanente de residência é considerada delicada ou melindrosa, pois o que inicialmente é planejado como fixo pode se tornar instável diante de novos acontecimentos, como oportunidades de trabalho, estudos, mudanças familiares ou condições socioeconômicas. Esse argumento reforça que a residência não deve ser vista apenas como um ponto fixo no espaço, mas como parte de um conjunto de decisões e deslocamentos que compõem a mobilidade das pessoas, conectando-se diretamente aos conceitos de mobilidade pendular, sazonal e semanal, bem como à produção do espaço urbano. Em suma, a residência deve ser entendida como relativa e adaptável, refletindo tanto escolhas individuais quanto condicionantes estruturais, e não como um elemento estático do território (TAVARES, 2022, p. 49).

> No contexto do movimento de estudantes, essa consideração sobre o local de residência é ainda mais complexa, uma vez que os alunos podem passar a semana em uma residência para estudar, chamada neste trabalho de residência secundária, sem considerá-la como sua moradia, já que retornam com frequência para outra casa

> (geralmente onde moram os familiares), chamada de residência principal (TAVARES, 2022, p. 49).

Nessa perspectiva apresentada pela autora, os estudantes realizam pendularidade semanal, configurando uma distinção clara entre residência principal e secundária. A residência principal mantém os vínculos afetivos, familiares e comunitários, funcionando como um ponto de referência emocional e social, enquanto a residência secundária é ocupada temporariamente durante o período dedicado à graduação, servindo apenas às necessidades acadêmicas e à rotina diária. Essa configuração evidencia como a mobilidade estudantil não é apenas um fenômeno logístico, mas também uma prática social mediada por relações afetivas, econômicas e culturais.

A lógica de organização do espaço urbano relacionada à pendularidade estudantil contribui diretamente para a reprodução das desigualdades socioespaciais, já que famílias de menor poder aquisitivo frequentemente residem em áreas periféricas ou afastadas dos centros dinâmicos de emprego, serviços e instituições de ensino, nem sempre podendo arcar com o deslocamento semanal. Tal realidade reforça padrões de segregação urbana que se manifestam não apenas na localização física da moradia, mas também em fatores estruturais, como a precariedade da infraestrutura urbana, o acesso limitado a sistemas de transporte eficientes e a redução das oportunidades econômicas, sociais e educacionais.

Além disso, essa dinâmica evidencia como a mobilidade pendular é moldada por fatores econômicos, sociais e culturais, refletindo a interdependência entre os centros urbanos e as áreas residenciais. Ao mesmo tempo, ressalta-se que a pendularidade semanal não é uniforme: enquanto alguns estudantes conseguem organizar sua rotina em torno de deslocamentos regulares, outros enfrentam barreiras financeiras ou logísticas que dificultam o acesso contínuo às oportunidades educacionais, ampliando as desigualdades no acesso à educação superior. Assim, a mobilidade estudantil revela-se como um fenômeno complexo, articulando aspectos de estrutura urbana, política social, economia e relações afetivas, mostrando que a produção do espaço urbano está intrinsecamente ligada às práticas cotidianas dos indivíduos e à sua capacidade de negociar oportunidades dentro de um território desigual.

Nesse contexto, o processo de metropolização, em vez de promover a integração social e espacial, pode se mostrar um fator reforçador da exclusão, tornando o cotidiano desses indivíduos marcado pela sobrecarga de tempo nos deslocamentos, altos custos de transporte e menor qualidade de vida, o que impacta diretamente a qualidade educativa a que tem acesso nas instituições de educação superior. Muitos estudantes podem optar por permanecer em seus municípios de origem para preservar vínculos familiares, reduzir os

custos elevados associados à migração — como moradia, alimentação e adaptação a um novo ambiente — e, simultaneamente, acessar oportunidades educacionais em IES localizadas em outros municípios. Essa escolha evidencia uma estratégia de conciliação entre a busca pela formação acadêmica e a manutenção da estabilidade social e econômica proporcionada pelo contexto familiar e comunitário.

Por fim, é importante ressaltar que, no contexto brasileiro, as pesquisas sobre a pendularidade estudantil têm se concentrado predominantemente em aspectos geográficos, urbanos ou de mobilidade, sem estabelecer uma relação direta com as políticas de assistência estudantil ou com a área de educação. Dessa forma, há um vácuo teórico e empírico quanto à compreensão de como a pendularidade impacta a trajetória acadêmica dos estudantes no ensino superior. Essa limitação evidencia que, embora o fenômeno da pendularidade seja reconhecido, ainda não foi suficientemente explorado sob a perspectiva das políticas públicas educacionais e das práticas institucionais voltadas à democratização do acesso à educação superior, reforçando a necessidade de estudos que integrem mobilidade estudantil, contexto socioeconômico e políticas de assistência.

Diante do exposto, percebemos a necessidade de aprofundar a investigação sobre a experiência dos estudantes pendulares em contextos interioranos, como os atendidos pelo UNEMAT/Campus Jane Vanini, considerando não apenas os fluxos físicos de deslocamento, mas também os impactos sobre a permanência, o desempenho acadêmico e a construção do projeto de vida desses discentes. Ao analisar as condições concretas do translado diário, os desafios logísticos, socioeconômicos e familiares enfrentados, esta pesquisa contribui para ampliar a compreensão das barreiras estruturais e individuais que influenciam o acesso e a consolidação da trajetória universitária.

4 A PENDULARIDADE NO CONTEXTO ESTUDANTIL DA UNEMAT/CAMPUS JANE VANINI

De acordo com dados extraídos do site oficial da UNEMAT, a instituição foi criada em 1978, pelo Decreto Municipal nº 190, criando o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), vinculado à Secretaria Municipal de Educação e à Assistência Social. Por volta da década de 1990 teve início o processo de expansão da instituição para outras cidades do estado. Nesse sentido, foram criados núcleos pedagógicos (hoje denominados Campus) nas cidades de Sinop (1990), Alta Floresta (1991), Alto Araguaia (1991), Nova Xavantina (1991), Pontes e Lacerda (1991), Luciara (1991), Barra do Bugres (1994), Colíder (1994) e Tangará

da Serra (1995). Passa a ser instituída como Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em 1933, pela Lei Complementar nº 30, sendo mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (Funemat), e transformou em câmpus os antigos núcleos pedagógicos. O último núcleo a ser criado foi o de Juara (1999), que entrou em exercício efetivo no ano de 2001, além da integralização através de transferência dos cursos oferecidos pela Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino (UNED) e União do Ensino Superior de Nova Mutum (UNINOVA), no ano de 2013 (UNEMAT, 2025).

A UNEMAT configura-se como uma instituição pública de ensino superior de ampla abrangência no estado de Mato Grosso. No ano de 2025, possuía 13 campus universitários, 33 núcleos pedagógicos e 27 polos educacionais, atendendo aproximadamente 15 mil acadêmicos matriculados em 2024, distribuídos em 59 cursos contínuos, 66 cursos em modalidades diferenciadas e 76 cursos EaD. No que se refere à pós-graduação, apresentava uma estrutura consolidada, composta por 24 cursos de Mestrado, 12 cursos de Doutorado, 2 cursos Minter (Mestrado Interinstitucional) e Dinter (Doutorado Interinstitucional) , 10 cursos Lato Sensu. Esses programas evidenciam o compromisso da UNEMAT com a formação continuada, a produção científica e a consolidação da pesquisa no contexto regional e nacional (UNEMAT, 2025, p. 14).

O Campus Universitário “Jane Vanini”, como foi oficialmente denominado o *Campus* Universitário de Cáceres, foi instituído em 05 de outubro de 2001, por meio do Decreto Estadual n.º 3.182. A unidade acadêmica oferece diversos cursos de pós-graduação stricto sensu, contemplando Mestrados em Educação, Letras, Geografia, Ensino de História, Ciências Ambientais e Linguística, além dos Doutorados em Educação, Letras, Ensino de História, Geografia e Ciências Ambientais. No que se refere à graduação, o campus conta com 13 (treze) cursos contínuos distribuídos em diferentes áreas do conhecimento (UNEMAT, 2025). Essa diversidade de formações evidencia o papel estratégico do Campus Jane Vanini na ampliação do acesso ao ensino superior público e na consolidação da UNEMAT como instituição de referência para a região sudoeste de Mato Grosso.

Quadro 8: Cursos de graduação oferecidos pela UNEMAT/Campus Jane Vanini

Curso	Formação	Período	Nº Vagas Semestrais
Agronomia	Bacharelado	Integral	40
Ciência da Computação	Bacharelado	Integral	40
Ciências Biológicas	Bacharelado/Licenciatura	Noturno	40
Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	40
Direito	Bacharelado	Matutino	40
Educação Física	Licenciatura/Bacharelado	Matutino/Vespertino	40
Enfermagem	Bacharelado	Integral	40

Geografia	Licenciatura	Noturno	40
História	Licenciatura	Noturno	40
Letras	Licenciatura	Noturno	40
Matemática	Licenciatura	Noturno	40
Medicina	Bacharelado	Integral	40
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	40

Fonte: UNEMAT (2025).

No Campus Jane Vanini, verifica-se que a oferta de cursos de graduação no período noturno é predominantemente composta por licenciaturas, com exceção do Bacharelado em Ciências Biológicas e Ciências Contábeis, únicos cursos dessa natureza disponibilizados nesse turno. Por outro lado, o curso de Licenciatura em Educação Física é ofertado exclusivamente no período diurno, evidenciando uma distribuição diferenciada entre as modalidades e turnos de funcionamento.

Essa configuração, em certa medida, limita as possibilidades de escolha dos cursos por parte dos acadêmicos, especialmente daqueles que enfrentam restrições de horário devido a compromissos profissionais. A situação torna-se ainda mais desafiadora para os estudantes pendulares, pois o horário das aulas influencia diretamente na viabilidade desse deslocamento. Assim, a predominância de cursos noturnos ou diurnos pode impactar significativamente tanto o ingresso quanto a permanência desses estudantes, que muitas vezes precisam conciliar o tempo de viagem, o trabalho e os estudos (UNEMAT, 2025).

Nesse contexto, é importante destacar que a UNEMAT/Cáceres atende não apenas o município-sede, mas também os municípios circunvizinhos, além das diversas comunidades rurais dessas regiões. Em razão disso, uma parcela significativa do corpo discente é composta por estudantes oriundos de fora de Cáceres, que dependem do transporte oferecido em parceria com as prefeituras de seus municípios para se deslocarem até o Campus Jane Vanini. Como esse transporte é, em geral, disponibilizado apenas para o período noturno, esses acadêmicos acabam restritos, em sua maioria, à escolha de cursos oferecidos nesse turno — predominantemente as licenciaturas — o que limita suas possibilidades de formação conforme suas reais áreas de interesse (UNEMAT, 2025).

4.1 Cáceres como centro da região sudoeste de Mato Grosso

A cidade de Cáceres assume função de centralidade regional, se consolidando como principal centro urbano da região sudoeste de Mato Grosso, exercendo funções econômicas, educacionais, administrativas e logísticas que transcendem seus limites municipais. Dessa

fora, atrai fluxos populacionais diários e semanais de estudantes oriundos de diferentes municípios. Com população estimada em 92 mil habitantes em 2025, sua localização estratégica às margens do rio Paraguai, próxima a Cuiabá e à fronteira com a Bolívia, fortalece seu papel na integração territorial e econômica regional.

Esse movimento reflete processos de metropolização interiorana, em que centros médios passam a concentrar serviços, atividades econômicas e instituições educacionais, dinamizando áreas fora das regiões metropolitanas. A presença da UNEMAT em Cáceres reforça o papel da cidade como polo regional, bem como revela dinâmicas de mobilidade pendular estudantil, nas quais a busca por formação superior se articula às desigualdades territoriais, econômicas e de infraestrutura que marcam o acesso à educação no interior do estado.

Apesar de não possuir uma região metropolitana formal, Cáceres atua como polo de polarização, atraindo fluxos sociais, institucionais e econômicos dos municípios vizinhos, configurando-se como centro metropolitano de referência para o desenvolvimento do sudoeste mato-grossense (IBGE, 2025), o que fez com que a formação histórica de Cáceres estivesse profundamente vinculada ao processo de expansão territorial e consolidação política da região sudoeste de Mato Grosso. Fundada em 1778 sob o nome de *Vila Maria do Paraguai*, a cidade surgiu como um presídio militar destinado a assegurar o domínio português nas margens do rio Paraguai, em uma área de disputas com o Império Espanhol. Desde sua origem, Cáceres exerceu uma função estratégica e administrativa, atuando como ponto de defesa, controle e organização do espaço fronteiriço (UNEMAT, 2025).

A partir de sua fundação, Cáceres tornou-se o núcleo irradiador do povoamento regional. Durante o século XIX, consolidou-se como um centro de referência econômica e social, impulsionado pela navegação fluvial no rio Paraguai, que conectava a região aos centros comerciais de Corumbá e Cuiabá. A presença do rio, aliada à fertilidade dos campos e ao desenvolvimento da pecuária extensiva, transformou a cidade em importante entreposto comercial, atraindo populações de áreas vizinhas (IBGE, 2025).

Com o tempo, diversos povoados surgiram sob a influência direta de Cáceres — como São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Mirassol d'Oeste, Lambari d'Oeste, Curvelândia, Rio Branco, Reserva do Cabaçal e Porto Esperidião. Inicialmente distritos administrativos subordinados à cidade, esses locais dependiam de Cáceres para acessar comércio, justiça, serviços públicos e representação política. Esse vínculo histórico explica a persistente dependência funcional e simbólica que tais municípios mantêm com Cáceres, mesmo após seus processos de emancipação política (IBGE, 2025).

Figura 4: Municípios desmembrados de Cáceres



Fonte: UNEMAT (2025).

O desmembramento político-administrativo dos antigos distritos ocorreu sobretudo entre as décadas de 1940 e 1970, impulsionado pelo crescimento populacional e pela expansão das atividades agropecuárias. Esse processo deu origem aos atuais municípios do sudoeste mato-grossense, que, embora autônomos, continuaram reconhecendo Cáceres como polo regional, especialmente pela oferta de serviços de saúde, educação e comércio (UNEMAT, 2025).

Além da relevância econômica, a influência de Cáceres expandiu-se para as dimensões educacional e cultural. A instalação da UNEMAT e de instituições de ensino técnico transformou a cidade em centro de formação intelectual e produção científica, reafirmando seu papel histórico de liderança regional — agora apoiado em bases institucionais e urbanas modernas (UNEMAT, 2025).

A consolidação da BR-070, ligando Cáceres à capital Cuiabá e à fronteira com a Bolívia, reforçou ainda mais sua posição estratégica como centro articulador regional. Essa infraestrutura ampliou os fluxos de pessoas, bens e serviços, fortalecendo as relações de dependência entre Cáceres e os municípios de seu entorno. Assim, a cidade consolidou-se como polo logístico e de serviços, desempenhando papel essencial na integração territorial e econômica do sudoeste de Mato Grosso.

Atualmente, Cáceres desempenha funções características de um **c**entro médio com influência metropolitana, cuja centralidade ultrapassa os limites administrativos municipais. Essa centralidade é expressa por fluxos cotidianos de mobilidade pendular, especialmente de estudantes oriundos de municípios como Mirassol d'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Curvelândia, Lambari d'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Glória d'Oeste e Porto Esperidião. Muitos desses municípios, com economias baseadas na agropecuária e em pequenos comércios, não dispõem de infraestrutura educacional, de saúde e de serviços especializados. Por essa razão, suas populações deslocam-se frequentemente para Cáceres em busca de oportunidades de estudo, atendimento médico, serviços bancários e atividades administrativas vinculadas ao Estado (UNEMAT, 2025).

Quadro 9: Municípios que compõem as redes de pendularidade com Cáceres - MT

Município	Área territorial (km²)	População estimada (2025)	Distância até Cáceres (km)
Mirassol D'Oeste	1.085,486	27.637	80,9
Glória D'Oeste	833,130	2.878	92,2
São José dos Quatro Marcos	1.282,763	17.721	93,2
Araputanga	1.639,733	14.805	121,6
Porto Esperidião	5.835,278	10.088	105,9
Curvelândia	357,212	4.970	64,8
Lambari D'Oeste	1.810,463	4.662	102,0
Rio Branco	539,287	4.440	118,8
Salto do Céu	1.753,378	3.657	133,4

Fonte: IBGE (2025).

Dessa forma, a trajetória histórica e territorial de Cáceres revela que sua centralidade regional não é um fenômeno recente, mas resultado de um longo processo de estruturação socioespacial. Ao articular funções econômicas, educacionais e políticas, a cidade passou a

integrar uma rede urbana complexa, marcada por fluxos de mobilidade e dependência intermunicipal — características típicas do processo de metropolização interiorana, em que centros médios assumem funções de capital regional e reproduzem, em escala local, as dinâmicas de concentração e desigualdades observadas nas metrópoles nacionais.

4.2 Políticas públicas de acesso no contexto da UNEMAT

A UNEMAT foi concebida com a vocação de atender o interior do Estado de Mato Grosso, organizando sua expansão em forma de rede, por meio da criação de campi, núcleos pedagógicos, polos de educação a distância e modalidades diferenciadas de oferta, como cursos modulares e formação de professores indígenas. Essa estratégia contribuiu para a ampliação do ingresso de populações historicamente excluídas da educação superior, especialmente em municípios afastados dos grandes centros urbanos, ao considerar as especificidades regionais e as demandas locais por formação profissional e docente (MALANGE; LIMA; BARBOSA, 2015).

Contudo, embora a interiorização represente um avanço no processo de democratização do acesso, observa-se que tal democratização se limita, em grande medida, à dimensão do ingresso, não sendo acompanhada, na mesma proporção, por políticas estruturadas de permanência, acompanhamento acadêmico e conclusão dos cursos, o que evidencia os limites e contradições do processo de expansão da educação superior na instituição (MALANGE; LIMA; BARBOSA, 2015). Dessa forma, a interiorização da universidade, embora fundamental para a ampliação das oportunidades educacionais, revela-se insuficiente quando dissociada de políticas institucionais que garantam o acompanhamento acadêmico e o pertencimento dos estudantes ao espaço universitário.

As ações de inclusão implementadas pela UNEMAT, voltadas a grupos sociais específicos como indígenas, negros e populações do interior do estado, indicam um movimento institucional de ampliação do acesso ao ensino superior público, contribuindo para a democratização do ingresso. Tais iniciativas revelam-se fortemente condicionadas às demandas locais e regionais, emergindo como respostas às desigualdades historicamente constituídas do território mato-grossense. Embora o ingresso de populações tradicionalmente excluídas represente um avanço significativo, a centralidade conferida ao acesso inicial tende a obscurecer a fragilidade das políticas de permanência, o que limita a efetividade da democratização da educação superior, ao não assegurar, de forma equitativa, a continuidade e a conclusão dos percursos formativos (LIMA; MALANGE; BARBOSA, 2018).

Apesar de suas limitações, as ações afirmativas implementadas pela UNEMAT buscam beneficiar grupos historicamente sub-representados, tais como estudantes negros (pretos e pardos), povos indígenas, pessoas com deficiência e egressos de escolas públicas, visando reconhecer as profundas desigualdades históricas, sociais e estruturais que marcam o contexto histórico brasileiro. Ao promover tais medidas, a instituição busca reduzir as disparidades de oportunidades entre diferentes grupos sociais, reafirma seu compromisso com a democratização do ensino superior e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Em 2004, a UNEMAT instituiu o PIIER (Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial), por meio da Resolução n.º 200/2004-CONEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), reservando 25% das vagas para candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos). Posteriormente, a política foi ampliada para contemplar outras modalidades de cotas, como a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas.

Em 2019, com as Resoluções n.º 011/2019 e n.º 051/2019-CONEPE, a universidade consolidou e reformulou a política de ações afirmativas, estabelecendo que 60% das vagas seriam destinadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, enquanto os 40% restantes seriam ofertados em ampla concorrência.

Mais recentemente, em 2023, a política foi novamente reestruturada pela Resolução n.º 046/2023-CONEPE, que atualizou os critérios de elegibilidade e os procedimentos de distribuição das vagas entre as diferentes modalidades de cotas (UNEMAT, CONEPE, 2019–2023). Essa trajetória evidencia o compromisso institucional da UNEMAT com a democratização do acesso e com a promoção da diversidade em seu corpo discente.

Quadro 10: Ações afirmativas da UNEMAT para ingresso nos cursos de graduação

Modalidade	Quem pode concorrer	Observações
Vagas reservadas	60% das vagas em cursos de graduação para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública;	Dentro desse percentual, há subdivisões entre negros, indígenas, pessoas com deficiência etc.
Cotas étnico-raciais (negros)	Estudantes autodeclarados negros (pretos ou pardos) que cumprirem os requisitos da cota social (ter estudado em escola pública, etc.)	A autodeclaração é admitida, mas pode haver processo de verificação (heteroidentificação) se for necessário.
Cotas para indígenas	Há vagas específicas para indígenas dentro do sistema afirmativo da universidade.	Também sujeitas aos requisitos de escolaridade e comprovação conforme edital.
Pessoas com deficiência	Integradas nas cotas afirmativas (reservas específicas).	Devem apresentar documentação que comprove a deficiência conforme edital.

Fonte: UNEMAT, CONEPE (2019–2023).

O candidato, no ato da inscrição no vestibular ou no sistema correspondente precisa optar pela modalidade desejada (cotas ou ampla concorrência) conforme edital. Aqueles aprovados em vagas de ações afirmativas precisam comprovar documentalmente sua condição

(escola pública, raça, deficiência etc.). Há comissões internas, como a Comissão de Verificação Étnica / Comissão de Heteroidentificação, responsáveis por validar declarações raciais quando necessário. UNEMAT realiza seminários, oficinas e formações para os membros dessas comissões, visando garantir que o processo seja justo e transparente (UNEMAT, CONEPE, 2019-2023).

Com relação as ações afirmativas voltadas para a permanência dos estudantes em vulnerabilidade social, a Resolução nº 012/2021, aprovada pelo CONSUNI (Conselho Universitário), reestrutura o PAE, originalmente regulamentado pela Resolução nº 019/2013 – CONSUNI, aprovado em 19 de junho de 2013. A norma institucionaliza o programa, integrando-o às políticas acadêmicas e administrativas da universidade, fortalecendo sua sustentabilidade e permitindo a continuidade das ações mesmo em períodos de mudanças na gestão universitária.

A Resolução nº 012/2021 define que os recursos destinados ao PAE provêm do orçamento institucional, podendo ser complementados por convênios e parcerias, assegurando a manutenção consistente e organizada da assistência estudantil. Assim, a Resolução nº 012/2021 representa um marco para a UNEMAT, reforçando sua função social e o compromisso com a permanência de seus estudantes (UNEMAT, CONSUNI, 2021).

Ainda, estabelece o PAE como uma política institucional destinada a apoiar a permanência e o êxito acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, a norma prevê diferentes modalidades de auxílios, que atendem a variadas necessidades dos alunos, planejado e executado pela PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis). Esses auxílios têm como objetivo reduzir barreiras financeiras e garantir condições equitativas de permanência e desempenho dentro da universidade, fortalecendo a função social da UNEMAT. A norma estabelece critérios claros e transparentes para seleção e concessão dos auxílios, visando garantir equidade no atendimento e priorizando os estudantes com maior necessidade (UNEMAT, CONSUNI, 2021).

Quadro 11: Auxílios para estudantes de graduação previstos na Resolução nº 012/2021 – CONSUNI/UNEMAT

Auxílio	Valor	Descrição
Auxílio Alimentação	R$ 300,00	Apoio financeiro para custear refeições durante o período letivo.
Auxílio Moradia	R$ 400,00	Destinado a estudantes que residem fora de sua cidade de origem.
Auxílio Transporte	R$ 260,00	Apoio para deslocamento até o campus universitário.
Auxílio Digital	R$ 60,00	Destinado a custear internet, equipamentos e ferramentas digitais para o ensino remoto ou híbrido.
Auxílio Emergencial	R$ 500,00 (parcela única)	Voltado a situações excepcionais, como crises financeiras, de saúde ou desastres naturais.
Auxílio à Participação	R$ 375,00 (eventos dentro do	Apoio para participação em eventos acadêmicos, congressos, atividades de pesquisa ou extensão.

Acadêmica	estado) R$ 500,00 (eventos fora do estado)	

Fonte: UNEMAT, CONSUNI (2021); UNEMAT (2025).

O estudante que deseja pleitear auxílio moradia, alimentação e emergencial, não deve possuir vínculo empregatício. Esse fator, entretanto, pode influenciar de forma negativa na permanência de estudantes que não tem condições de depender unicamente das bolsas e/ou auxílios para financiar tanto sua vida acadêmica, considerando os gatos com materiais pedagógicos necessários a sua formação.

Ademais, é necessário reconhecer que, no contexto do sistema capitalista, os estudantes enfrentam uma série de despesas relacionadas à subsistência, como alimentação, moradia, vestuário, transporte e outros custos indispensáveis à manutenção da vida cotidiana. Tais despesas, superam os valores disponibilizados pelos auxílios institucionais, que, embora representem um importante instrumento de apoio, nem sempre são suficientes para cobrir integralmente as necessidades básicas dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

> Os valores concedidos por meio dos auxílios são ainda menores do que os estudantes podem perceber com trabalhos no comércio (lojas, padarias, supermercados) e no mercado formal em geral, o que os levam a encarar uma jornada de trabalho de até mais de 8 horas diárias, prejudicando e os afastando da vida acadêmica, em prol de uma remuneração de maior valor (LIMA, MALANGE e BARBOSA, 2019, p. 116).

Nesse sentido, pode-se afirmar que os benefícios ofertados, por vezes, não cumprem integralmente o propósito de assegurar a permanência acadêmica, uma vez que a insuficiência de recursos financeiros tende a comprometer o desempenho, a dedicação e, em última instância, a continuidade dos estudos. Tal realidade evidencia a necessidade de ampliação e reavaliação das políticas de assistência estudantil, de modo que estas possam efetivamente garantir a equidade e a democratização do ensino superior.

Para ser elegível ao auxílio alimentação o estudante deve estar regularmente matriculado em cursos de graduação presenciais ou a distância da UNEMAT e atender aos critérios socioeconômicos estabelecidos no edital vigente. Para ser elegível ao auxílio moradia o estudante deve estar regularmente matriculado em cursos de graduação presenciais da UNEMAT, não residir em moradia estudantil mantida pela universidade, possuir renda familiar bruta mensal per capita de até um salário-mínimo e meio, não estar recebendo outra modalidade de bolsa remunerada, não ser beneficiário de outro auxílio financeiro da UNEMAT, não residir na mesma cidade do campus onde está matriculado (UNEMAT, 2025).

Para ser elegível ao auxílio transporte o estudante deve estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial na UNEMAT, estar cursando pelo menos três componentes curriculares presenciais, possuir renda familiar bruta per capita de até um salário-mínimo e meio e residir em município diferente daquele onde está matriculado, ou em área rural não atendida por transporte coletivo público. Para ser elegível ao Auxílio Inclusão Digital o estudante deve estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial ou a distância, cursar pelo menos três componentes curriculares presenciais, ter renda familiar bruta mensal per capita de até um salário-mínimo e meio e residir em município diferente daquele onde está matriculado ou em área rural não atendida por transporte coletivo público (UNEMAT, 2025).

Para ser elegível ao Auxílio Emergencial, o estudante deve estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial, encontrando-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou em contexto de calamidade pública e não ser beneficiário de outros auxílios semelhantes oferecidos pela universidade. Para ser elegível ao Auxílio à Participação de Eventos Acadêmicos, o estudante deve estar regularmente matriculado em curso de graduação ou pós-graduação presencial, ser autor ou coautor de trabalho acadêmico aprovado para apresentação no evento, estar vinculado ao campus da UNEMAT que oferece o auxílio, apresentar documentação comprobatória como convite ou programação do evento e comprovante de inscrição, e cumprir os prazos e procedimentos estabelecidos no edital vigente (UNEMAT, 2025).

Figura 5: Flexibilização de acúmulo de bolsa e auxílio estudantil



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

De acordo com o que consta na Resolução é permitido ao estudante “o acúmulo dos auxílios moradia e alimentação; auxílio moradia ou alimentação e uma bolsa ou ainda, auxílio publicação/representação e quaisquer outros tipos de auxílio ou bolsa, respeitadas resoluções

específicas" (LIMA, MALANGE e BARBOSA, 2019, p. 110). O trecho evidencia a tentativa da regulamentação em flexibilizar a concessão de auxílios e bolsas para estudantes, permitindo combinações diversas. Em termos positivos, essa flexibilidade pode atender melhor às diferentes necessidades financeiras e acadêmicas dos estudantes, incentivando sua permanência e engajamento nas atividades universitárias.

Em relação às bolsas estudantis ofertadas pela UNEMAT, estas têm como finalidade fomentar a participação acadêmica e promover o desenvolvimento da pesquisa científica, da extensão universitária e das atividades culturais e esportivas. Mais do que um apoio financeiro, as bolsas constituem instrumentos estratégicos para a formação integral dos estudantes, ao estimularem o protagonismo discente e o engajamento nas múltiplas dimensões da vida universitária. Dessa forma, contribuem não apenas para a permanência estudantil, mas também para a qualificação da trajetória acadêmica, o fortalecimento da cidadania e a ampliação das experiências formativas no ensino superior.

Entre as modalidades disponíveis, destacam-se: Iniciação Científica, Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Extensão, Residência Pedagógica, PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), Monitoria, Estágio Remunerado, Bolsa Cultura, Bolsa Esporte, Tutoria, Preceptoria e Auxílio à Participação Acadêmica. Cada uma dessas modalidades é voltada ao apoio de atividades específicas que promovem o fortalecimento da formação acadêmica, o estabelecimento de vínculos com a comunidade e a integração dos estudantes às ações institucionais desenvolvidas pela universidade, conforme apresentado no Quadro 12.

Quadro 12: Modalidades de Bolsas da UNEMAT para estudantes de graduação

Modalidade	Órgão	Valor	Requisitos	Objetivos
Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	PRPPG	R$ 700,00	Disponibilidade de 20 (vinte) horas para a bolsa.	Estimular estudantes de graduação a participarem de projetos com inovação tecnológica e desenvolvimento tecnológico
Bolsa de Iniciação científica	PRPPG	R$ 700,00	Disponibilidade de 20 (vinte) horas para a bolsa.	Incentivar estudantes de graduação a participarem de projetos de pesquisa, colaborando ativamente no desenvolvimento científico.
Bolsa Extensão	PROEC	R$ 700,00	Disponibilidade de 20 (vinte) horas para a bolsa.	Fortalecer as atividades de extensão tecnológica na UNEMAT, especialmente em CPEE e API.
Monitoria voluntária	PROEG	-	Disponibilidade de 20 (vinte) horas para a bolsa.	Intensificar a cooperação entre estudantes (discentes) e docentes nos processos de ensino, pesquisa e extensão
Programa Residência	PROEG	R$ 700,00	Estar ativo em curso de licenciatura que tenham	Induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado

Pedagógica			cursado o mínimo de 50% do curso ou que estejam cursando a partir do 5º período	nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica
PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência)	PROEG	R$ 700,00	Integralização de 60% da carga horária do curso de graduação. Ter disponibilidade de, no mínimo, 32 (trinta e duas) horas mensais para as atividades do Pibid.	Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.
Bolsa Focco (Formação de Células Cooeperativas)	PROEG	R$ 700,00	Disponibilidade de 20 (vinte) horas para a bolsa, que devem incluir dois períodos semanais de quatro horas consecutivas.	Tem como finalidade o aumento da taxa de permanência e aprovação nos cursos de graduação, o estímulo à formação de capital social a partir do capital intelectual discente, bem como a formação de profissionais proativos e habilitados para o trabalho em equipe
Estágio Remunerado	PRAD	R$ 952,11 + auxílio transporte de R$ 209,24	ter cursado pelo menos 300 horas, e não estar no status de "Ativo – Formando" no SIGAA. Disponibilidade de 30 (trinta) horas semanais. Carga horária de 6 (seis) horas diárias	Proporcionar experiência prática; Desenvolver competências profissionais; Apoiar as atividades institucionais; Favorecer a integração ensino–aprendizagem–trabalho; Proporcionar apoio financeiro ao estudante; Estimular a permanência e o engajamento estudantil:
Bolsa Extensão/pesquisa	PROEC	R$ 700,00	Disponibilidade de 20 (vinte) horas para a bolsa.	Promover a articulação entre extensão e pesquisa, estimulando projetos que envolvam comunidade, aplicação prática de conhecimentos acadêmicos ou resolução de problemas locais/regionais.
Bolsa Cultura	PROEC	R$ 700,00	Disponibilidade de 20 (vinte) horas disponíveis para a bolsa; Possuir habilidades e certificações na área de música.	Fomentar a participação de acadêmicos e membros da comunidade externa em projetos de extensão institucionalizados na área de Cultura, com foco específico em atividades musicais.
Bolsa Esporte	PROEC	Não especificado	Disponibilidade de 20 (vinte) horas para a bolsa.	Financiar ações que utilizem o esporte como ferramenta para a promoção da educação, saúde e qualidade de vida, contribuindo para a formação integral dos indivíduos e para o desenvolvimento da comunidade.
Tutoria	PROEG	R$ 700,00	Disponibilidade de 20 (vinte) horas para a bolsa.	Contribuir para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão na UNEMAT; Proporcionar aos estudantes integração ao ambiente acadêmico e o sentido de PERTENCIMENTO à UNEMAT.
Bolsa Integradora	PRAE	R$ 700,00	Disponibilidade de 20 (vinte) horas para a bolsa	Apoiar, desenvolver e acompanhar as atividades junto aos estudantes,

				de maneira a contribuir com a inclusão.
Bolsa de Preceptoria	PROEG	R$ 3.663,48	Ser médico(a) ou enfermeiro(a), lotado(a) nos serviços de saúde público ou privado conveniados com a Universidade por meio de termo de compromisso e/ou termo de cooperação, para atuação na disciplina de Interação Ensino Serviço na Comunidade - IESC	Supervisão/orientação às atividades de ensino e de aprendizagem com assistência direta ao aluno.

Fonte: UNEMAT (2025).

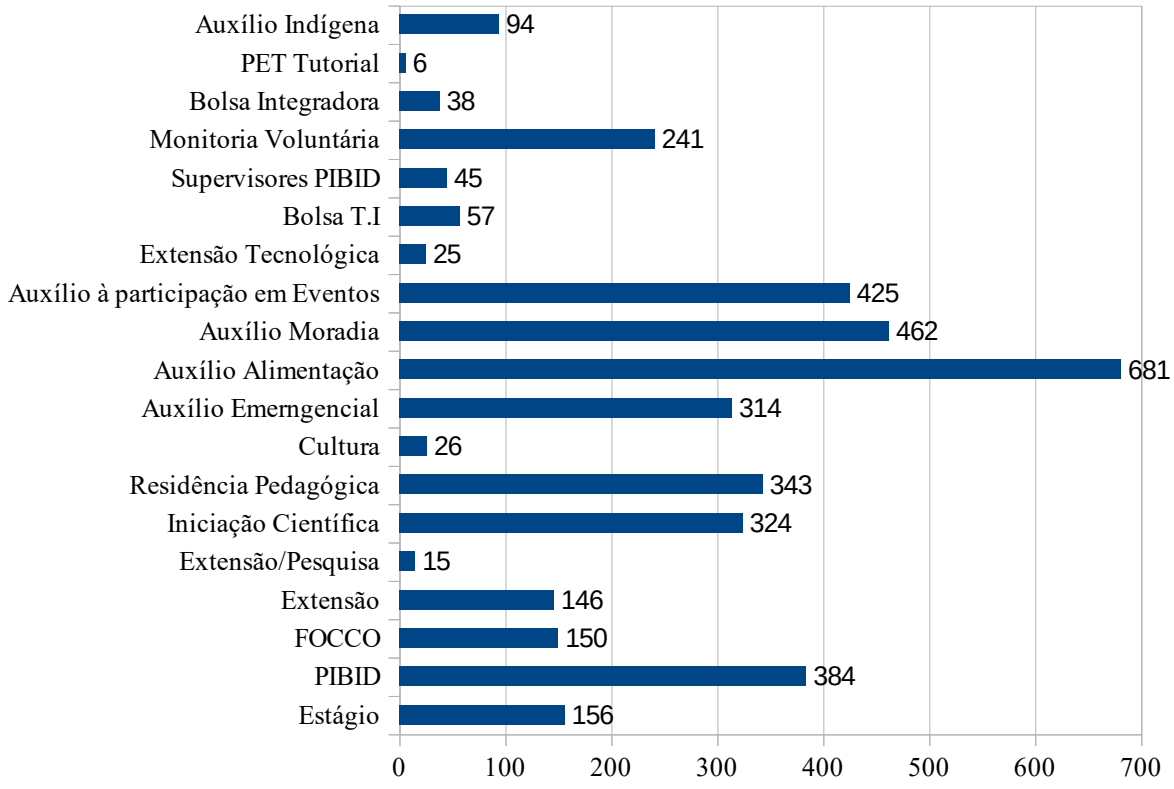
A Bolsa de Preceptoria da UNEMAT é um programa voltado para fortalecer a formação prática dos estudantes dos cursos de Medicina e Enfermagem, permitindo que atuem como preceptores em serviços de saúde. Existem diferentes modalidades de bolsa, como a Bolsa Preceptoria Médica (BPMed), destinada a estudantes de Medicina; a Bolsa Preceptoria de Enfermagem (BPEnf), voltada para alunos de Enfermagem; e a Bolsa Preceptoria de Enfermagem Intercultural Indígena, que foca na atuação em contextos indígenas (UNEMAT, 2025).

Essa bolsa merece um adendo, uma vez que a preceptoria se configura como um processo de orientação prática e acompanhamento pedagógico, no qual um profissional da saúde com maior experiência atua como preceptor, sendo responsável por supervisionar e orientar estudantes durante o desenvolvimento de atividades práticas, estágios curriculares ou vivências profissionais. Assim, a bolsa de preceptoria é destinada aos profissionais que exercem a função de preceptores, e não aos estudantes supervisionados.

No ano de 2024, a UNEMAT distribuiu um total de 3.932 bolsas e auxílios estudantis, contemplando diferentes modalidades nos programas de graduação (UNEMAT, 2025, p. 17). Esses números evidenciam o comprometimento da universidade com a promoção da permanência e do êxito acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em consonância com as diretrizes do PNAES e com as políticas institucionais de apoio estudantil da UNEMAT. Tais iniciativas revelam o esforço da instituição em mitigar as desigualdades sociais e regionais, assegurando condições mais equitativas de participação e conclusão dos cursos de graduação.

Dentre os auxílios e bolsas disponibilizados pela UNEMAT aos estudantes de graduação, apenas dois contemplam diretamente as especificidades dos estudantes pendulares: o Auxílio Transporte e o Auxílio Inclusão Digital. O Auxílio Transporte tem como objetivo minimizar os custos do translado diário entre o local de residência e o campus, garantindo que o estudante possa comparecer regularmente às aulas e atividades acadêmicas sem comprometer de forma significativa seu orçamento familiar. Já o Auxílio Inclusão Digital busca assegurar o acesso adequado às tecnologias e à internet, possibilitando que esses estudantes participem de atividades pedagógicas remotas, realizem pesquisas acadêmicas e acessem ambientes virtuais de aprendizagem. Este último, entretanto, não contemplou nenhum estudante no ano de 2024 (UNEMAT, 2025, p. 17).

Gráfico 2: Distribuição de Bolsas e Auxílios na UNEMAT nos cursos de graduação



Fonte: UNEMAT (2025, p. 17).

Os programas se configuram como benefícios destinados a apoiar estudantes que residem fora do campus universitário, reconhecendo as dificuldades enfrentadas por aqueles que precisam se deslocar diariamente para frequentar as atividades acadêmicas, e refletem o esforço institucional em promover inclusão digital e equidade no acesso ao ensino superior. No entanto, também evidenciam a necessidade de ampliação e aprimoramento das políticas de assistência estudantil, de modo que contemplem de maneira mais abrangente as múltiplas

dimensões da pendularidade estudantil, especialmente no que se refere às condições materiais, pedagógicas e psicossociais que influenciam a permanência desses discentes.

Mesmo com o acúmulo de benefícios institucionais — como a bolsa de R$ 700,00 e o auxílio-moradia de R$ 400,00, combinação considerada financeiramente mais vantajosa dentro dos programas de assistência estudantil —, o estudante ainda recebe um valor inferior ao salário-mínimo vigente. Tal condição evidencia a insuficiência das políticas de assistência para cobrir os custos básicos de subsistência, sobretudo em situações que demandam translado diários.

Além disso, nota-se uma incompatibilidade nos critérios de elegibilidade: o auxílio-moradia é concedido apenas a estudantes que residam em municípios distintos daqueles de seus pais ou responsáveis, enquanto a bolsa exige disponibilidade para desenvolver atividades presenciais no campus de Cáceres. Essa configuração normativa exclui consideravelmente os estudantes pendulares, que não se enquadram integralmente em nenhuma das modalidades de assistência a menos que realizem migração sazonal para pleitear esses benefícios.

Mesmo para estudantes migrantes intra e interestaduais, cujas despesas com moradia, alimentação e transporte são significativamente mais elevadas, a combinação desses programas de assistência permanece insuficiente. Esse cenário evidencia as limitações das políticas de permanência diante das desigualdades socioeconômicas e territoriais que permeiam o acesso e a continuidade na educação superior pública.

Essa situação evidencia uma contradição intrínseca às políticas públicas de assistência estudantil, que, ao se pautarem em critérios restritivos e focalizados, acabam por reproduzir as desigualdades que deveriam combater. A lógica que estrutura esses programas reflete uma racionalidade neoliberal, na qual a responsabilidade pela permanência e o êxito acadêmico é deslocada do Estado para o indivíduo, que deve administrar suas condições de estudo dentro de um quadro de escassez de recursos.

Assim, a ausência de uma política institucional efetiva, sensível às especificidades territoriais e socioeconômicas dos estudantes pendulares revela não apenas uma lacuna administrativa, mas também uma expressão do desmonte progressivo das políticas universais de acesso na educação superior pública, comprometendo o princípio da equidade educacional e o direito à formação acadêmica plena.

4.3 UNEMAT/Campus Jane Vanini e a pendularidade estudantil para acesso à educação superior

Apesar da relevância social e educacional do fenômeno da pendularidade estudantil, observa-se uma escassez de estudos sistematizados sobre essa temática no âmbito da UNEMAT. A instituição, por sua característica multicampi e por atender estudantes oriundos de diferentes municípios, configura-se como um espaço privilegiado para a análise das dinâmicas da pendularidade para fins de formação superior.

No entanto, as produções acadêmicas voltadas a compreender as implicações desse movimento — especialmente no que se refere às políticas de acesso — ainda são incipientes. Essa lacuna evidencia a necessidade de aprofundar o debate sobre a mobilidade territorial e suas relações com as políticas públicas de democratização da educação superior, buscando compreender de que modo a pendularidade impacta a trajetória acadêmica e social dos discentes da UNEMAT.

Até o momento, o estudo de Lara (2022) constitui-se como a única investigação sistematizada que aborda o fenômeno da pendularidade estudantil no âmbito da UNEMAT. A pesquisa analisa a pendularidade estudantil com foco no Campus Universitário Jane Vanini, situado em Cáceres (MT). Para tanto, o autor adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa documental e bibliográfica, estruturada sob a forma de estudo de caso.

Ao situar o Campus Jane Vanini como polo central de formação superior na região, o estudo evidencia como a pendularidade estudantil reflete não apenas a busca por educação e ascensão social, mas também as desigualdades territoriais e socioeconômicas que marcam o acesso ao ensino superior público no interior de Mato Grosso. Nesse sentido, a investigação de Lara contribui para a compreensão da interdependência regional, revelando como municípios adjacentes dependem do centro educacional de Cáceres para garantir a formação acadêmica de seus habitantes, e ao mesmo tempo, como essas dinâmicas de mobilidade cotidiana expõem lacunas nas políticas de permanência estudantil, infraestrutura e assistência socioeconômica.

Para delimitar o grupo de estudantes pendulares, o autor exclui os acadêmicos residentes nas cidades que compõem a rede de pendularidade, mas que estavam matriculados em cursos integrais, em razão da impossibilidade de realização do translado diário nesses casos. Além disso, para definir a região da rede de pendularidade, o autor considerou os seguintes critérios: “1) região de planejamento do Governo do Estado de Mato Grosso; 2)

municípios que foram emancipados de Cáceres; e 3) municípios que possuem proximidade geográfica e pavimentação disponível entre as cidades" (LARA, 2022, p. 9).

Seus dados evidenciam que 235 discentes realizavam translado diários para frequentar as aulas no semestre 2022/1, correspondendo a aproximadamente 7% do corpo discente. Apesar de seu caráter pioneiro, o estudo apresenta limitações importantes, sobretudo no que se refere à análise das motivações, dificuldades e fatores socioeconômicos que condicionam a mobilidade pendular. Essa lacuna reforça a necessidade de novas investigações que explorem tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos da pendularidade, permitindo uma compreensão mais ampla das implicações desse fenômeno para a trajetória acadêmica e social dos estudantes.

Nesse contexto, Lara (2022) observou que, dentre os 235 estudantes pendulares, 67,2% estavam matriculados em cursos de licenciatura — Pedagogia, Matemática, Geografia, História e Letras. O autor destaca ainda que, no período da pesquisa, os cursos de bacharelado — Direito, Ciências Contábeis, Ciências da Computação e Educação Física — eram ofertados predominantemente no turno matutino. Essa característica pode explicar o menor número de estudantes residentes fora do município de Cáceres matriculados nesses cursos, uma vez que o translado diário em horários comerciais se tornam logisticamente mais complexos. Contudo, Lara (2022) não aprofunda essa hipótese em sua investigação, deixando espaço para análises futuras sobre as condições socioeconômicas e institucionais que influenciam a mobilidade pendular.

Ainda que o estudo não tenha explorado as motivações ou dificuldades enfrentadas pelos estudantes pendulares, o autor constatou que o número de estudantes que realizam translado diário tende a diminuir conforme aumenta a distância entre o município de residência e a cidade de Cáceres. Além disso, Lara (2022) sugere que a maior concentração de estudantes matriculados no período noturno pode estar relacionada ao desejo de manter o vínculo com a instituição de ensino superior, mesmo diante das dificuldades de deslocamento.

Essa hipótese, embora careça de comprovação empírica, revela um aspecto importante da realidade dos estudantes pendulares: muitos deles possivelmente exercem atividades laborais em seus municípios de origem durante o horário comercial, o que inviabiliza a frequência em cursos ofertados nos períodos matutino e vespertino. Essa condição suscita reflexões sobre as motivações dos estudantes, sua satisfação com o curso escolhido e as limitações impostas por fatores socioeconômicos e geográficos, que podem restringir a autonomia de escolha do curso ou do turno de estudos.

Os estudantes identificados por Lara (2022) são provenientes dos municípios de Mirassol D'Oeste, Glória D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Lambari D'Oeste, Porto Esperidião, Rio Branco, Araputanga e Salto do Céu — cidades que historicamente mantêm vínculos administrativos e territoriais com Cáceres, de onde se originaram por meio de processos de emancipação política. Esse contexto evidencia a interdependência regional e o papel do Campus Jane Vanini da UNEMAT como polo de formação superior para toda essa microrregião. Observa-se, contudo, a ausência do município de Curvelândia na pesquisa realizada pelo autor, embora o mesmo atenda aos critérios considerados para compor a rede de pendularidade até Cáceres-MT.

A pesquisa de Lara (2022) oferece uma importante base empírica sobre a pendularidade estudantil na UNEMAT, ao dimensionar quantitativamente o fenômeno e identificar sua concentração nos cursos de licenciatura. Contudo, sua limitação reside na ausência de um aprofundamento analítico sobre os fatores subjetivos e estruturais que condicionam essa mobilidade cotidiana, como as motivações pessoais, as barreiras econômicas e as dinâmicas institucionais de oferta de cursos e turnos.

Essa dissertação, observado as lacunas supracitadas, busca ampliar o entendimento sobre a pendularidade estudantil, incorporando dimensões qualitativas que permitam interpretar as experiências, percepções e desafios enfrentados pelos estudantes. Essa ampliação teórico-metodológica não apenas complementa o estudo de Lara, mas também contribui para o debate sobre o papel da UNEMAT na consolidação de políticas públicas de acesso que considerem as especificidades territoriais e socioeconômicas da região de Cáceres. Dessa forma, o diálogo com Lara (2022) possibilita o avanço de uma análise mais integrada entre território, mobilidade e democratização do acesso à educação superior, reforçando a relevância social da investigação e sua contribuição para o aprimoramento das políticas institucionais voltadas aos estudantes pendulares.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados levantados durante a pesquisa, a UNEMAT contabiliza 5.181 estudantes ativos nos cursos de graduação no semestre 2024/2. Dentre esse total, 1.168 estudantes são de origem externa ao município no momento da matrícula, o que evidencia a capacidade de atração educacional que a cidade de Cáceres exerce sobre a região. Desse grupo, 450 estudantes têm origem nos municípios adjacentes a Cáceres — Mirassol D'Oeste, Glória D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Lambari D'Oeste, Porto Esperidião,

Curvelândia, Rio Branco, Araputanga e Salto do Céu —, representando 8,7% do total de estudantes de graduação da instituição.

Do total de estudantes, 345 estão matriculados em cursos de Licenciatura e Bacharelado, distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno. Esse contingente representa 6,7% do total de discentes ativos na instituição e corresponde a 76,4% dos estudantes provenientes de municípios vinculados à rede de pendularidade. Esses dados sugerem que aproximadamente três quartos dos estudantes dessas localidades optam pelo translado diário como estratégia de acesso à educação superior, em detrimento da migração sazonal, evidenciando a relevância desse modelo de deslocamento na dinâmica educacional regional.

Essa afirmativa, entretanto, deve ser considerada com cautela. Embora os estudantes em questão atendam aos critérios estabelecidos para caracterização como pendulares, uma parcela deles pode realizar migração sazonal para a cidade de Cáceres ao longo do período letivo. Dessa forma, o quantitativo apresentado deve ser compreendido como uma estimativa aproximada, refletindo padrões observados, mas não constituindo um valor absoluto. Tal ponderação evidencia a necessidade de cautela na interpretação dos dados, reconhecendo as variações individuais na dinâmica de deslocamento e a complexidade envolvida na caracterização do fenômeno da pendularidade estudantil.

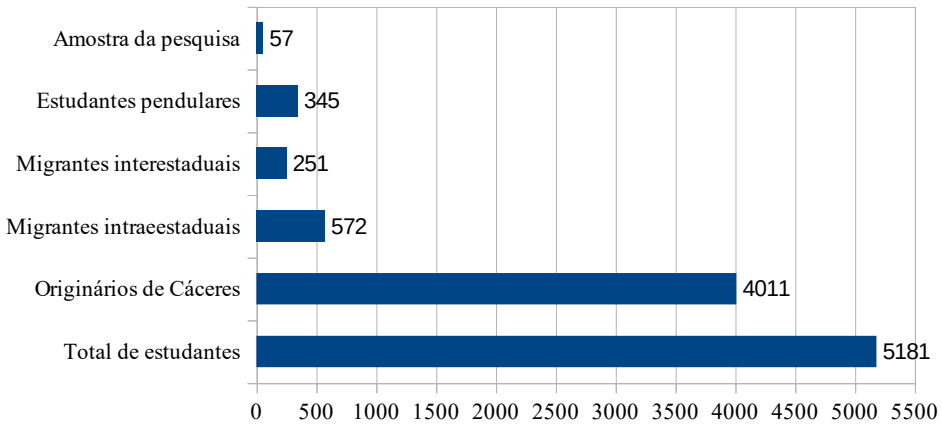
Ainda, vale destacar que, 823 (70,4%) dos 1.168 estudantes de origem externa à Cáceres, são provenientes de municípios que não permitem a pendularidade ou estão matriculados em cursos de período integral, o que demanda migração sazonal para garantir a frequência às atividades acadêmicas. Esses estudantes realizam movimentos migratórios intra e interestaduais, configurando uma mobilidade temporária que reforça o papel de Cáceres como polo regional de formação superior, capaz de atrair não apenas estudantes dos municípios vizinhos — que vivenciam a pendularidade —, mas também fluxos populacionais provenientes de regiões mais distantes.

Tal movimento contribui diretamente para a dinamização da economia local, especialmente nos setores de habitação, alimentação, transporte e serviços, evidenciando a relevância socioeconômica da presença da UNEMAT no município e seu papel estruturante no desenvolvimento regional. Além disso, reafirma a centralidade de Cáceres como polo educacional e formador da microrregião sudoeste de Mato Grosso, consolidando sua função estratégica na articulação entre ensino superior, território e desenvolvimento.

Considerando os critérios definidos para esta pesquisa — estudantes de graduação residentes nos municípios adjacentes a Cáceres, cuja localização permite o translado diário

para as atividades acadêmicas e que não estejam matriculados em cursos de período integral, responderam ao questionário 57 estudantes, compondo a amostra representativa deste estudo. Os dados quantitativos referentes aos estudantes da UNEMAT/Campus Jane Vanini, obtidos por meio do SAA, estão sistematizados e apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3: Estudantes matriculados nos cursos de graduação da UNEMAT/Campus Jane Vanini, em 2024/2



Fonte: Dados da pesquisa

A análise dos dados referentes aos estudantes da UNEMAT/Campus Jane Vanini evidencia a predominância dos cursos de licenciatura entre as graduações ofertadas. Essa configuração reflete uma demanda regional voltada à formação e qualificação de profissionais da docência, sobretudo para suprir as necessidades da rede pública de ensino nos municípios do sudoeste mato-grossense. Tal predominância indica que o campus desempenha papel estratégico na formação de educadores locais, contribuindo para o desenvolvimento educacional da região e respondendo a demandas históricas por profissionais qualificados no âmbito do ensino básico.

Os cursos ofertados no período noturno concentram 79,7% das matrículas analisadas, correspondendo a 275 estudantes. Entre as licenciaturas, destacam-se História (17,6%), Matemática (14,7%), Geografia (14,4%), Pedagogia (13,3%) e Letras (10,7%), evidenciando a centralidade das áreas de Ciências Humanas e Educação na estrutura acadêmica do campus. No conjunto dos municípios que integram a rede de pendularidade, o destaque recai sobre Mirassol D'Oeste, responsável por 31,8% dos estudantes matriculados, seguido por Porto Esperidião (16,2%) e pelos municípios de Curvelândia e São José dos Quatro Marcos, ambos com 11,5%. Esses dados estão sistematizados no Quadro 13, permitindo uma visualização clara da distribuição geográfica dos estudantes pendulares.

Quadro 13: Estudantes pendulares de graduação da UNEMAT/Campus Jane Vanini

	Mirassol D' Oeste	Glória D' Oeste	São José dos Quatro Marcos	Porto Esperidião	Araputanga	Curvelândia	Lambari D' Oeste	Rio Branco	Salto do Céu	Total
Ciência Biológicas	8	1	2	9	2	1	1	1	3	**28**
Ciências Contábeis	10	1	6	3	1	3	3	-	2	**29**
Direito	10	3	3	-	-	5	-	2	1	**24**
Educação Bilíngue de Surdos	2	-	-	-	-	-	-	-	-	**2**
Educação Física	8	-	5	1	-	2	-	-	1	**17**
Geografia	9	3	3	14	-	4	3	4	10	**50**
História	15	1	11	10	6	8	3	4	3	**61**
Letras	12	3	3	1	3	5	2	4	4	**37**
Matemática	21	2	3	7	3	5	5	3	2	**51**
Pedagogia	15	2	4	11	3	7	1	2	1	**46**
Total	**110**	**16**	**40**	**56**	**18**	**40**	**18**	**20**	**27**	**345**

Fonte: Dados da pesquisa.

A forte presença de alunos vindos de Mirassol D'Oeste demonstra uma centralização espacial típica de regiões onde o ensino superior ainda é limitado fora dos centros regionais. Municípios menores, como Glória D'Oeste (4,7%) e Lambari D'Oeste (5,2%), participam de forma marginal, o que evidencia desequilíbrios territoriais no acesso à educação superior. A assimetria espacial pode estar relacionada tanto à distribuição desigual de recursos educacionais e transporte, quanto às condições socioeconômicas locais, que restringem a mobilidade estudantil. Assim, a UNEMAT, apesar de democratizar o acesso, ainda enfrenta o desafio de atingir de forma equitativa os municípios mais periféricos.

A concentração de estudantes nos cursos de Licenciatura revela uma limitação no leque de oportunidades acadêmicas, indicando que a oferta ainda está fortemente vinculada ao setor público educacional. A ausência de cursos em áreas tecnológicas, ambientais ou da saúde, por exemplo, pode restringir o desenvolvimento econômico regional e a diversificação profissional dos jovens. Assim, há um risco de reprodução de um modelo formativo tradicional, pouco conectado às novas demandas do mercado de trabalho e à inovação.

O grupo de 345 estudantes pendulares representa um segmento que enfrenta barreiras logísticas e financeiras diárias. Para melhor análise da pendularidade, se concebem quatro principais dimensões: condições socioeconômicas dos estudantes, que consideram renda, trabalho e origem social; condições materiais dos estudantes, que concebem os custos com a pendularidade; condições estruturais, que consideram a interiorização da universidade e as

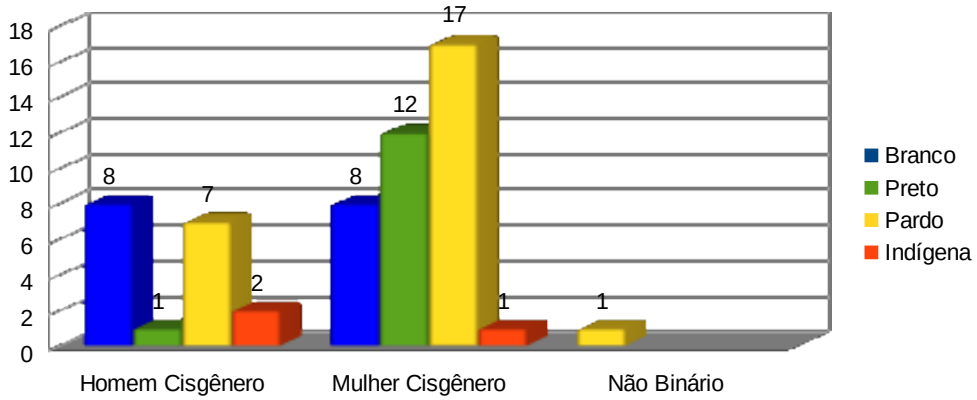
políticas de assistência estudantil; e a participação em atividades, que condicionam a integração, o pertencimento e o desempenho acadêmico.

A ausência de políticas consistentes de assistência estudantil e infraestrutura de transporte intermunicipal tende a acentuar desigualdades de acesso. A mobilidade, no entanto, também é sinal de resistência e valorização do ensino público: estudantes de diferentes localidades se deslocam voluntariamente para acessar oportunidades que inexistem em seus municípios, o que reforça o papel social transformador da universidade.

5.1 Caracterização da amostra segundo aspectos socioeconômicos

A partir dos dados coletados junto aos estudantes pendulares que responderam ao questionário, é possível delinear um perfil socioeconômico preliminar. Embora tais características não devam ser interpretadas em caráter absoluto — dado que a amostra compreende 57 discentes, o que equivale a 16,5% do universo de estudantes pendulares ativos na UNEMAT em 2024/2 — os resultados oferecem indicadores relevantes sobre as condições de vida e permanência desse grupo no ensino superior. Assim, os dados aqui apresentados configuram um recorte amostral que, embora não pretenda a exaustividade, sinaliza tendências importantes sobre a realidade socioeconômica dessa população.

Gráfico 4: Percepção dos estudantes quanto a gênero e raça



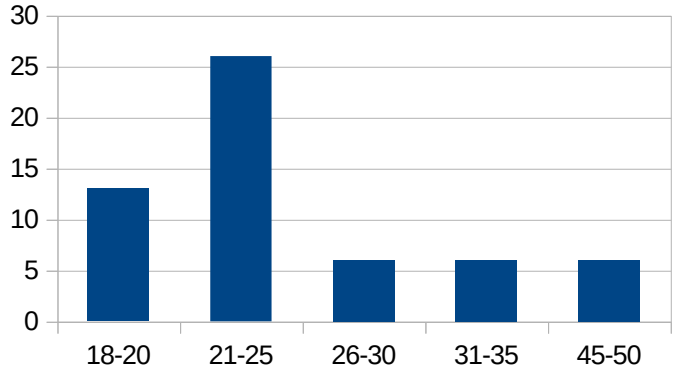
Fonte: Dados da pesquisa

Conforme ilustrado no Gráfico 4, observa-se uma predominância feminina e parda entre os respondentes: 66,7% dos estudantes identificam-se como mulheres cisgênero, enquanto 43,8% autodeclaram-se pardos. A opção metodológica de permitir que os discentes se manifestem quanto ao gênero, em detrimento do sexo biológico, é fundamental para

respeitar as novas formas de autodeclaração e identidade, garantindo uma coleta de dados que reflita a diversidade e a realidade contemporânea dos sujeitos pesquisados.

No que concerne à diversidade étnico-racial, os dados revelam que 5,26% da amostra se autodeclara indígenas. Embora o percentual possa parecer reduzido em termos absolutos, sua presença é significativa no contexto da UNEMAT, uma instituição historicamente comprometida com a inclusão de povos originários. Esse dado reforça a necessidade de compreender as especificidades do estudante pendular indígena, cujos desafios de deslocamento podem estar atrelados não apenas à distância geográfica, mas também à preservação de seus vínculos territoriais e culturais. Ainda, ao transpor esse dado para a realidade do estudante pendular, emerge um debate sobre a logística de acesso: muitas vezes, esses discentes enfrentam deslocamentos complexos entre terras indígenas ou comunidades tradicionais e os centros urbanos. Assim, a presença desse grupo na amostra sinaliza que o direito à educação deve vir acompanhado de infraestruturas que respeitem e viabilizem essa mobilidade diferenciada.

Gráfico 5: Idade dos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa

No que tange à faixa etária, observa-se uma amostra predominantemente jovem. Como apontando pelo Gráfico 5, 68,4% dos respondentes possuem até 25 anos. Essa concentração em idades iniciais da vida adulta sugere um perfil de estudantes que estão em fase de primeira formação e possível ingresso no mercado de trabalho. Para esse grupo, a jornada pendular é encarada como um investimento inicial de carreira, embora o desgaste físico acumulado nessa idade possa impactar a longo prazo o aproveitamento acadêmico.

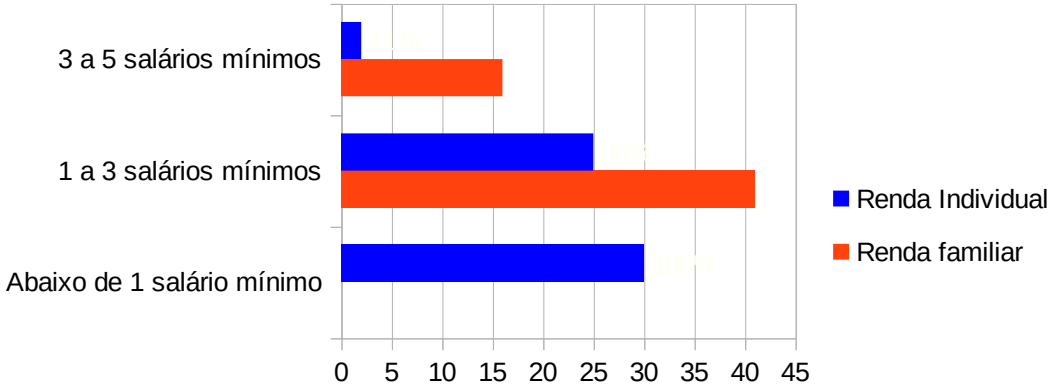
Ainda, a pesquisa identifica um grupo significativo (10,5%) com idade superior a 45 anos. A existência desse perfil entre os pendulares da UNEMAT evidencia que a barreira da distância não impede a busca pela formação acadêmica em fases mais maduras da vida. Contudo, torna-se necessário refletir sobre como o desgaste físico da viagem diária impacta

de forma distinta esse público, exigindo da instituição um olhar atento às necessidades do estudante que retorna aos bancos universitários. Esse cenário torna relevante questionar as motivações — sejam elas de requalificação profissional ou de realização pessoal — que levam esses indivíduos a enfrentarem a rotina intermunicipal em busca do diploma.

Os dados revelam que a rotina desses estudantes é marcada por uma complexa tripla jornada. Observou-se que 50,9% (29) possuem cônjuge e a grande maioria, 75,4% (43), possui filhos ou dependentes. Somado ao contexto familiar, o fator econômico é determinante, visto que 71,9% (41) exercem atividade laboral remunerada. Essa configuração evidencia que, para além do desafio logístico do deslocamento intermunicipal, o estudante pendular da UNEMAT precisa conciliar as exigências acadêmicas com obrigações familiares e profissionais, o que reduz drasticamente seu tempo de descanso e dedicação exclusiva aos estudos.

Essa caracterização socioeconômica aponta para um perfil de alta responsabilidade social e sobreposição de papéis. A predominância de estudantes com vínculos conjugais e responsabilidades parentais indica que a pendularidade não é um evento isolado, mas parte de uma estratégia de sobrevivência e ascensão social de famílias inteiras. Nesse cenário, o tempo de viagem entre cidades torna-se um agravante para o esgotamento físico e mental de quem já lida com uma carga elevada de compromissos extraclasse.

Gráfico 6: Renda familiar e individual



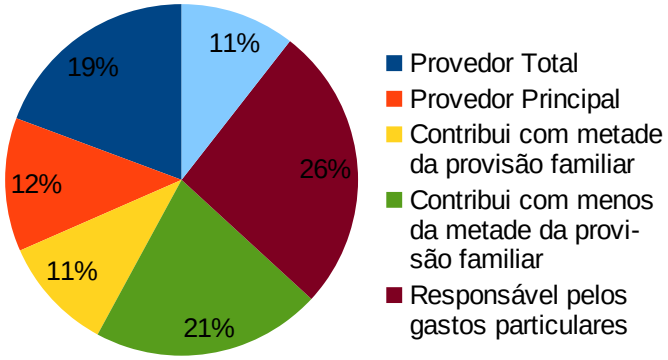
Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao aspecto financeiro, o Gráfico 6 aponta que 52,6% dos discentes possuem renda individual inferior a um salário-mínimo, indicando a predominância de ocupações precárias ou de carga horária reduzida. Complementarmente, a renda familiar de 71,9% dos entrevistados não ultrapassa os três salários-mínimos. A convergência desses dados aponta para um perfil socioeconômico de baixa renda, o que acentua o impacto dos custos logísticos

da pendularidade na trajetória acadêmica dos estudantes da UNEMAT. Ademais, essa limitação orçamentária pode justificar a opção pela pendularidade em detrimento da migração sazonal, uma vez que a manutenção de uma residência secundária na cidade de estudo torna-se financeiramente inviável para famílias que operam no limite da subsistência.

Esses indicadores se tornam ainda mais expressivos quando cruzados com os dados que relatam a participação da renda dos discentes na provisão familiar. Ao analisar o peso do rendimento individual no orçamento doméstico, compreende-se que o estudante pendular muitas vezes atua como provedor ou coautor da subsistência do lar. Essa responsabilidade financeira compartilhada torna a permanência na graduação um desafio ainda maior, visto que qualquer intercorrência no translado ou na jornada laboral compromete não apenas a vida acadêmica, mas a estabilidade econômica de todo o núcleo familiar. Esse fator também pesa na escolha por não substituir o trabalho pelas bolsas ou auxílios ofertados pela instituição.

Gráfico 7: Provisão familiar



Fonte: Dados da pesquisa

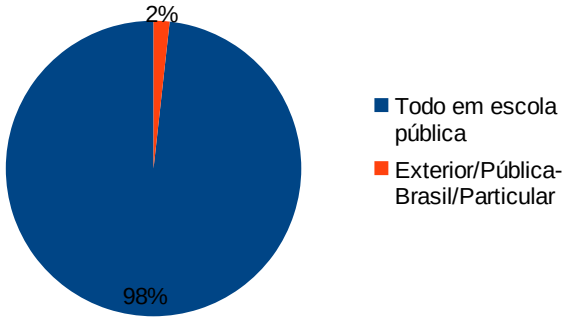
De acordo com o Gráfico 7, 63% dos estudantes afirmam contribuir diretamente para a provisão familiar, percentual que revela o peso das responsabilidades econômicas assumidas por esse público. O cenário torna-se ainda mais expressivo quando se observa que 31% dos respondentes se reconhecem como os principais responsáveis pela renda da família. Esses dados rompem com a concepção tradicional do estudante como sujeito predominantemente dependente e evidenciam uma realidade marcada pela autonomia precoce e pela necessidade de conciliar estudo e sustento familiar.

Nessa configuração, a permanência na universidade está profundamente vinculada à inserção e à manutenção desses estudantes no mercado de trabalho, muitas vezes em jornadas extenuantes que se somam ao desgaste do translado diário. Tal contexto evidencia não apenas desafios acadêmicos, mas também uma significativa responsabilidade social assumida por

esses discentes, cuja trajetória no ensino superior é atravessada por demandas econômicas e familiares que impactam diretamente suas condições de estudo e permanência.

A quase totalidade da amostra (98%) é composta por egressos da rede pública de ensino, o que correlaciona a origem escolar ao perfil de baixa renda já identificado anteriormente. Esse indicador é crucial para entender a pendularidade como uma estratégia de sobrevivência: para estudantes vindos de contextos escolares públicos, a viabilidade do ensino superior depende da redução de custos habitacionais, optando-se pelo translado diário entre cidades em vez da mudança de domicílio, que seria financeiramente proibitiva.

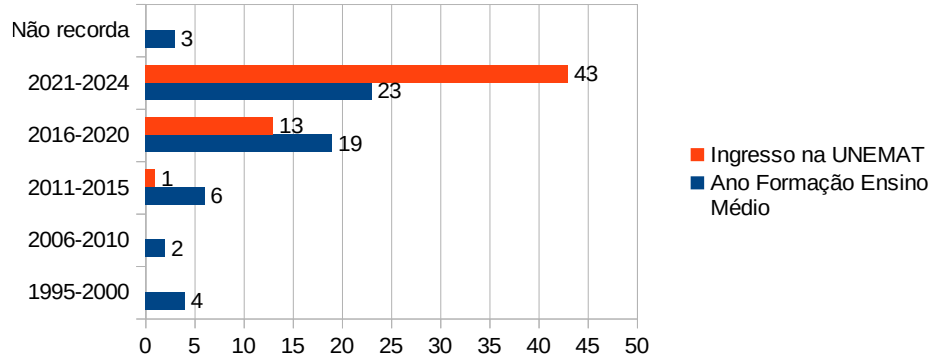
Gráfico 8: Formação no ensino médio



Fonte: Dados da pesquisa

Os indicadores analisados convergem com os resultados apresentados por Malange, Lima e Barbosa (2015), que evidenciam o perfil social dos estudantes da UNEMAT como predominantemente oriundo das camadas populares, egressos da escola pública, com forte presença de estudantes pretos e pardos, jovens e majoritariamente do sexo feminino. Esses elementos revelam que o processo de expansão da instituição tem se articulado à incorporação de segmentos historicamente excluídos do ensino superior público brasileiro, especialmente aqueles provenientes de contextos socioeconômicos menos favorecidos e de trajetórias escolares marcadas pela formação na rede pública.

Gráfico 9: Ano de formação no ensino médio e ingresso na UNEMAT



Fonte: Dados da pesquisa

Tal configuração reforça a compreensão de que a UNEMAT desempenha um papel relevante na interiorização e na ampliação das oportunidades educacionais, ao mesmo tempo em que explicita a necessidade de políticas institucionais que garantam não apenas o ingresso, mas também condições efetivas de permanência e sucesso acadêmico desses estudantes, cujas desigualdades de origem tendem a se refletir ao longo da trajetória universitária.

A correlação entre a origem escolar e a responsabilidade financeira é um dos pontos mais sensíveis desta pesquisa. O fato de 98% dos respondentes serem egressos da escola pública, aliado ao dado de que 63% atuam na provisão familiar, pode demonstrar que a universidade pública em Mato Grosso recebe um perfil de estudante-provedor. Para esse grupo, a pendularidade é a única via possível de ascensão social, pois permite que o vínculo laboral na cidade de origem — vital para a manutenção da casa — não seja rompido. Todavia, essa sobreposição de carências educacionais e obrigações econômicas torna a trajetória acadêmica uma corrida de obstáculos, onde a falta de auxílio institucional pode converter o sonho do diploma em uma carga insustentável diante das necessidades básicas do lar.

A análise do intervalo entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no ensino superior evidencia a coexistência de distintas trajetórias geracionais entre os estudantes pendulares. Verifica-se que a maior parte da amostra é formada por egressos recentes: 40,3% concluíram o ensino médio entre 2021 e 2025, enquanto 33,3% finalizaram essa etapa entre 2016 e 2020. Esse conjunto expressivo corresponde ao fluxo considerado mais linear de continuidade dos estudos, no qual a pendularidade se configura como estratégia imediata de acesso à graduação, permitindo que os estudantes ingressem no ensino superior sem romper seus vínculos territoriais e sociais de origem.

Por outro lado, os dados evidenciam um grupo resiliente que retorna aos bancos escolares após interrupções significativas. Cerca de 21% dos estudantes concluíram o ensino médio há mais de uma década (entre os anos 2000 e 2015), evidenciando que a UNEMAT cumpre um papel essencial na requalificação de adultos. Para esses discentes, o desafio da pendularidade é acrescido pelo tempo de afastamento das rotinas acadêmicas e pela gestão de carreiras e famílias já estabelecidas. Quanto ao ingresso na UNEMAT, os dados confirmam que a amostra é majoritariamente atual: 75,4% ingressaram na instituição a partir de 2021.

No entanto, a presença de 22,8% de estudantes que ingressaram entre 2016 e 2020, e um estudante com ingresso anterior a 2015, levanta questões sobre a retenção acadêmica. Esse prolongamento do tempo de graduação pode estar diretamente vinculado às dificuldades da rotina pendular, em que a exaustão física, a falta de tempo para estudos extraclasse e os custos

financeiros dificultam a integralização do curso no tempo regular, transformando a formatura em um objetivo de longo prazo.

No que tange às formas de ingresso, a amostra reflete a pluralidade do sistema de acesso ao ensino superior na UNEMAT. Observa-se que 66,7% dos discentes ingressaram via ampla concorrência, enquanto 33,3% acessaram a instituição por meio do sistema de cotas, embora se perceba que a maioria sejam de negros e pardos, reafirmando a relevância das ações afirmativas para a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Quanto ao processo seletivo, há um equilíbrio entre o Vestibular próprio e o SiSU — 43,8% e 40,3% respectivamente — evidenciando que a universidade atrai estudantes pendulares tanto por sua tradição regional quanto pelo alcance nacional do sistema unificado.

Quadro 14: Forma de ingresso na UNEMAT

	Ampla concorrência	**Cotas (estudantes negros)**	**Cotas (escola pública)**	**Cotas (estudantes com deficiência)**	**Cotas (estudantes indígena)**	**Total**
SISU	13	3	6		1	**23**
Vestibular	18	4	2	1		**25**
Vaga Remanescente	5	1	1			**7**
Redação Online	2					**2**
Total	**38**	**8**	**9**	**1**	**1**	**57**

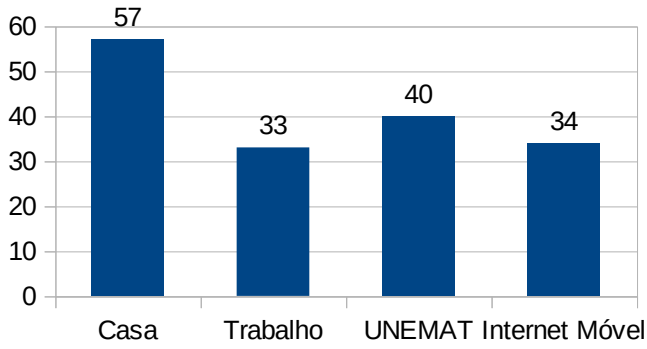
Fonte: Dados da pesquisa

Além das modalidades tradicionais de acesso, a pesquisa identificou que 3,5% dos respondentes ingressaram na UNEMAT por meio da redação on-line, estratégia adotada pela instituição para assegurar a continuidade do ingresso no ensino superior durante as restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Embora corresponda a uma parcela reduzida da amostra, esse dado é relevante por registrar de forma concreta os efeitos da crise sanitária global nas trajetórias acadêmicas desses estudantes pendulares. Trata-se de uma geração que iniciou sua vinculação universitária em um contexto de excepcionalidade, marcado pelo distanciamento social e por dinâmicas educacionais remotas, antes de passar a integrar o fluxo cotidiano de deslocamento intermunicipal característico de sua experiência formativa.

Essa distribuição evidencia que os estudantes percorrem trajetórias diversas de ingresso no ensino superior, ajustando-se às possibilidades abertas pelas políticas de democratização do acesso promovidas pela UNEMAT. Além disso, a presença expressiva de discentes provenientes da ampla concorrência não reduz a necessidade de suporte

institucional, pois os impactos da pendularidade — como desgaste físico, tempo de translado e custos financeiros — incidem de maneira generalizada sobre o corpo estudantil, independentemente da modalidade de acesso à vaga.Embora todos os estudantes (100%) relatem acesso à internet em seus domicílios, a conectividade se fragiliza significativamente fora desse espaço.

Gráfico 10: Acesso à Internet



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados do Gráfico 10 indicam que 29,8% não conseguem acessar a internet nas dependências da UNEMAT, enquanto 40,3% não dispõem de pacote de dados móveis. Para o estudante pendular, essa desconexão representa um obstáculo adicional, pois o tempo despendido no deslocamento intermunicipal — que poderia ser aproveitado para leituras, pesquisas e atividades em ambientes virtuais de aprendizagem — torna-se, na prática, um período improdutivo. Tal cenário evidencia uma lacuna na infraestrutura tecnológica que impacta diretamente a organização dos estudos e a produtividade acadêmica.

De forma mais ampla, os dados delineiam o perfil de um estudante pendular marcado pela resiliência, mas também pela sobrecarga de responsabilidades sociais. A predominância de egressos da escola pública, associada ao fato de 63% contribuírem financeiramente com o domicílio e 31% assumirem a posição de principais provedores da família, demonstra que a universidade pública se constitui como espaço de busca por mobilidade social em meio a exigências econômicas intensas. A experiência universitária, nesse contexto, não se restringe à formação acadêmica, mas é atravessada por demandas de sustento e corresponsabilidade familiar.

Entretanto, essa trajetória é tensionada por barreiras que extrapolam as distâncias geográficas. A baixa renda individual — com 52,6% dos estudantes situando-se abaixo de um salário-mínimo — somada à exclusão digital em trânsito, evidenciada pela ausência de dados móveis para 40,3% da amostra, transforma o deslocamento intermunicipal em um período de

vulnerabilidade social e acadêmica. Assim, a permanência desses estudantes na UNEMAT depende não apenas de esforço individual, mas da consolidação de políticas institucionais que reconheçam sua tripla jornada — estudo, trabalho e responsabilidades familiares — e enfrentem as limitações tecnológicas que marcam o percurso entre uma cidade e outra.

5.2 Caracterização da amostra segundo o vínculo acadêmico: condições estruturais da Universidade

A análise do vínculo acadêmico dos estudantes pendulares possibilita identificar não apenas quais áreas do conhecimento e turnos concentram maior fluxo de deslocamentos intermunicipais, mas também como a própria organização da oferta institucional influencia essa dinâmica. A partir das respostas dos estudantes ativos no semestre 2024/2, observa-se uma distribuição que, embora reflita a diversidade de cursos ofertados pela UNEMAT, revela tendências de concentração que não são neutras, indicando que determinados campos de formação e horários se tornam mais acessíveis — ou viáveis — para quem depende do translado diário. Esse cenário sugere que a ocupação do espaço universitário pelos estudantes residentes em outros municípios é mediada por condicionantes logísticos, econômicos e temporais, e não apenas por escolhas acadêmicas individuais.

Quadro 15: Estudantes por curso e cidade de residência

	Mirassol D' Oeste	**Glória D' Oeste**	**São José dos Quatro Marcos**	**Porto Esperidião**	**Araputanga**	**Curvelândia**	**Lambari D' Oeste**	**Rio Branco**	**Salto do Céu**	**Total**
Ciência Biológicas	1	1		2				1	1	**6**
Ciências Contábeis			1	1			1			**3**
Direito	1		1		1			1		**4**
Educação Física			3							**3**
Geografia		1	1	1				1	2	**6**
História	1		2	2	1	2	1	2		**11**
Letras	4				1				1	**6**
Matemática	5			1	1		1			**8**
Pedagogia	1		1	2		5	1			**10**
Total	**13**	**2**	**9**	**9**	**4**	**7**	**4**	**5**	**4**	**57**

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao regime de estudos, os dados indicam que a maioria expressiva dos estudantes pendulares está vinculada ao período noturno, considerando que apenas 12,2% dos respondentes estão matriculados em cursos ofertados no período diurno e vespertino (Educação Física e Direito), como demonstra a Quadro 15. Esse quantitativo é percebido

ainda quando se considera os dados do Quadro 13, da seção 5, ao apontar que 88,1% dos estudantes pendulares estão matriculados no período noturno. Essa concentração não é meramente casual, mas reflete a necessidade de conciliação com a atividade laboral, já mencionada no perfil socioeconômico, permitindo que o discente mantenha seu emprego na cidade de origem durante o dia e desloque-se para a UNEMAT ao fim da tarde.

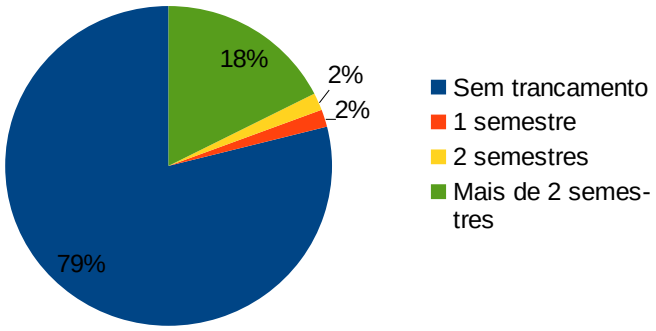
No entanto, essa configuração impõe desafios logísticos severos. O estudante do turno da noite enfrenta a jornada invertida: o cansaço acumulado de um dia de trabalho é somado ao estresse do deslocamento intermunicipal e, posteriormente, à carga cognitiva das aulas. Além disso, o retorno tardio para casa — muitas vezes em estradas com iluminação precária e condições de segurança variáveis — eleva o desgaste físico e mental desses alunos

Essa dinâmica também interfere diretamente na integração acadêmica. O vínculo com a universidade acaba sendo restrito ao horário de aula, uma vez que a dependência de horários rígidos de transporte (sejam eles ônibus da prefeitura, vans particulares ou caronas) inviabiliza a participação em projetos de extensão, monitorias ou grupos de pesquisa que ocorrem nos turnos matutino e vespertino. Assim, o estudante pendular do período noturno vivencia uma universidade de passagem, onde o tempo de permanência no campus é estritamente limitado pela grade horária e pelo cronograma de viagem.

Ainda, é relevante perceber que a discussão sobre permanência estudantil, a retenção e o trancamento configuram-se como indicadores relevantes das dificuldades que atravessam a trajetória acadêmica e impactam a qualidade da formação. Veloso e Lima (2021, p. 28) evidenciam que a própria análise da permanência deve considerar tais elementos, ao afirmar que “a dimensão permanência será avaliada a partir dos indicadores: matrículas, trancamento e taxa de diplomação do curso de graduação ofertado na modalidade presencial”, demonstrando que o trancamento não é um evento isolado, mas parte do fluxo formativo.

No que concerne à regularidade acadêmica, os dados revelam um cenário de persistência: 79% dos estudantes pendulares nunca precisaram trancar o curso. Contudo, ao analisar a parcela de 21% que efetuou o trancamento, observa-se um indicador preocupante de retenção, visto que a maior parte desses alunos permaneceu afastada por mais de dois semestres. Esse afastamento prolongado sugere que os motivos do trancamento — frequentemente ligados à exaustão física, crises financeiras ou conflitos de horário entre trabalho e transporte — não são resolvidos a curto prazo.

Gráfico 11: Trancamento



Fonte: Dados da pesquisa

As razões que levam os estudantes a trancar o curso, encontram eco nas narrativas coletadas. As falas dos estudantes ilustram que os principais motivos para a interrupção da jornada acadêmica envolvem diretamente questões financeiras, a incompatibilidade de horário com a atividade laboral e a priorização do trabalho para a manutenção da família. Esse conflito de prioridades é sintetizado de forma contundente pelo Sujeito X (2025) “como eu sou o principal provedor, eu sempre tive que escolher entre alimentar a minha família ou estudar, e como pai de família eu sempre vou escolher alimentar a minha família”.

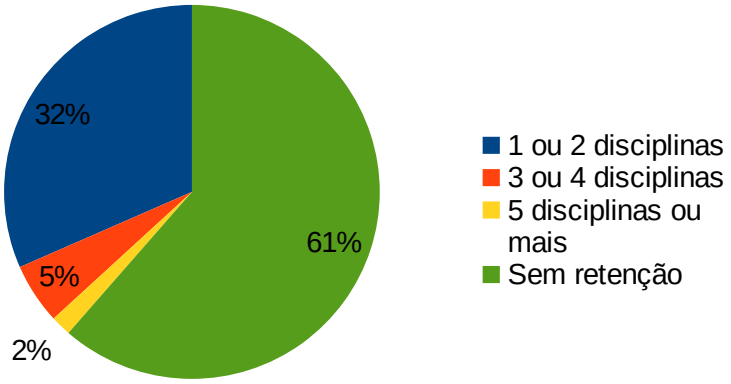
A fragilidade das estratégias de permanência adotadas pelos discentes também é evidenciada pela instabilidade habitacional e digital, muitas vezes condicionada ao vínculo laboral. Essa problemática é nitidamente percebida na fala do Sujeito Y (2025): “fiquei sem internet na pandemia, pois estava morando com meus tios em Curvelândia por ser mais perto porém perdi o emprego e voltei para Lambari [D’Oeste]”. Esses depoimentos reforçam a análise de que a permanência na UNEMAT está intrinsecamente ligada à subsistência do núcleo familiar, tornando o custo do deslocamento e do estudo um fator de pressão extrema.

Além dos fatores econômicos e logísticos, a pesquisa revela a existência de barreiras interpessoais graves. Um relato em particular aponta que uma estudante sofreu assédio por parte de um colega de classe e, por medo de denunciar formalmente, preferiu trancar o curso. Esse fato expõe a vulnerabilidade a que o corpo discente está exposto e a urgência de a instituição não apenas oferecer auxílios financeiros, mas também garantir um ambiente seguro e mecanismos eficazes de denúncia e acolhimento, que permitam à vítima a permanência na universidade sem revitimização.

Ademais, compreende-se que o trancamento por período superior a um ano pode ser interpretado como um indicativo da fragilidade das condições de permanência estudantil, especialmente para aqueles que residem em outros municípios. No caso do estudante pendular da UNEMAT, o retorno após uma interrupção prolongada demanda um processo de

readaptação acadêmica, social e logística ainda mais exigente, o que ajuda a explicar a presença, na amostra, de discentes veteranos com ingresso anterior a 2020. O reingresso, portanto, não representa apenas a retomada das atividades acadêmicas, mas a superação de um conjunto de obstáculos acumulados ao longo do afastamento.

Gráfico 12: Retenção



Fonte: Dados da pesquisa

Desse modo, a continuidade dos estudos revela-se condicionada a fatores que ultrapassam a esfera da motivação individual. A possibilidade de manter o fluxo regular de deslocamentos intermunicipais, conciliando custos financeiros, tempo de viagem e responsabilidades de trabalho e familiares, configura-se como elemento central para evitar novas interrupções.

No que tange ao desempenho e à progressão acadêmica, observa-se que 61% dos respondentes não apresentaram retenção em seus respectivos cursos. Em contrapartida, 39% da amostra relatou ter vivenciado reprovações ou retenções ao longo da trajetória acadêmica, concentradas majoritariamente em uma ou duas disciplinas. Esse resultado é expressivo, pois, embora a maioria dos estudantes consiga manter a regularidade no percurso formativo, o índice de retenção próximo a dois quintos da amostra revela um fator estrutural que interfere no rendimento acadêmico.

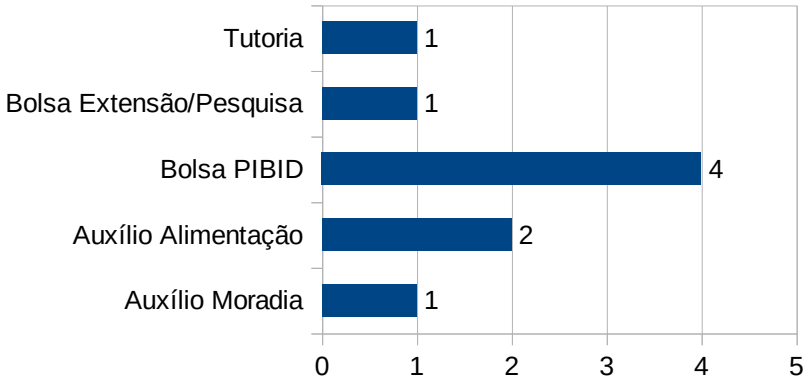
A análise desse dado indica que a retenção não ocorre, em sua maior parte, de forma generalizada ou prolongada, mas está associada a obstáculos pontuais enfrentados pelos estudantes. Entre esses obstáculos, destaca-se a rotina dos discentes que realizam translado diários para o campus e que, frequentemente, conciliam os estudos com atividades laborais. Nesses casos, a dificuldade em administrar o tempo destinado aos estudos extraclasse torna-se um elemento central para compreender as reprovações registradas.

Assim, a retenção acadêmica não deve ser interpretada exclusivamente como um déficit pedagógico ou como falha individual do estudante, mas como resultado de condicionantes logísticos vinculados à pendularidade. O desgaste físico decorrente do deslocamento intermunicipal, aliado à limitação de tempo para a realização de pesquisas, leituras e trabalhos em grupo, contribui para o atraso na integralização curricular, evidenciando a necessidade de considerar essas condições no debate sobre permanência e sucesso acadêmico.

A importância de considerar os fatores trancamento e retenção ao pensar a permanência estudantil e o sucesso acadêmico são percebidas nas pesquisas que abordam a temática. Ao destacar como objetivo das políticas de assistência estudantil reduzir as taxas de retenção, como forma de aumentar as taxas de sucesso acadêmico, Veloso e Lima (2021) associam a retenção a obstáculos que interferem no desempenho e na progressão acadêmica. Nesse sentido, retenção e trancamento revelam tensões entre acesso ampliado e condições concretas de permanência, indicando que a qualidade educativa não pode ser dissociada das condições materiais, pedagógicas e institucionais oferecidas aos estudantes.

Um dado alarmante revelado pela pesquisa refere-se ao acesso às políticas de permanência: dos respondentes, apenas 15,8% recebem algum tipo de bolsa ou auxílio financeiro, como mostra o gráfico 14. Esse cenário expõe uma profunda disparidade entre a realidade socioeconômica dos discentes — em sua maioria trabalhadores de baixa renda e provedores familiares — e o suporte oferecido pela instituição. A escassez de auxílios específicos para o transporte e a baixa abrangência das bolsas acadêmicas indicam que a permanência do estudante pendular na UNEMAT repousa, quase exclusivamente, sobre seu esforço individual e financeiro, elevando o risco de fadiga e evasão escolar.

Gráfico 13: Estudantes que recebem bolsa e/ou auxílio da UNEMAT



Fonte: Dados da pesquisa

Além disso, destaca-se que, embora existam editais que possibilitem a candidatura aos auxílios alimentação e transporte, a maioria dos estudantes não é contemplada com esses benefícios. Na prática, isso significa que, mesmo havendo a previsão institucional de tais auxílios, eles não alcançam de forma efetiva o público que deles necessita, reforçando a sobrecarga financeira enfrentada pelos discentes e ampliando as barreiras para sua permanência e êxito acadêmico. Soma-se a isso a possível insuficiência de divulgação e orientação sobre esses programas, o que pode fazer com que parte dos discentes sequer tenha pleno conhecimento dos critérios, prazos e procedimentos para solicitação, limitando ainda mais o acesso às políticas de permanência.

A discussão sobre permanência estudantil evidencia que as condições materiais de vida estão diretamente relacionadas ao aproveitamento acadêmico e à qualidade da formação. Nesse sentido, Veloso e Lima (2021, p. 10) enfatizam que "é fundamental assegurar ao estudante a possibilidade de realizar os seus estudos com o máximo de aproveitamento e o mínimo de preocupação com a sobrevivência", reforçando que a trajetória universitária não pode estar dissociada das condições objetivas que garantem moradia, alimentação, transporte e apoio institucional. Tal perspectiva desloca a compreensão da permanência do campo exclusivamente individual para o âmbito das responsabilidades institucionais e das políticas públicas, indicando que o sucesso acadêmico depende da redução das pressões relacionadas à subsistência, de modo que o estudante possa dedicar-se de forma plena às atividades formativas e às experiências que compõem a vida universitária.

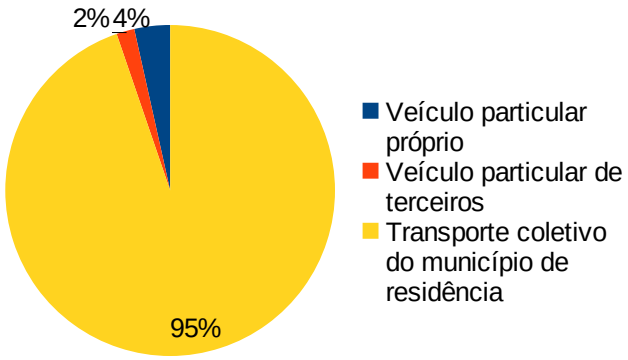
A caracterização do vínculo acadêmico dos estudantes pendulares na UNEMAT revela uma trajetória de resistência, na qual o diploma é disputado minuto a minuto com a estrada e com as obrigações do mercado de trabalho. A predominância do turno noturno, os baixos índices de auxílio institucional e as interrupções de curso motivadas por dilemas de subsistência familiar desenham um cenário onde a permanência estudantil é um equilíbrio frágil. Para este perfil de discente, a universidade não é apenas um espaço de formação intelectual, mas um território de enfrentamento social, onde o sucesso acadêmico depende da superação diária de barreiras físicas, econômicas e logísticas que o sistema educacional ainda não logrou plenamente mitigar.

5.3 Translado e suas implicações: condições materiais dos estudantes

O translado diário impõe uma série de implicações logísticas, financeiras e pessoais que impactam diretamente a vida do estudante pendular. A rotina de deslocamento, que

consome tempo e gera desgaste físico e mental, pode levar à privação de sono e aumentar os níveis de estresse e ansiedade. Além do cansaço, os custos associados ao transporte, seja público, fretado ou particular, e à alimentação externa pesam no orçamento, principalmente ao considerar que muitos desses estudantes pertencem a perfis de baixa renda ou ainda são provedores de suas famílias, tornando a permanência na universidade um desafio financeiro constante. Essas barreiras logísticas e financeiras podem afetar negativamente o desempenho acadêmico, a integração social e, em casos extremos, levar ao trancamento do curso.

Gráfico 14: Meio de transporte utilizado pelos estudantes pendulares da UNEMAT



Fonte: Dados da pesquisa

O transporte coletivo cedido pelas prefeituras de residência dos estudantes é o eixo central da mobilidade para o estudante pendular, com uma dependência de 95% dos acadêmicos da amostra nesse modal específico. A viabilidade do ensino superior público para esses estudantes está intrinsecamente ligada ao suporte logístico municipal, o que demonstra a importância da política pública de transporte universitário. Essa dependência também expõe vulnerabilidades, como a rigidez dos horários e o retorno tardio para casa, muitas vezes em condições de segurança variáveis, contribuindo para o desgaste físico e mental dos discentes.

A dependência de horários rígidos de transporte inviabiliza a participação em diversas atividades. Projetos de extensão, monitorias e grupos de pesquisa que ocorrem nos turnos matutino e vespertino ficam inacessíveis para quem precisa seguir um cronograma de viagem fixo. Desse modo, o estudante pendular do período noturno vivencia uma universidade de passagem, onde o tempo de permanência no campus é estritamente limitado pela grade horária e pelo cronograma de retorno.

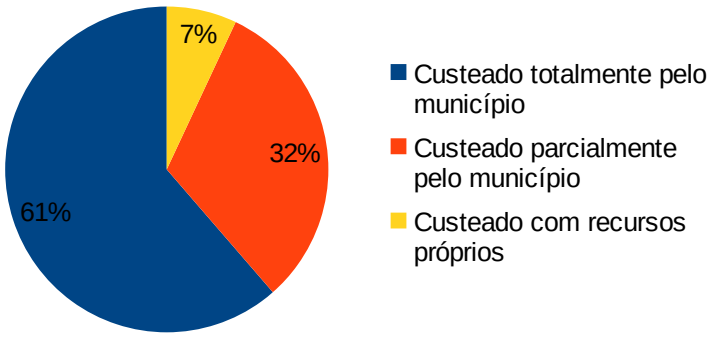
Além disso, os deslocamentos cotidianos para fins educacionais configuram-se como um elemento central na experiência universitária de muitos estudantes, produzindo impactos que extrapolam a dimensão espacial e incidem diretamente sobre o uso do tempo e o

rendimento acadêmico. Essa condição se materializa de forma concreta na vivência dos estudantes, uma vez que

> os longos deslocamentos para estudo muitas vezes são necessários para alcançar o diploma, mas apresentam uma série de obstáculos, diários ou não, que dificultam o rendimento e aproveitamento do tempo que, se tivessem oportunidade, talvez optassem por diminuir a distância e a intensidade dos deslocamentos, ou até mesmo deixariam de fazê-lo, alterando consequentemente seus espaços de vida (TAVARES, 2022, p. 210-211).

Assim, o deslocamento prolongado configura-se como um fator que compromete o bem-estar, reduz a autonomia sobre o uso do tempo e impacta diretamente o desempenho acadêmico e a própria forma como os estudantes estruturam seus espaços de vida, deixando de ser apenas um intervalo entre atividades e passando a atuar como um fator estruturante das desigualdades acadêmicas e das condições de permanência no ensino superior.

Gráfico 15: Custeio do transporte



Fonte: Dados da pesquisa

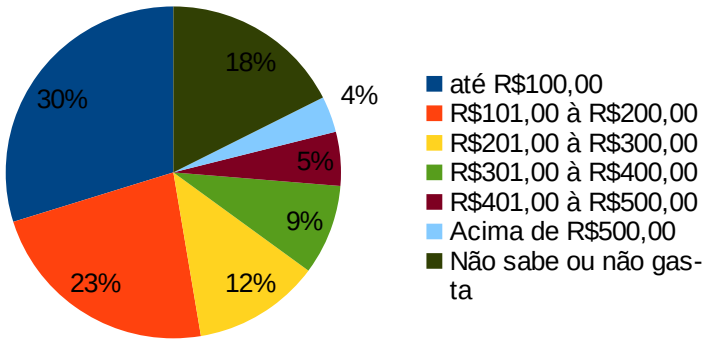
No que se refere ao custeio do transporte, 61% dos estudantes afirmam que o translado diário é financiado pela prefeitura do município de residência. Esse dado evidencia o papel central das políticas públicas municipais na viabilização do acesso e da permanência dos estudantes pendulares no ensino superior. No entanto, esse apoio institucional nem sempre ocorreu de forma contínua ou integral. Conforme relata o sujeito W (2025), “o município começou a nos ajudar no ano de 2024”, indicando que, até então, os custos do transporte recaíam majoritariamente sobre os próprios acadêmicos.

A dependência desse apoio institucional revela que, para uma parcela significativa dos discentes, o transporte constitui um fator determinante para a continuidade dos estudos, uma vez que a ausência desse suporte poderia comprometer ou inviabilizar a frequência às atividades acadêmicas. Dessa forma, o financiamento do transporte escolar configura-se como um elemento estratégico na redução das desigualdades educacionais e na garantia do direito à

educação superior para estudantes oriundos de municípios que não dispõem de instituições de ensino superior em seus territórios.

Ainda de acordo com os dados, há casos em que o apoio do poder público municipal não contempla todas as despesas envolvidas no deslocamento. Segundo o sujeito Z (2025), “o município cede somente o ônibus; combustível e salários de motorista ficavam a cargo dos acadêmicos”, o que evidencia a transferência parcial dos custos aos estudantes. Esses relatos demonstram que o financiamento municipal do transporte ocorre de maneira desigual e, por vezes, insuficiente. Tal situação reforça a dependência desses estudantes de políticas públicas mais consistentes e contínuas, uma vez que a ausência ou fragilidade desse suporte pode comprometer a frequência acadêmica e ampliar os riscos de evasão.

Gráfico 16: Custos com alimentação na UNEMAT



Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere aos custos com alimentação decorrentes da condição de estudante pendular, os dados revelam uma distribuição desigual dos gastos, refletindo diferentes realidades socioeconômicas e estratégias de adaptação à rotina de deslocamento. Do total de respondentes, 30% informam despesas mensais de até R$ 100,00, enquanto 23% declaram gastos de até R$ 200,00. Outros 12% indicam desembolsos de até R$ 300,00, 9% até R$ 400,00 e 5% até R$ 500,00, ao passo que 3% afirmam gastar valores superiores a R$ 500,00 mensais. Destaca-se, ainda, que 18% dos estudantes relatam não saber o valor exato de seus gastos ou não apresentar despesas com alimentação relacionadas ao deslocamento.

Pensar os gastos com alimentação torna-se fundamental para compreender as condições de permanência estudantil, uma vez que essa despesa integra o conjunto de custos cotidianos assumidos pelos alunos durante o período em que permanecem na cidade de estudo. Nesse sentido, Almeida (2022, p. 137) destaca que “entre as necessidades primordiais que fazem parte dos gastos realizados pelos estudantes 92,2% apresentaram a alimentação, indicando assim uma das mais recorrentes despesas durante os turnos cursados”.

A presença de estudantes com despesas mais elevadas evidencia que os custos indiretos da pendularidade, como alimentação, podem representar um ônus significativo no orçamento familiar, especialmente para aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Mesmo entre os que declaram gastos reduzidos, tal condição pode estar associada à adoção de estratégias de contenção, como a redução de refeições, o consumo de alimentos levados de casa ou a dependência de redes de apoio. Assim, os dados reforçam a necessidade de políticas de assistência estudantil que considerem não apenas o transporte, mas também os custos complementares que incidem sobre a permanência e o bem-estar dos estudantes pendulares no ensino superior, além de uma divulgação que alcance os estudantes que necessitam desses auxílios

Esses resultados evidenciam que, mesmo diante de iniciativas municipais voltadas ao custeio do transporte, os estudantes pendulares permanecem expostos a encargos financeiros que podem comprometer sua permanência no ensino superior. A soma de despesas diretas e indiretas reforça a necessidade de políticas de assistência estudantil mais abrangentes, capazes de considerar a complexidade da pendularidade e de garantir condições efetivas de permanência, bem-estar e sucesso acadêmico para esses estudantes.

5.4 Expectativas e desafios: participação acadêmica

A trajetória dos estudantes pendulares na UNEMAT é marcada por um constante equilíbrio entre expectativas de ascensão educacional e os desafios impostos pela rotina de deslocamento. Ao ingressarem no ensino superior, esses estudantes carregam projetos de formação profissional, melhoria das condições de vida e reconhecimento social, depositando na universidade a possibilidade de transformação de suas trajetórias pessoais e familiares.

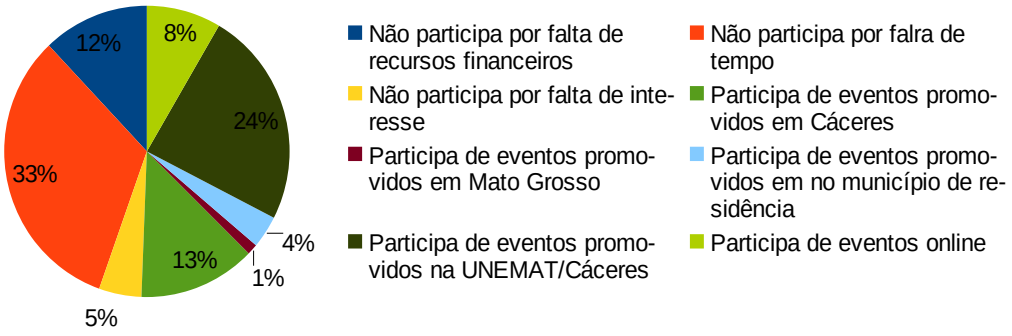
Entretanto, tais expectativas coexistem com obstáculos cotidianos, como o tempo prolongado de viagem, o cansaço físico, os custos financeiros e as dificuldades de participação plena na vida acadêmica. Nesse sentido, compreender as expectativas e os desafios enfrentados por esses estudantes se torna fundamental para analisar como a pendularidade influencia não apenas o acesso, mas também as condições de permanência e a qualidade da experiência universitária.

A permanência no ensino superior, entendida em sua dimensão formativa ampliada, envolve também a possibilidade de participação em atividades culturais e esportivas, conforme problematizado por Veloso e Lima (2022) ao questionarem se os estudantes dispõem de apoio para esse tipo de inserção. Tal aspecto evidencia que o ingresso na

universidade não elimina as desigualdades de origem, uma vez que a participação nesses espaços depende de condições objetivas e simbólicas associadas ao capital econômico e cultural dos estudantes, interferindo nas formas de apropriação da experiência universitária.

Os dados do Gráfico 17 indicam que quase metade das respostas dos participantes da pesquisa revela a não participação em eventos acadêmicos, seja por falta de recursos financeiros, disponibilidade de tempo ou interesse. Entre aqueles que relatam participação, 47% - o que corresponde a 24% do total das respostas obtidas – mencionam envolver-se em atividades promovidas pela própria UNEMAT/Campus Cáceres.

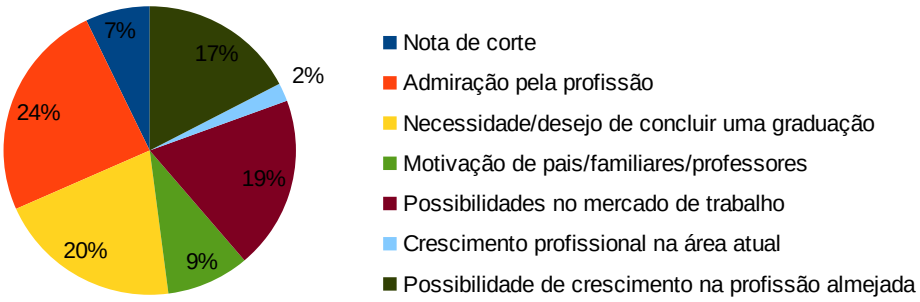
Gráfico 17: Participação em eventos acadêmicos



Fonte: Dados da pesquisa

Esses resultados sugerem que a condição de pendularidade pode constituir um fator limitador da vivência acadêmica para além das atividades obrigatórias, restringindo a inserção dos estudantes em espaços formativos complementares, como eventos científicos, culturais e institucionais. A baixa participação pode estar associada às dificuldades de permanência prolongada no campus, aos horários do transporte e à necessidade de conciliar trabalho e responsabilidades familiares. A experiência universitária dos estudantes pendulares tende a se concentrar nas atividades curriculares essenciais, o que pode impactar a ampliação de repertórios acadêmicos, redes de socialização e oportunidades de formação complementar.

Gráfico 18: Fatores motivadores na escolha do curso



Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere aos fatores que motivaram a escolha do curso, observa-se a predominância de elementos ligados à identificação pessoal e às perspectivas de inserção profissional. Entre os respondentes, 24% apontaram a admiração pela profissão como principal motivação, evidenciando vínculos simbólicos e vocacionais com a área de formação. Outros 20% indicaram a necessidade ou o desejo de concluir uma graduação, demonstrando que o ensino superior é percebido como etapa fundamental de realização pessoal e qualificação educacional.

Aspectos relacionados ao mercado de trabalho também se destacam, com 19% mencionando as possibilidades de inserção profissional e 17% a perspectiva de crescimento na carreira almejada. Esses dados revelam que a escolha do curso resulta da articulação entre dimensões subjetivas, como afinidade e projeto de vida, e fatores objetivos, como empregabilidade e progressão profissional, refletindo expectativas de mobilidade social e melhoria das condições de trabalho.

Ademais, observa-se a influência exercida por pais, responsáveis e professores na decisão do estudante quanto ao curso a ser realizado, evidenciando o peso das relações sociais mais próximas no processo de escolha educacional. Nesse sentido, a trajetória acadêmica não se constrói de forma isolada, mas é permeada por estímulos, expectativas e referências oriundas do convívio cotidiano.

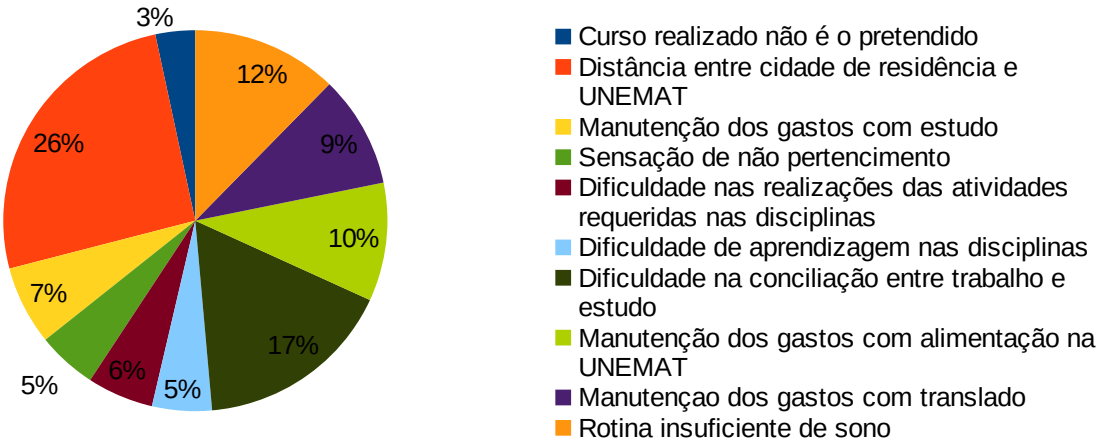
> Os estudantes são influenciados direta e/ou indiretamente pelos grupos de pessoas e por aqueles indivíduos que fazem parte do seu cotidiano e de sua vivência. Principalmente, quando esses se sentem motivados por pessoas da sua própria família e do seu convívio social, muitos desses inseridos ou que já tenham cursado o ensino superior (ALMEIDA, 2022, p. 132).

Essas motivações iniciais dialogam diretamente com as expectativas que os estudantes projetam sobre sua trajetória acadêmica, uma vez que a decisão pelo curso não se limita ao interesse pela área, mas envolve a construção de perspectivas futuras, tanto no âmbito profissional quanto pessoal.

No que se refere aos desafios enfrentados para a manutenção no curso, os dados evidenciam que as dificuldades estão fortemente associadas à condição de pendularidade e às limitações socioeconômicas dos estudantes. A distância entre a cidade de residência e a UNEMAT foi apontada por 26% dos respondentes como principal obstáculo, destacando o impacto do tempo de translado, do cansaço físico e da dependência de transporte. O tempo de translado diário aparece, na literatura, como um elemento que extrapola a dimensão espacial da mobilidade e incide diretamente sobre a qualidade de vida dos sujeitos. Conforme discutido, trata-se de um tempo imposto pelas dinâmicas urbanas e regionais, que passa a

competir com outras esferas da vida cotidiana, gerando perdas que não são apenas logísticas, mas também sociais e pessoais. O tempo gasto no translado impossibilita a realização de quaisquer outras atividades pelo estudante, tais como lazer, trabalho, estudo, se tornando um fator de intensificação de cansaço e distração (TAVARES, 2022).

Gráfico 19: Desafios enfrentados para a manutenção do curso

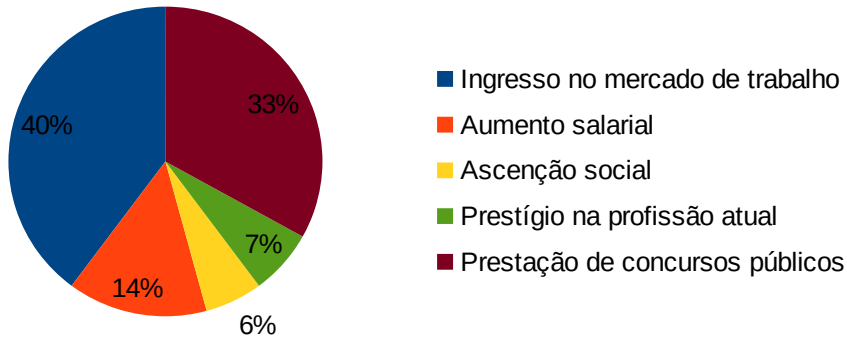


Fonte: Dados da pesquisa

Assim, o deslocamento prolongado configura-se como um fator que produz desgaste, reduz a autonomia sobre o uso do tempo e interfere tanto no bem-estar quanto no desempenho das atividades acadêmicas e profissionais. A dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo também aparece de forma significativa, sendo mencionada por 17% dos estudantes, o que demonstra a necessidade de manutenção de vínculos empregatícios paralelamente à formação acadêmica.

Além disso, os custos financeiros relacionados à permanência no ensino superior constituem fator relevante de pressão sobre os estudantes pendulares. Os gastos com estudo foram indicados por 12% dos participantes, enquanto despesas com alimentação e translado correspondem a 10% e 9%, respectivamente. Esses dados revelam que a permanência universitária, para esse grupo, está condicionada não apenas ao esforço acadêmico, mas também à capacidade de gerir múltiplas demandas materiais e temporais, evidenciando que a pendularidade amplia os desafios estruturais já presentes na trajetória de estudantes em contextos de maior vulnerabilidade social.

Gráfico 20: Expectativas ao final da formação acadêmica



Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere às expectativas em relação ao término do curso, observa-se que os estudantes projetam o ensino superior sobretudo como meio de inserção e estabilidade profissional. Entre os respondentes, 40% indicam como principal expectativa o ingresso no mercado de trabalho, evidenciando a busca por oportunidades de emprego e melhoria das condições de vida. Além disso, 33% apontam a intenção de prestar concursos públicos, o que revela a valorização da estabilidade e da segurança profissional associada ao setor público.

Esses dados demonstram que a formação universitária é percebida não apenas como conquista acadêmica, mas como estratégia de mobilidade social e econômica. As expectativas manifestadas reforçam o caráter instrumental atribuído ao ensino superior, especialmente entre estudantes que enfrentam condições desafiadoras de permanência, como a pendularidade, e que veem na qualificação profissional uma possibilidade concreta de transformação de suas trajetórias pessoais e familiares.

Tavares (2022) enfatiza que a graduação não é percebida pelos estudantes como um ponto de chegada definitivo, mas como uma etapa inserida em projetos mais amplos de vida e mobilidade. A formação superior está associada à busca por melhores condições de inserção profissional e transformação da realidade socioeconômica, uma vez que o curso é entendido como meio para ampliar oportunidades no mercado de trabalho e possibilitar ascensão social. Além disso, envolve tanto o desejo de retorno ao local de origem quanto a continuidade dos deslocamentos em escalas mais amplas, como parte de estratégias futuras de trabalho, qualificação e melhoria de vida, revelando que o percurso formativo se articula a planos que extrapolam o tempo universitário e redefinem os espaços de vida dos estudantes.

Dessa forma, a análise das expectativas e desafios demonstra que os estudantes ingressam na universidade movidos por projetos de inserção profissional, estabilidade e mobilidade social, mas enfrentam obstáculos que extrapolam o âmbito acadêmico. A experiência universitária desses sujeitos é marcada por esforços contínuos de adaptação, nos

quais o sucesso formativo depende não apenas do empenho individual, mas de condições institucionais que assegurem suporte efetivo.

5.5 Triangulação analítica das dimensões da pendularidade na UNEMAT/Cáceres

A triangulação analítica permite compreender que a pendularidade estudantil, no contexto da UNEMAT/Campus Jane Vanini, é um fenômeno multidimensional, condicionado por fatores socioeconômicos, institucionais e materiais que se inter-relacionam de forma complexa. A triangulação entre literatura, dados quantitativos e evidências qualitativas revela que o acesso à universidade, embora ampliado nas últimas décadas, não se traduz automaticamente em condições equitativas de permanência. Assim, a democratização do acesso à educação superior mostra-se incompleta, pois, embora o ingresso tenha sido ampliado, as condições efetivas de permanência permanecem desiguais.

Quadro 16: Triangulação analítica quanto às dimensões estruturantes da pendularidade estudantil

Dimensão Analítica	**Literatura**	**Evidências Quantitativas (dados e gráficos)**	**Evidências Qualitativas (relatos e percepções)**	**Síntese Interpretativa / Integração**
Aspectos socioeconômicos dos estudantes	A literatura sobre democratização do acesso à educação superior evidencia que o perfil socioeconômico dos estudantes influencia diretamente suas trajetórias acadêmicas, especialmente no que se refere à permanência. Estudos apontam que estudantes de baixa renda enfrentam maiores dificuldades para conciliar trabalho, estudo e responsabilidades familiares, o que impacta seu desempenho e integração universitária.	Os dados do questionário indicam predominância de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, com necessidade de contribuição financeira no núcleo familiar (Gráficos de renda, provisão familiar e formação escolar)	Os relatos evidenciam preocupações constantes com a manutenção financeira durante o curso, destacando a necessidade de trabalhar e a dificuldade de arcar com custos cotidianos relacionados à vida acadêmica.	O perfil socioeconômico revela que esses estudantes acessam a universidade em condições desiguais, o que reforça que o ingresso não elimina as barreiras estruturais. A permanência passa a depender de estratégias individuais de sobrevivência, evidenciando a insuficiência das políticas de apoio frente às demandas reais.
Condições	A literatura aponta	Os dados indicam	Relatos destacam a	As condições

estruturais da Universidade	que a democratização do ensino superior exige não apenas ampliação de vagas, mas também condições institucionais adequadas de permanência, incluindo infraestrutura, políticas de assistência estudantil e organização acadêmica.	baixa cobertura de bolsas e auxílios (Gráfico 13), além de limitações relacionadas à infraestrutura institucional e serviços de apoio.	ausência ou insuficiência de políticas específicas para estudantes pendulares, como apoio ao transporte e alimentação, além de dificuldades relacionadas à organização dos horários acadêmicos.	estruturais da universidade mostram-se insuficientes para atender às especificidades da pendularidade. Há um descompasso entre a expansão do acesso e a oferta de suporte institucional, o que fragiliza a permanência desses estudantes.
Condições materiais dos estudantes	Estudos sobre permanência estudantil evidenciam que os custos diretos (transporte, alimentação) e indiretos (tempo, desgaste físico) são determinantes para a continuidade no ensino superior, especialmente em contextos de mobilidade pendular.	Os dados demonstram gastos significativos com transporte (Gráficos 14 e 15) e alimentação (Gráfico 16), frequentemente custeados pelos próprios estudantes ou suas famílias.	Os relatos apontam cansaço físico, longas jornadas diárias e dificuldades para manter uma alimentação adequada durante o período na universidade.	As condições materiais configuram-se como um dos principais obstáculos à permanência. O custo elevado da pendularidade, somado ao desgaste físico e emocional, evidencia que o acesso à universidade é sustentado por esforço individual intenso, e não por condições estruturais equitativas.
Participação acadêmica	A participação em atividades acadêmicas (eventos, projetos, extensão) é fundamental para a formação universitária, sendo também um indicador de integração e pertencimento institucional.	Os dados indicam baixa participação em eventos acadêmicos (Gráfico 17), evidenciando limitações na inserção plena na vida universitária.	Os estudantes relatam dificuldade em permanecer no campus fora do horário das aulas devido ao transporte, trabalho e custos adicionais.	A participação acadêmica é diretamente impactada pela condição pendular. A limitação de tempo e recursos restringe a vivência universitária, comprometendo a formação integral e o sentimento de pertencimento.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

No que se refere aos aspectos socioeconômicos, observa-se que a maioria dos estudantes pendulares é oriunda de contextos de baixa renda, frequentemente assumindo responsabilidades financeiras no âmbito familiar. Os dados quantitativos evidenciam

limitações econômicas que se refletem na necessidade de conciliar trabalho e estudo, enquanto os relatos qualitativos reforçam a presença de preocupações constantes com a manutenção financeira durante o curso. À luz da literatura, esse perfil indica que a permanência desses estudantes está diretamente condicionada às suas condições de vida, o que evidencia a persistência de desigualdades estruturais mesmo após o ingresso na educação superior, e que impactam a qualidade da participação acadêmica.

No plano das condições estruturais da universidade, os dados apontam fragilidades no atendimento às demandas específicas dos estudantes pendulares. A baixa cobertura de bolsas e auxílios, associada à ausência ou insuficiência de políticas institucionais voltadas ao transporte e à alimentação, revela um descompasso entre a expansão do acesso e a garantia de suporte efetivo à permanência. Os relatos dos estudantes evidenciam dificuldades relacionadas à organização dos horários acadêmicos e à limitação dos serviços institucionais, indicando que a estrutura universitária ainda não incorpora plenamente as especificidades da condição pendular.

As condições materiais dos estudantes configuram-se como um dos principais eixos de tensionamento da permanência. Os dados quantitativos demonstram que os custos com transporte e alimentação representam parcelas significativas do orçamento dos discentes, frequentemente arcados pelos próprios estudantes ou suas famílias. As evidências qualitativas reforçam esse cenário ao destacar o cansaço físico, as longas jornadas diárias e as dificuldades para manter uma alimentação adequada durante o período de permanência no campus. Esses elementos evidenciam que a experiência acadêmica desses estudantes é atravessada por limitações concretas que extrapolam o âmbito pedagógico, afetando diretamente sua qualidade de vida e seu desempenho acadêmico.

No que concerne à participação acadêmica, observa-se que a condição pendular impõe restrições significativas à inserção dos estudantes em atividades extracurriculares, como eventos, projetos de pesquisa e extensão. Os dados indicam baixa participação nessas atividades, o que é corroborado pelos relatos que apontam a impossibilidade de permanência no campus fora do horário das aulas, em razão das limitações de transporte, das exigências de trabalho e dos custos adicionais envolvidos. Essa limitação compromete a vivência universitária em sua dimensão mais ampla, restringindo o acesso a experiências formativas essenciais para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento acadêmico e profissional.

A partir da integração dessas dimensões, evidencia-se que a pendularidade estudantil não constitui uma escolha individual, mas uma condição estruturada por desigualdades

socioeconômicas, territoriais e institucionais. A permanência no ensino superior, nesse contexto, depende de um equilíbrio instável entre o esforço individual dos estudantes e as condições objetivas oferecidas pela instituição. Assim, embora haja avanços no que se refere à democratização do acesso, os dados analisados indicam que persistem lacunas significativas nas políticas de permanência, especialmente no atendimento às especificidades dos estudantes pendulares, visto as particularidades apresentadas nesta pesquisa.

Dessa forma, a análise evidencia que a democratização da educação superior não pode ser compreendida apenas a partir do ingresso, mas deve considerar as condições concretas de permanência e de participação acadêmica. No caso dos estudantes pendulares, tais condições são fortemente condicionadas por fatores materiais e estruturais que limitam sua trajetória acadêmica, indicando a necessidade de políticas institucionais mais sensíveis às desigualdades territoriais e socioeconômicas. A efetivação do direito à educação superior, portanto, exige não apenas a ampliação do ingresso, mas a construção de condições que garantam a permanência com qualidade e equidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação tem como propósito compreender as expectativas e os desafios enfrentados pelos estudantes UNEMAT/Campus Jane Vanini, que vivenciam a pendularidade para ter acesso à educação superior, bem como analisar as políticas públicas e institucionais que incidem sobre o ingresso, a permanência e qualidade educativa desses sujeitos na educação superior. A investigação buscou também problematizar as condições materiais e simbólicas que permeiam o acesso à universidade pública no interior do estado, destacando a importância das políticas afirmativas e de assistência estudantil como instrumentos de democratização e equidade.

A escolha pela temática emergiu de uma vivência pessoal e profissional profundamente relacionada ao fenômeno estudado. Tal perspectiva conferiu ao estudo uma dimensão empírica e reflexiva, permitindo compreender a pendularidade não apenas como um movimento físico entre municípios, mas como uma experiência social e subjetiva que atravessa as trajetórias acadêmicas e de vida dos estudantes. A pendularidade, portanto, revela-se como um fenômeno que ultrapassa a dimensão geográfica, envolvendo fatores econômicos, familiares, institucionais e simbólicos que influenciam diretamente a formação universitária.

A partir do percurso teórico-metodológico delineado, constatou-se que as políticas públicas voltadas à educação superior no Brasil avançaram significativamente no que tange à ampliação do acesso. Programas como o ProUni, FIES, REUNI e a Lei de Cotas contribuíram para diversificar o perfil discente das universidades públicas e privadas, permitindo que grupos historicamente excluídos passassem a ocupar o espaço acadêmico. Contudo, tais políticas, embora fundamentais, ainda se concentram predominantemente na dimensão do ingresso, carecendo de instrumentos eficazes que assegurem a permanência e o sucesso acadêmico, especialmente para estudantes em condições de vulnerabilidade social e territorial.

No contexto da UNEMAT/Campus Jane Vanini, observou-se que a interiorização da universidade representa um marco relevante na democratização do ensino superior público em Mato Grosso. Entretanto, os desafios enfrentados pelos estudantes que residem em municípios vizinhos, e que dependem do transporte diário para frequentar as aulas, revelam as limitações concretas das políticas de permanência. Questões como o tempo de deslocamento, a ausência de restaurante universitário, os custos com transporte e alimentação, o cansaço físico e a dificuldade de participação em atividades extracurriculares compõem um cenário que impõe barreiras ao pleno aproveitamento das oportunidades acadêmicas.

Essas condições evidenciam que a expansão do acesso, quando não acompanhada de políticas institucionais de apoio consistentes, pode resultar em desigualdades internas à própria universidade, perpetuando exclusões que se expressam de forma mais sutil. A democratização do ensino superior, nesse sentido, deve ser compreendida de forma ampla, envolvendo não apenas a abertura de vagas, mas a criação de mecanismos que assegurem igualdade de condições para aprender, permanecer e concluir a formação com qualidade.

A convergência das variáveis analisadas permite perceber que o perfil socioeconômico da amostra dos estudantes pendulares na UNEMAT é caracterizado por uma vulnerabilidade multidimensional. Ao cruzar a origem escolar pública (98%) com a responsabilidade de prover o sustento familiar (31% como principais responsáveis), percebe-se que a pendularidade é uma estratégia de sobrevivência econômica, e não apenas uma questão de escolha logística. A precariedade tecnológica no campus e no deslocamento, somada à baixa renda familiar, reforça o isolamento desse estudante no ecossistema acadêmico. Portanto, os dados apresentados servem como um alerta para a necessidade de auxílios que contemplem a conectividade e o suporte financeiro, garantindo que o diploma não seja inviabilizado pelo cansaço físico ou pela falta de recursos básicos para a vida acadêmica contemporânea.

A caracterização do vínculo acadêmico dos estudantes pendulares na UNEMAT revela uma trajetória marcada pelo esforço de conciliação entre o tempo da estrada e o tempo da escola. A predominância do turno noturno e o ingresso majoritário por ampla concorrência desenham um perfil de discentes que veem no ensino superior uma ferramenta de mobilidade social tardia ou urgente. No entanto, os índices de trancamento prolongado e as retenções pontuais evidenciam que o vínculo acadêmico desses sujeitos é constantemente testado por fatores externos. Para o estudante pendular, a permanência na universidade não é uma jornada linear, mas um processo de resistência logística e econômica, onde a manutenção do status de aluno ativo depende de um equilíbrio frágil entre a estabilidade laboral e a superação do desgaste físico diário.

A análise conjunta dos custos relacionados ao transporte e à alimentação evidencia que a pendularidade estudantil implica um conjunto de despesas que extrapola o simples translado diário. Os dados qualitativos indicam que o apoio financeiro da prefeitura de residência do estudante quanto ao transporte nem sempre é integral ou contínuo, transferindo parte dos custos aos próprios acadêmicos. Ademais, mesmo quando o transporte é custeado pelo poder público, permanecem os gastos indiretos, especialmente aqueles relacionados à alimentação, que recaem sobre os estudantes e suas famílias. Nesse sentido, os dados

referentes às despesas com alimentação revelam uma distribuição heterogênea dos gastos, refletindo distintas condições socioeconômicas e estratégias de adaptação à rotina acadêmica. Destaca-se ainda que 18% dos respondentes afirmam não saber o valor exato de seus gastos ou não apresentar despesas com alimentação, o que pode indicar tanto a adoção de estratégias de contenção quanto a naturalização desses custos no orçamento familiar.

A análise das expectativas e dos desafios vivenciados pelos estudantes pendulares da UNEMAT evidencia uma trajetória marcada por tensões entre projeto de futuro e condições concretas de permanência. Se, por um lado, os estudantes ingressam no ensino superior movidos por aspirações de inserção profissional, estabilidade e mobilidade social, por outro, enfrentam obstáculos cotidianos relacionados à distância, à conciliação entre trabalho e estudo e aos custos diretos e indiretos da formação. Essa realidade demonstra que a experiência universitária desses sujeitos é atravessada por esforços contínuos de adaptação e resistência, nos quais a realização das expectativas depende não apenas do empenho individual, mas também da existência de condições institucionais e políticas de apoio que assegurem a permanência e o sucesso acadêmico. Assim, compreender essa dinâmica é fundamental para pensar estratégias que aproximem o direito de acesso ao direito efetivo ao sucesso acadêmico e à conclusão do ensino superior.

A presente pesquisa evidenciou que a pendularidade estudantil constitui um elemento central na compreensão das trajetórias acadêmicas de estudantes da UNEMAT/Campus Jane Vanini, revelando que o acesso ao ensino superior, para esses sujeitos, está profundamente condicionado a fatores sociais, econômicos e territoriais. Os dados demonstraram que, embora movidos por expectativas de inserção profissional, estabilidade e mobilidade social, esses estudantes enfrentam desafios significativos relacionados à distância, à conciliação entre trabalho, estudo e família, bem como aos custos diretos e indiretos de sua formação. Nesse contexto, a permanência universitária ultrapassa o esforço individual, demandando redes de apoio institucionais e políticas públicas consistentes que considerem a especificidade da condição pendular.

A pendularidade estudantil não pode ser compreendida apenas como um deslocamento físico entre o município de residência e a instituição de ensino, mas como um marcador de desigualdade territorial educacional. Ela expressa a distribuição desigual de oportunidades formativas no espaço e evidencia que o direito à educação superior é vivenciado sob condições profundamente distintas a depender do lugar de origem do estudante. Embora as políticas de interiorização do ensino superior tenham ampliado o número de vagas e instituições em regiões antes desassistidas, promovendo a expansão do

ingresso, não garantiram, na mesma medida, as condições materiais de acesso e permanência. Nesse cenário, a pendularidade emerge como efeito dessa expansão incompleta: o estudante alcança a universidade, mas o território continua operando como barreira cotidiana.

A pendularidade não decorre, majoritariamente, de uma escolha individual, mas de uma imposição estrutural associada à concentração de cursos, serviços e políticas de assistência em polos urbanos específicos. Tal condição articula-se ao processo de desvantagem acumulativa, pois os limites impostos pelo território — longos tempos de viagem, custos de transporte e alimentação, restrições de permanência no campus e menor participação em atividades acadêmicas — não atuam isoladamente, mas se somam ao longo da trajetória formativa, produzindo experiências acadêmicas marcadas por cansaço, menor integração e maior vulnerabilidade à evasão. Assim, a interiorização expandiu o ingresso, mas não universalizou o acesso em seu sentido pleno, tornando a pendularidade uma expressão concreta das assimetrias regionais que atravessam a democratização do ensino superior e revelando que o território atua como um agente silencioso de produção e reprodução das desigualdades educacionais.

Ao analisar a realidade dos estudantes pendulares da UNEMAT/Campus Jane Vanini, este estudo contribui para ampliar o debate sobre as condições concretas de permanência na educação superior em contextos interioranos, evidenciando que o acesso formal às universidades públicas não garante, por si só, condições equitativas de formação acadêmica. Os resultados indicam a necessidade de fortalecimento de políticas institucionais de permanência que considerem as especificidades dos estudantes pendulares, especialmente no que se refere ao apoio financeiro, à alimentação, à conectividade e às condições logísticas de deslocamento entre municípios. Como limitação da pesquisa, destaca-se o fato de os dados empíricos terem sido coletados exclusivamente com estudantes ativos, o que não permite analisar diretamente os processos de evasão ou abandono do curso. Estudos futuros podem aprofundar essa análise, incorporando dados institucionais sobre retenção, evasão e conclusão.

Conclui-se, portanto, que a pendularidade estudantil configura um fenômeno relevante e ainda pouco explorado nas discussões sobre democratização da educação superior. O estudo aponta para a urgência de políticas públicas que integrem as dimensões social, territorial e institucional do acesso, reconhecendo a diversidade dos perfis estudantis e promovendo a equidade nas condições de formação. A valorização do estudante pendular como sujeito ativo e resiliente, que enfrenta diariamente os desafios impostos pela distância e pela falta de recursos, é fundamental para a construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva e comprometida com a justiça social.

Por fim, esta pesquisa, ao trazer à luz a realidade dos estudantes pendulares da UNEMAT/Campus Jane Vanini, pretende contribuir para o fortalecimento das discussões sobre políticas de acesso na educação superior pública, oferecendo subsídios para gestores, docentes e formuladores de políticas educacionais. Espera-se que os resultados ampliem o entendimento sobre o fenômeno e inspirem ações institucionais que garantam não apenas o ingresso, mas também a permanência qualificada e o êxito acadêmico dos estudantes que diariamente atravessam distâncias em busca de um direito fundamental: o direito à educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Emanoel de Sousa. **A mobilidade pendular de estudantes de ensino superior como indicador da centralidade urbana de Mossoró-RN**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2022. 203p. Disponível em: <https://www.uern.br/controledepaginas/ppgeo-dissertacoes/arquivos/3645dissertaa%C2%A7a%C2%A3o_rodrigo_emanoel_de_sousa_almeida.pdf>. Acesso em: 15 Jul. 2025.

ARRIGONI, Fernando José; PIRES, Mirian Albert; OLIVEIRA, Fátima Bayma de; MANTOVANI, Daielly Melina Nassif Manto; SANT'ANNA; Anderson de Souza. **Acesso ao ensino superior por meio de ações afirmativas no Brasil:** em busca de equidade social. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia, v. 38, n. 1, e120737, 2022. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932022000100118&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 02 dez. 2024.

BELLO, Joselha Cristina Dal. **As ações afirmativas na educação superior: a lei de cotas e o perfil dos estudantes das universidades federais brasileiras.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira-Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Chapecó - SC, 2022. 163f. DOI: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/6189>. Acesso em 14 Jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. **Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 04 jul. 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm>. Acesso em: 9 set. 2025.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 9 set. 2025.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 9 set. 2025.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2024: notas estatísticas** [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 31 nov. 2025.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais – PNAEST**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2010. Acesso em: 14 dez. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Grupo A, 2021. *E-book.* ISBN 9786581334192. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/. Acesso em: 18 mai. 2024.

DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Mobilidades nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares.** In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarisse Cunha. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea: ITDP, 2016. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_cidade_movimento.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/panorama> Acesso em: 25 set. de 2025.

LARA, J. C. de. **Deslocamentos pendulares estudantis: um estudo de caso no Campus Jane Vanini da Universidade do Estado de Mato Grosso**. Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, IJUÍ – RS - BRASIL, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/22921>. Acesso em: 11 set. 2023.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cézar Vieira; BARBOSA, Valci Aparecida. **Programa de assistência estudantil na UNEMAT: política de permanência?**. Revista da Faculdade de Educação, *[S. l.]*, v. 29, n. 1, p. 99–119, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3892>. Acesso em: 8 ago. 2025.

MACIEL, Adriana Milward de Andrade. **Políticas afirmativas no ensino superior público: melhores oportunidades para minorias bem qualificadas?** Niterói, 2021. 174 f. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/POSEDUC.2021.d.86707701720>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MALANGE, Fernando Cezar Vieira; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; BARBOSA, Valci Aparecida. **O acesso à educação superior no processo de expansão da Unemat: qual democratização?** In: Seminário de Educação – SemiEdu: Educação e seus sentidos no mundo digital, 2015, Cuiabá. Anais do SemiEdu 2015. Cuiabá: UFMT, 2015. ISSN 2316-7332. Acesso em 15 dez. 2025.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. **Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas**. Editora 70: Grupo Almedina (Portugal), 2021. *E-book.*= ISBN 9786586618518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618518/>. Acesso em: 04 set. 2024.

MORAES, Reginaldo C. **O neoliberalismo. De onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

MENCHISE, Rose Marya; FERREIRA, Diogo Menchise; ÁLVAREZ, Antón Lois Fernandez. **Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdades: uma análise principalmente do Brasil.** Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. 16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.49274> Acesso em: 29 mai. 2025.

NEVES, Suzely Paesano; GENTIL, Heloisa Salles; MALANGE, Fernando Cezar Vieira. Evasão na Educação Superior: licenciaturas na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT Campus de Cáceres/MT. Educação e Fronteiras, Dourados, v. 10, n. 29, p. 45–56, 2020. DOI: 10.30612/eduf.v10i29.14170. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/14170>. Acesso em: 14 dez. 2025.

RODRIGUES, Leidiane Pires. **Políticas educacionais e a educação superior: uma análise crítica dos aspectos históricos e legais.** Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas FacMais, Mestrado em Educação, 2023. 106 p. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14686179>. Acesso em: 14 Jul. 2025.

SANTOS, Pricila Kols dos. **Permanência na educação superior: desafios e perspectivas.** Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020. Disponível em: https://socialeducation.files.wordpress.com/2020/05/kohls-permanencia-na-educacao-superior_-web.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020.** Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e diferenças), Universidade de São Paulo, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.48.2021.tde-11012022-103758>. Acesso em: 16 Jul. 2025.

SILVA, Maria das Graças Martins da; NOGUEIRA, Patrícia Simone. **A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil.** Revista da Faculdade de Educação, *[S. l.]*, v. 25, n. 1, p. 111–129, 2019. Disponível em <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3944.> Acesso em: 5 dez. 2024.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior:** acesso e perfil discente. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=807&Itemid=106> Acesso em: 10 dez. 2024.

TAVARES, Jéssica Monteiro da Silva. **Mobilidade espacial para estudo e mudanças no espaço de vida dos estudantes de ensino superior da Região Norte Fluminense.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2022. 342 f. DOI: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_16542_Tese_J%E9ssica_final_posDefesa_completa%20%283%2920221031-83723.pdf>. Acesso em: 16 Jul. 2025.

UNEMAT (Universidade Do Estado De Mato Grosso). **Portal institucional da UNEMAT**. Cáceres: UNEMAT, [2025?]. Disponível em: <https://www.unemat.br/>. Acesso em: 8 out. 2025.

_____. **Atlas Cáceres: Caracterização e História Regional.** Cáceres: UNEMAT. Disponível em: <https://www2.unemat.br/atlascaceres/index.php?pasta=caracterizacao>. Acesso em: 9 set. 2025.

_____. **Anuário Estatístico 2025: Ano-Base 2024.** Cáceres: UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/pro-reitoria/prpti/anuario-estatistico>. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE). **Política de Ações Afirmativas da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT: Resoluções nº 011/2019, nº 051/2019 e nº 046/2023.** Cáceres: UNEMAT, 2019–2023. Disponível em: <https://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3427_res_conepe_11_2019.pdf>; <https://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3819_res_conepe_51_2019.pdf>; <https://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/5195_res_conepe_46_2023.pdf>. Acesso em: 8 out. 2025.

_____. Conselho Universitário (CONSUNI). Resolução nº 012/2021 – CONSUNI, de 13 e 14 de abril de 2021. **Reestrutura o Programa de Assistência Estudantil (PAE) da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e dá outras providências.** Cáceres: UNEMAT, 2021. Disponível em: <https://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/consuni/4501_res_consuni_12_2021.pdf>. Acesso em: 8 out. 2025.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cezar Vieira (org.). **Permanência e evasão na educação superior**. Cáceres, MT: Editora Unemat, 2022. p. 209-228. <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/833> Acesso em: 29 maio. 2025.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Olá, como vai? Venho lhe convidar para participar de uma pesquisa, de forma voluntária. Vamos conversar sobre isso? Serei rápido. Se não quiser participar, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067, ou também falar para seu responsável realizar essa comunicação.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: Deslocamentos pendulares dos estudantes do Campus Jane Vanini da Universidade do Estado de Mato Grosso: relações de acesso a educação superior

Responsável pela pesquisa: Maria Aparecida da Silva

Endereço e telefone para contato: Rua Porto Carrero, 661, Centro, Cáceres – MT; Telefone: (65) 99616-1819; e-mail: silva.maria@unemat.br.

A presente pesquisa objetiva compreender os fatores contribuintes para o acesso (ingresso, permanência) na educação superior dos estudantes que realizam deslocamentos pendulares na UNEMAT/Campus Jane Vanini. Esses deslocamentos pendulares, percebidos nesta pesquisa enquanto translado diário realizado no intuito de ter acesso à serviços e instituições inexistentes em suas cidades de residência, tais como instituições de educação superior, nesses casos, se configuram enquanto oportunidade mais promissora ou talvez mesmo única possibilidade para estes estudantes alcançarem a almejada formação acadêmica. A condução deste estudo respalda-se em um compromisso ético pela pesquisadora para com os sujeitos participantes da pesquisa. Considerando-se o aspecto psicológico, é possível que os participantes se sintam desconfortáveis diante dos questionários e entrevistas estruturadas, e do registro documental realizado pela pesquisadora, bem como se sentirem constrangidos ao responder questões sobre a temática abordada, considerando o estado emocional e os aspectos referentes a dinâmica acadêmica. Para minimizar os possíveis desconfortos, a pesquisadora buscará sempre proceder com discrição, adaptando a abordagem de forma a promover um diálogo mais fluido e respeitoso com os entrevistados. Além disso, os participantes podem informar a sua retirada voluntária a qualquer momento durante o processo de escrita da pesquisa. Quanto aos riscos físicos, buscar-se-á assegurar a integridade física dos participantes, realizando as entrevistas em ambientes seguros e reservados, garantindo a

privacidade e segurança dos participantes e pesquisadora. As informações obtidas estarão disponíveis para consulta, preservando a identidade dos participantes e o sigilo das informações pessoais. Da mesma forma, qualquer material coletado, será utilizado estritamente para fins relevantes à pesquisa, respeitando os aspectos éticos e obtendo prévia autorização para divulgação em contextos acadêmicos específicos. A realização dessa pesquisa visa proporcionar benefícios a comunidade científica, acadêmica e sociedade de forma geral, a partir do compartilhamento dos resultados obtidos com a instituição, oferecendo informações para gestores, docentes e discentes quanto a realidade acadêmica dos estudantes que realizam deslocamentos pendulares, as possibilidades de intervenção e colaboração para garantir o acesso de qualidade à educação superior, desde o ingresso até a conquista do diploma, preservando sempre a privacidade e a confidencialidade dos estudantes que concordarem em participar da coleta de dados da pesquisa.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Este questionário é destinado aos estudantes que realizam deslocamentos pendulares com a finalidade de coletar informações para subsidiar a pesquisa intitulada em "*DESLOCAMENTOS PENDULARES DOS ESTUDANTES DO CAMPUS JANE VANINI DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: RELAÇÕES DE ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR".*

Para perfil socioeconômico familiar:

1. Gênero:

( ) Mulher cisgênero ( ) Mulher transgênero
( ) Homem cisgênero ( ) Homem transgênero
( ) Não binário

2.Idade: _____

3. Você se considera uma pessoa:

( ) Branca ( ) Preta
( ) Parda ( ) Indígena
Outros: _____

4. Responsável familiar 1 (mãe, pai, avôs):

_____

4.1 Responsável familiar 2(mãe, pai, avôs):

_____

5.Renda Familiar:

( ) 1 a 3 salários mínimos ( ) 3 a 5 salários mínimos
( ) Acima de 5 salários mínimos

6. Possui acesso à internet em:

( ) Casa ( ) Trabalho ( ) UNEMAT ( ) Internet Móvel

7. Formação no Ensino Médio:

( ) Todo em escola pública ( ) parcialmente em escola pública
( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Escola particular com bolsa ( ) Escola particular sem bolsa
( ) Outro: _____

8. Ano de Formação no Ensino Médio: _____

9. Cidade de Residência:

( ) Salto do Céu ( ) Rio Branco ( ) Lambari D'Oeste
( ) Curvelândia ( ) Mirassol D'Oeste ( ) Araputanga
( ) São José dos Quatro Marcos ( ) Glória D'Oeste
( ) Porto Esperidião

10. Possui cônjuge ou companheiro(a)? ( ) sim ( ) não

11. Possui filhos ou dependentes? ( ) sim ( ) não

12. Exerce atividade laboral remunerada (trabalha)? ( ) Sim ( ) Não

13. Qual atividade laboral exercida? _____

14. Qual sua faixa salarial na atividade laboral remunerada:
( ) Abaixo de 1 salário mínimo ( ) 1 a 3 salários mínimos
( ) 3 a 5 salários mínimos ( ) acima de 5 salários mínimos

15.Assinale caso receba alguma bolsa ou auxílio da UNEMAT/Campus Jane Vanini:
( ) Não recebo bolsa ou auxílio ( ) Auxílio Moradia
( ) Auxílio Alimentação ( ) Bolsa PIBID
( ) Iniciação Científica Outra: _____

16. Você é o provedor total ou principal provedor familiar?
( ) provedor total
( ) provedor principal (contribui com mais da metade da provisão familiar)
( ) contribui com metade da provisão familiar
( ) contribui com menos da metade da provisão familiar
( ) responsável apenas pelos seus gastos particulares
( ) dependente total das provisões dos meus pais/responsáveis

Dados sobre acesso à UNEMAT/Campus Jane Vanini

17. Ano e período de ingresso (2022/1; 2023/2): _____

18. Forma de ingresso na UNEMAT/Campus Jane Vanini na seleção por:
( ) SISU ( ) Vestibular ( ) Vagas remanescentes
( ) Transferência de outra Universidade/Curso ( ) Outros:
_____

19. Forma de ingresso na UNEMAT/Campus Jane Vanini na modalidade:
( ) Ampla concorrência ( ) Cotas para escola pública
( ) Cotas para negros/pardos ( ) Cotas para estudantes indígenas
( ) Cotas para estudantes com deficiência ( ) Cotas para estudantes quilombolas
( ) Outro: _____

20. Curso que realiza atualmente na UNEMAT/Campus Jane Vanini:

( ) Agronomia ( ) Ciências Biológicas
( ) Ciências Contábeis ( ) Ciências da Computação
( ) Direito ( ) Educação Física
( ) Enfermagem ( ) Geografia
( ) História ( ) Letras
( ) Matemática ( ) Medicina
( ) Pedagogia

21. Teve retenção em alguma disciplina?

( ) Não teve retenção ( ) 1 ou 2 disciplinas
( ) 3 ou 4 disciplinas ( ) 5 disciplinas ou mais

22. Necessitou trancar o curso?

( ) Não ( ) Por 1 semestre
( ) Por 2 semestres ( ) Por mais de 2 semestres

23. Em caso afirmativo, explicite o motivo do trancamento do curso:

_____

_____

24. Qual veículo usado para o translado universidade/cidade de residência?

( ) Veículo particular próprio ( ) veículo particular de terceiros
( ) Transporte coletivo do município de residência Outro:

_____

25. Quem custeia o translado?

( ) Custeado totalmente pelo município de residência
( ) Custeado parcialmente pelo município de residência/parcialmente com recursos próprios
( ) Custeado totalmente com recursos próprios
Outro: _____

26. Quais seus gastos mensais com alimentação no período de aulas na UNEMAT/Campus Jane Vanini? _____

27. Que desafios enfrenta para manutenção dos estudos na UENMAT/Campus Jane Vanini?

( ) Curso realizado não é o pretendido
( ) Manutenção dos gastos com estudo
( ) Distância entre residência e UNEMAT/Campus Jane Vanini
( ) Sensação de não pertencimento/acolhimento na Universidade
( ) Dificuldades de aprendizagens nas disciplinas
( ) Dificuldades nas realizações das atividades requeridas nas disciplinas
( ) Dificuldade na conciliação entre trabalho e estudo

( ) Manutenção dos gastos com alimentação na UNEMAT/Campus Jane Vanini
( ) Manutenção dos gastos com translado Campus Jane Vanini/cidade de residência
( ) Rotina de sono insuficiente para descanso mental
Outro:_____
_____
_____

28. Fatores motivadores na escolha do curso:
( ) Nota de corte ( ) Admiração pela profissão
( ) Visando concurso público ( ) Motivação dos pais/familiares
( ) Necessidade/desejo de concluir uma graduação
( ) Possibilidades no mercado de trabalho
( ) Crescimento profissional na atividade laboral exercida atualmente
( ) Possibilidades de crescimento profissional na profissão almejada
Outro:_____
_____
_____

29. Expectativas ao final da formação acadêmica:
( ) Ingresso no mercado de trabalho ( ) Aumento salarial
( ) Ascensão social ( ) Prestígio na profissão atual
( ) Prestação de concursos públicos ( ) Realizar trabalho autônomo
Outro:_____
_____
_____

30. Participa de eventos acadêmicos?
( ) Não, devido falta de recursos financeiros
( ) Não, devido falta de tempo
( ) Não, devido falta de interesse/motivação pessoal
( ) Participa de eventos promovido em Cáceres
( ) Participa de eventos promovidos em Mato Grosso
( ) Participa de eventos promovidos em sua cidade de residência
( ) Participa de eventos promovidos pela UNEMAT/Campus Jane Vanini
( ) Participa de eventos online
Outro:_____
_____
_____

Caso aceite participar de uma entrevista, preencha o número de telefone: _____